



**Câmara Municipal  
de Oeiras**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2023**

**ATA NÚMERO SEIS/DOIS MIL E VINTE E TRÊS**

**ÍNDICE**

- 1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS**
- 2 - APROVAÇÃO DE ATAS**
- 3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA**
- 4 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SIMAS**
- 5 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**
- 6 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA SUSANA DUARTE**
- 7 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA ROCHA**
- 8 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO**
- 9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO**
- 10 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARMANDO SOARES**
- 11 - INFORMAÇÕES -- SRA. VEREADORA TERESA BACELAR**
- 12 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA ANA FILIPA LABORINHO**
- 13 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR DUARTE DA MATA**
- 14 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA**
- 15 - INFORMAÇÕES - SR. VICE-PRESIDENTE**
- 16 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE**
- 17 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES**
- 18 - PROPOSTA Nº. 139/23 - GCAJ - REGULAMENTO DO PROGRAMA DE RENDA  
ACESSÍVEL DE OEIRAS (PRAO) - APROVAÇÃO FINAL**
- 19 - PROPOSTA Nº. 161/23 - DOT - OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO DE INICIATIVA  
MUNICIPAL DE SÃO MARÇAL**
- 20 - PROPOSTA Nº. 162/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA DR. OLIVEIRA**

**MARTINS, Nº. 38, PISO 2B, NO BAIRRO MOINHO DAS ROLAS**

**21 - PROPOSTA Nº. 163/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NO LARGO IDÁLIO DE OLIVEIRA, Nº. 4, R/C, NO BAIRRO ALTO DOS BARRINHOS**

**22 - PROPOSTA Nº. 164/23 - VIIBEECEO - LEVANTAMENTO DE EDIFÍCIOS COM CAPACIDADE DE REFORÇAR O PARQUE HABITACIONAL PÚBLICO COM RENDAS ACESSÍVEIS E CONCURSO DE IDEIAS**

**23 - PROPOSTA Nº. 165/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA ALBERTO OSÓRIO DE CASTRO, Nº. 20, 1º. DTO, NO BAIRRO DE S. MARÇAL**

**24 - PROPOSTA Nº. 166/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA ANTÓNIO MACEDO, Nº. 3, 2º. DTO., NO BAIRRO DO POMBAL**

**25 - PROPOSTA Nº. 167/23 - DBPL - ATRIBUIÇÃO DE UMA COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À “PALAVRARUBRA - ASSOCIAÇÃO”, DESTINADA À ORGANIZAÇÃO E À REALIZAÇÃO DA 3ª. EDIÇÃO DA MAP - MOSTRA DE ARTES DA PALAVRA 2023**

**26 - PROPOSTA Nº. 168/23 - DCA - FIXAÇÃO DO PREÇO DE VENDA AO PÚBLICO DO CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO AMOR VENERIS, PATENTE NO PALÁCIO ANJOS**

**27 - PROPOSTA Nº. 169/23 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE ACORDO-QUADRO PARA A EXECUÇÃO DA EMPREITADA DESTINADA A TRABALHOS DE MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - ACESSÓRIOS, RAMAIS, CAIXAS E OUTROS, NO CONCELHO DE OEIRAS, A EXECUTAR NOS ANOS DE 2023, 2024, 2025 E 2026 - PD Nº. 30-SIMAS/2023**

**28 - PROPOSTA Nº. 170/23 - SIMAS - CP 20168/2020 - 10ª. REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA, NO ÂMBITO DA EMPREITADA DESTINADA À CONSTRUÇÃO DO NOVO RESERVATÓRIO DO ALTO DE SANTA CATARINA, NO CONCELHO DE OEIRAS - PD Nº. 42-SIMAS/2023**



**Câmara Municipal  
de Oeiras**

- 29 - PROPOSTA Nº. 171/23 - SIMAS - 3ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA DA DESPESA CORRENTE, CAPITAL E PPI DE 2023 E ANOS SEGUINTEs - PD Nº. 43-SIMAS/2023**
- 30 - PROPOSTA Nº. 172/23 - DGRU - APROVAÇÃO DA MINUTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS E A ASSOCIAÇÃO HUMANA COM VISTA À RECOLHA DE ROUPA E CALÇADO USADOS**
- 31 - PROPOSTA Nº. 173/23 - DPE - EMPREITADA 07/DPE/2021 - REQUALIFICAÇÃO DO ANTIGO QUARTEL DOS BOMBEIROS DE PAÇO DE ARCOS - AUDITÓRIO JOSÉ DE CASTRO E UNIDADE DE SAÚDE - APROVAÇÃO DA 6ª. REVISÃO DE PREÇOS**
- 32 - PROPOSTA Nº. 174/23 - UGPS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO PREVENIR PARA APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE EM MEIO ESCOLAR NO ANO LETIVO 2022/2023**
- 33 - PROPOSTA Nº. 175/23 - UGPS - FARMÁCIAS - PROCEDIMENTO RELATIVO AOS PEDIDOS DE TRANSFERÊNCIA DE INSTALAÇÕES**
- 34 - PROPOSTA Nº. 176/23 - DCS - PROJETO DE ALARGAMENTO DO HORÁRIO DO SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO DAS RESPOSTAS SOCIAIS SOLIDÁRIAS E ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA 2023 E 2024**
- 35 - PROPOSTA Nº. 177/23 - UGPS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO MINICOR - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL PARA APOIO AO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO CARDÍACA PEDIÁTRICA**
- 36 - PROPOSTA Nº. 178/23 - DCS - REFORÇO DE VERBA A ENTIDADE PARCEIRA DO FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL - CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DE PORTO SALVO**
- 37 - PROPOSTA Nº. 179/23 - DPERU - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO PARA A CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE MULTIVALÊNCIAS EM BARCARENA - CENTRO**

**SOCIAL E PAROQUIAL DE BARCARENA**

- 38 - PROPOSTA Nº. 180/23 - DPOC - TARIFÁRIO DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS 2023**
- 39 - PROPOSTA Nº. 181/23 - DCH - EMPREITADA “67/DPCHM/2022 - REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO BAIRRO DOS NAVEGADORES - FASE II - PORTO SALVO - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SR. PRESIDENTE**
- 40 - PROPOSTA Nº. 182/23 - DP - CEDÊNCIA EM REGIME DE COMODATO, À LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO, DE PARTE DO IMÓVEL SITO NA AVENIDA ENGº. ARANTES E OLIVEIRA, Nº. 36 A, CAVE, EM PORTO SALVO**
- 41 - PROPOSTA Nº. 183/23 - DP - DESANEXAÇÃO DE TERRENO DO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS, SITO EM PAÇO DE ARCOS**
- 42 - PROPOSTA Nº. 184/23 - GMA - PARQUES TEJO, E.M., RELATÓRIO DO 3º. TRIMESTRE DE 2022**
- 43 - PROPOSTA Nº. 185/23 - GMA - REALIZAÇÃO DE AUDITORIA À “MUNICÍPIA, E.M., S.A.”**
- 44 - PROPOSTA Nº. 186/23 - GMA - “PARQUES TEJO, E.M.” - PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2023-2024, COM PARECER DO FISCAL ÚNICO**
- 45 - PROPOSTA Nº. 187/23 - GMA - “OEIRAS VIVA, E.M.” - RELATÓRIO 3º. TRIMESTRE DE 2022**
- 46 - PROPOSTA Nº. 188/23 - GMA - OEIRAS VIVA - GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS, E.M. - PLANO E ORÇAMENTO DE 2023 COM O PARECER DO FISCAL ÚNICO**
- 47 - PROPOSTA Nº. 189/23 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO ACADEMIA FLOR DA MURTA PARA A REALIZAÇÃO DO VI FESTIVAL INTERNACIONAL DE PIANO DE OEIRAS**



**Câmara Municipal  
de Oeiras**

- 48 - PROPOSTA N.º. 190/23 - DPOC - RECONHECIMENTO DA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), REDUÇÃO DE IMI EM 20%**
- 49 - PROPOSTA N.º. 191/23 - GATPI - APOIO À RECUPERAÇÃO DA ATIVIDADE DOS OPERADORES ECONÓMICOS AFETADOS PELAS INTEMPÉRIES DE DEZEMBRO DE 2022 - FORMALIZAÇÃO DE APOIO FINANCEIRO A 2 DE MARÇO DE 2023**
- 50 - PROPOSTA N.º. 192/23 - DCP/USG - P.º. 1074/DCP/2022 - APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS PRELIMINAR E FINAL E CONSEQUENTE ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO ESCRITO RELATIVO AO PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA HUMANA PARA DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS, AO ABRIGO DO ACORDO-QUADRO DA ESPAP, IP (LOTE 3)**
- 51 - PROPOSTA N.º. 193/23 - UPGO - P.º. 2021/150-DGEP - “CICLOVIA DA RUA DA FONTE, VILA FRIA-LECEIA” - DECISÃO DE CONTRATAR E ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E NOMEAÇÃO DO RESPECTIVO JÚRI**
- 52 - PROPOSTA N.º. 194/23 - UPGO - APROVAÇÃO DE MINUTA DE PROTOCOLO RELATIVO À INSTALAÇÃO DE SEMÁFORO NA SAÍDA DO NÓ DE OEIRAS, NO SUBLANÇO ESTÁDIO NACIONAL - OEIRAS, DA A5-AUTO-ESTRADA DA COSTA DO ESTORIL**
- 53 - PROPOSTA N.º. 195/23 - UPAG - REEMBOLSO DA PERPETUIDADE DO JAZIGO MUNICIPAL N.º. 752-2.º. PISO, NO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE OEIRAS**
- 54 - PROPOSTA N.º. 196/23 - UPAG - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À CASA DO CONCELHO DE VINHAIS**
- 55 - PROPOSTA N.º. 197/23 - DCH - CONCURSO PÚBLICO, POR LOTES, PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E ESPECIALIDADES PARA**

**NOVO PROGRAMA DE HABITAÇÃO (PRR) - CASAL DO DESERTO, OEIRAS -  
RATIFICAÇÃO DE DECISÃO**

**56 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**



Câmara Municipal  
de Oeiras

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2023-----

----- ATA NÚMERO SEIS/DOIS MIL E VINTE E TRÊS-----

----- Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais, estando presentes os Senhores Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e Vereadores Doutora Joana Micaela Salvador Baptista, Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, Doutora Ana Filipa Laborinho da Fonseca, Doutor Armando Agria Cardoso Soares, Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Doutora Susana Isabel Costa Duarte, Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto, Doutora Carla Cristina Teixeira Rocha e ainda presente embora entrado no decurso da reunião o Senhor Vereador Arquiteto Duarte D'Araújo Jorge Cardoso da Mata -----

**1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- Às quinze horas e quinze minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Susana Duarte. -----

**2 - APROVAÇÃO DE ATAS:** -----

----- O **Senhor Presidente** submeteu à votação a ata número três, de dois mil e vinte e três, de oito de fevereiro, previamente distribuída pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Susana Duarte.-----

----- Não participou na votação o Senhor Vice-Presidente por não ter estado presente na

reunião, nos termos do artigo trigésimo quarto, número três, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro.-----

**3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA:**-----

-----Foi presente o balancete de tesouraria, relativo ao período de vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e três a cinco de março de dois mil e vinte e três, tendo o **Senhor Presidente** informado da disponibilidade orçamental, previsão de tesouraria, compromissos em aberto e execução do orçamento de dois mil e vinte e três, constatando-se um saldo orçamental positivo de vinte e dois milhões quinhentos e quarenta e um mil setecentos e dezanove euros. -----

**4 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SIMAS:**-----

-----Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, a Câmara tomou conhecimento dos principais assuntos tratados nas reuniões do Conselho de Administração dos SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora realizadas nos passados dias vinte e sete de fevereiro e seis de março, os quais são:-----

-----De vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e três: -----

-----“- Informações: -----

-----Tomou conhecimento do resumo diário da tesouraria à data.-----

----- Propostas de deliberação:-----

----- (Adiada do Conselho de Administração de vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e dois, do Conselho de Administração de doze de dezembro de dois mil e vinte e dois, do Conselho de Administração de nove de janeiro de dois mil e vinte e três, do Conselho de Administração de vinte de janeiro de dois mil e vinte e três, do Conselho de Administração de treze de fevereiro de dois mil e vinte e três) - Orçamento e Grandes Opções do Plano dois mil e vinte e três - Adiada; -----

----- (Adiada do Conselho de Administração de nove de janeiro de dois mil e vinte e três,



Câmara Municipal  
de Oeiras

do Conselho de Administração de vinte de janeiro de dois mil e vinte e três, do Conselho de Administração de treze de fevereiro de dois mil e vinte e três) - Abertura de procedimento por consulta prévia, a cinco entidades, para a prestação de serviços destinados à Assessoria Mediática na implementação do Plano de Comunicação, pelo preço base de quarenta e cinco mil euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, com o prazo de execução de doze meses, a desenvolver no ano de dois mil e vinte e três - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

----- (Adiada do Conselho de Administração de nove de janeiro de dois mil e vinte e três, Adiada do Conselho de Administração de vinte de janeiro de dois mil e vinte e três, Adiada do Conselho de Administração de treze de fevereiro de dois mil e vinte e três) - Abertura de procedimento por concurso público para a prestação de serviços destinados à manutenção e suporte para a infraestrutura dos componentes de rede, que dão suporte à rede estruturada nos vários edifícios dos SIMAS (Suporte Cisco), pelo preço base de cento e cinco mil seiscentos e noventa e seis euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de doze meses, eventualmente renovável até ao limite de trinta e seis meses, a executar nos anos de dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte e cinco e dois mil e vinte e seis - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

----- (Adiada do Conselho de Administração de treze de fevereiro de dois mil e vinte e três) - Prestação de serviços de certificação migração ERP - Procedimento pré-contratual e contratual - Contrato número cento e cinco, de dois mil e vinte e um, de quinze dezembro - Execução contratual – pagamento - Apuramento de eventual responsabilidade - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

----- Abertura de procedimento concursal comum para a constituição de reservas de recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a carreira e categoria de assistente técnico na área funcional do Atendimento e Apoio ao Cliente - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Abertura de procedimento por concurso público destinado ao fornecimento de “Firewall”, com manutenção pelo período de três anos, pelo preço base de quarenta e quatro mil quatrocentos e trinta e quatro euros e setenta e três cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com o prazo de entrega de trinta dias e manutenção pelo período de três anos a iniciar após a entrega do equipamento - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Abertura de procedimento por concurso público para a celebração de acordo-quadro para a execução da empreitada destinada a trabalhos de manutenção de infraestruturas de abastecimento de água - acessórios, ramais, caixas e outros, no Concelho de Oeiras, estimando-se para o efeito uma despesa no valor de quinhentos e noventa e nove mil oitocentos e cinco euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a desenvolver num prazo máximo de mil e noventa e cinco dias - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Abertura de procedimento por concurso público, com vista à aquisição de serviços de suporte às plataformas “VMWare e Veeam”, pelo preço base de noventa e oito mil seiscentos e sessenta e oito euros e sessenta e quatro cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de três anos, a ocorrer nos anos de dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Abertura do procedimento por concurso público para a prestação de serviços de “Manutenção de toda a infraestrutura necessária para a rede “Wi-Fi”, pelo preço base de vinte e nove mil novecentos e sessenta e seis euros e vinte e três cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com o prazo de execução de trinta e seis meses, a desenvolver no ano de dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Abertura de procedimento por concurso público para a prestação de serviços destinados ao desassoreamento da saída da Ribeira da Junça, na Cruz Quebrada/Dafundo, no Concelho de Oeiras - Ano dois mil e vinte e três, pelo preço base de cento e vinte e seis mil e



Câmara Municipal  
de Oeiras

quatrocentos euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com a execução de trinta e duas deslocações (à razão de três mil novecentos e cinquenta euros, por cada deslocação), a desenvolver num prazo máximo de cento e oitenta dias - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

----- Abertura de procedimento de consulta prévia a cinco entidades para prestação de serviços destinados à comemoração do Dia Mundial da Água (vinte e dois de março) e Dia Nacional da Água (um de outubro) ano dois mil e vinte e três com consulta às entidades: “Gesto Plantário; Planetbrigade; Greenmovement; Kyoho Limitada; Impacto Surpresa, Unipessoal Limitada - Aquarela Mágica”, pelo preço base de vinte mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para um prazo de execução dois dias - Retirada;-----

----- Procedimento por concurso público para a prestação de serviços destinados à contratação de um Técnico Responsável pela Exploração (TRE) para as instalações elétricas dos SIMAS de Oeiras e Amadora - Adjudicação à empresa “Fernando Breda - Engenheiros Associados, Limitada”, pelo valor de dezanove mil setecentos e noventa e três euros e cinquenta cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com prazo de execução de mil e noventa e cinco dias, a executar nos anos de dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

----- Procedimento por ajuste direto para a prestação de serviços destinados à consultadoria financeira transversal ao Departamento Administrativo e Financeiro - Apoio ao SNC-AP, fecho de contas e auditoria pelos ROC - Adjudicação à empresa, “PMVC, Consultoria Limitada”, (sob a marca “SFAI”), pelo valor de quinze mil e seiscentos euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para um prazo de execução contratual de doze meses - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

----- Procedimento por concurso público, destinado à prestação de serviços de deteção de fugas de água com recurso a imagens de satélite - Adjudicação ao concorrente “Aguasistemas -

Produtos e Serviços para Água e Ambiente, Limitada”, pelo valor contratual de oitenta e seis mil e duzentos euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a executar no prazo de doze meses - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Procedimento por concurso público destinado à prestação de serviços de manutenção dos equipamentos sistema AVAC dos edifícios dos SIMAS na Brandoa, Algés e Amadora para o triénio dois mil e vinte e três-dois mil e vinte e cinco - Adjudicação à empresa “KMG - Kingman Manutenção Global, Limitada”, pelo valor de sete mil cento e quarenta euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de mil e noventa e cinco dias, a ocorrer nos anos de dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Aprovação das deliberações em minuta para efeitos de imediata eficácia externa - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Aprovação do Regulamento Interno do Fundo de Maneio dos SIMAS e designação dos responsáveis pela sua utilização e guarda - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Taxa de Recursos Hídricos (TRH) - Tarifário para dois mil e vinte e três - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Décima Revisão de Preços Provisória no âmbito da empreitada destinada à construção do novo reservatório do Alto de Santa Catarina, no Concelho de Oeiras” - Concurso público vinte mil cento e sessenta e oito, de dois mil e vinte - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -- -----

-----Terceira Alteração Orçamental Permutativa da Despesa Corrente, Capital e PPI de dois mil e vinte e três e anos seguintes - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto.” -----

-----De seis de março de dois mil e vinte e três: -----

-----“- Informações: -----

-----Tomou conhecimento do resumo diário da tesouraria à data.-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- - Propostas de deliberação: -----

----- (Adiada do Conselho de Administração de vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e dois, de doze de dezembro de dois mil e vinte e dois, de nove de janeiro de dois mil e vinte e três, de vinte de janeiro de dois mil e vinte e três, de treze de fevereiro de dois mil e vinte e três e de vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e três) - Orçamento e Grandes Opções do Plano dois mil e vinte e três - Retirada;-----

----- Abertura de procedimento, por consulta prévia a três entidades, para a prestação de serviços, no âmbito da modalidade de avença, destinada à assessoria jurídica para apoio ao Conselho de Administração, com consulta às empresas: “Joaquim Carlos Sabino Biker Nobre Rogério”, “Tiago José dos Santos Silva Aragão” e “Vitor Pinho - Advogados”, pelo preço base de vinte e quatro mil euros, acrescido de IVA, pelo prazo de execução de doze meses - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

----- Abertura de procedimento por concurso público para a prestação de serviços destinados ao aluguer de dois equipamentos de grande formato (Plotters) pelo preço base de onze mil novecentos e dezasseis euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com o prazo de entrega de trinta dias e pelo prazo de execução de trinta e seis meses, a decorrer nos anos de dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte e cinco e dois mil e vinte e seis - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

----- Abertura de procedimento por ajuste direto, ao abrigo de critérios materiais, para a prestação de serviços destinados à manutenção corretiva e evolutiva da solução “ePaper” com consulta à empresa “Mind - Software Multimédia e Industrial, Sociedade Anónima”, pelo preço base de oitenta e sete mil oitocentos e vinte e quatro euros, acrescido de IVA, com um prazo de execução de trinta e seis meses, a executar nos anos de dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte e cinco e dois mil e vinte e seis - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Procedimento por concurso público para a celebração de acordo-quadro para a execução da empreitada destinada a diversos trabalhos, no âmbito da manutenção dos edifícios dos SIMAS - Anos de dois mil e vinte e três a dois mil e vinte e seis - Revogação da decisão de contratar - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto.” -----

#### 5 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

-----Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, o **Senhor Presidente** deu conhecimento à Câmara da remessa pela Assembleia Municipal dos seguintes ofícios:-----

-----Número cento e dezoito, remetendo cópia da deliberação sobre Moção invocativa da passagem do primeiro aniversário da invasão da Ucrânia pela Federação Russa e Voto de Pesar pelos mortos resultantes deste conflito, apresentada pelo Grupo Político Municipal do INOV, na qual deliberou, por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza e um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e com uma abstenção do Partido Chega, aprovar um minuto de silêncio por todas as vítimas inocentes que a invasão da Ucrânia pela Federação Russa, ceifou.-----

-----Número cento e dezanove, remetendo cópia da deliberação sobre Voto de Solidariedade com o Povo Ucrâniano, apresentado pelo Grupo Político Municipal do PS, na qual deliberou, por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza e um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias, com dois votos contra da Coligação Democrática Unitária e com uma abstenção do



Câmara Municipal  
de Oeiras

Partido Chega, aprovar um voto de saudação e solidariedade para com o povo ucraniano, reforçando a consciência de que a paz só é possível com a retirada total do exército russo do território da Ucrânia.-----

----- Número cento e vinte remetendo cópia da deliberação sobre Voto de Louvor à Seleção Nacional Feminina de Futebol, apresentado pelo Grupo Político Municipal do PS, na qual deliberou, por maioria, com trinta votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza e um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e com duas abstenções, sendo uma do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e uma do Partido Chega, aprovar um Voto de Louvor às atletas da Seleção Nacional de Futebol Feminino que conquistaram a presença na fase final do Campeonato do Mundo.-----

----- Número cento e vinte e um, remetendo cópia da deliberação sobre Moção - Oito de Março: Dia Internacional da Mulher - Um símbolo da luta das mulheres em defesa dos seus direitos, na lei e na vida, apresentada pelo Grupo Político Municipal da CDU, na qual deliberou, por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza e um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e com uma abstenção do Partido Chega, aprovar o documento referido em título.-----

----- Número cento e vinte e dois, dando conhecimento que na reunião de vinte e oito de fevereiro apreciou a Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras acerca da Atividade do Município - dezembro de dois mil e vinte e dois e janeiro de dois mil e

vinte e três. -----

-----Número cento e vinte e três, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número noventa e oito, e dois mil e vinte e três - DCS - Processo da Junta e das Uniões de Freguesias relativo ao funcionamento dos equipamentos de infância - Primeiro semestre de dois mil e vinte e três, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a atribuição financeira à União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, à União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, à União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e à Junta de Freguesia de Porto Salvo, no montante global de duzentos e cinquenta e oito mil e trezentos euros, para a comparticipação nas despesas estimadas do primeiro semestre de dois mil e vinte e três, com o pessoal afeto aos estabelecimentos de infância da Santa Casa da Misericórdia de Oeiras (SCMO) e do Centro Social e Paroquial de Oeiras, repartidos da seguinte forma:-----

-----Uniões e Junta de Freguesia - Valor semestral - Valor mensal a transferir: -----

-----União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo - cinquenta e quatro mil euros - nove mil euros; -----

-----União das Freguesias de Carnaxide e Queijas - cento e catorze mil euros - dezanove mil euros;-- -----

-----União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias -



Câmara Municipal  
de Oeiras

trezentos euros - cinquenta euros; -----

----- Junta de Freguesia de Porto Salvo - noventa mil euros - quinze mil euros;-----

----- Total - duzentos e cinquenta e oito mil e trezentos euros - quarenta e três mil e cinquenta euros. -----

----- Número cento e vinte e quatro, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número cento e dois, de dois mil e vinte e três - DCS - Transferência de competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais - Prorrogação do prazo de transferência de competências no domínio da “Ação Social” para três de abril de dois mil e vinte e três, na qual deliberou, por maioria, com trinta e dois votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo e com dois votos contra da Coligação Democrática Unitária, reconhecer que o Município de Oeiras apenas detém as condições necessárias para assumir a transferência de competências em matéria de Ação Social após três de abril de dois mil e vinte e três, solicitando deste modo, a prorrogação do prazo de aceitação das competências, no domínio da Ação Social, para essa data, nos termos constantes nos diplomas sectoriais publicados. -----

----- Número cento e vinte e cinco, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número cento e cinco, de dois mil e vinte e três - UPAG - Mostra “Oeiras Ceramic Art dois mil e vinte e três” - Isenção de taxas, na qual deliberou, por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo treze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um do Partido

Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com três votos contra, sendo dois da Coligação Democrática Unitária e um do Partido Chega e com uma abstenção do Partido Iniciativa Liberal, autorizar a isenção do pagamento de taxas relativas à realização do evento “Oeiras Ceramic Art dois mil e vinte e três” a realizar no primeiro andar do Mercado Municipal de Oeiras, de dez a quinze de outubro de dois mil e vinte e três.-----

-----Número cento e seis, remetendo cópia da deliberação sobre Moção - Solidariedade pelas Vítimas da Guerra e pela solução política do conflito, apresentada pelo Grupo Político Municipal da CDU, na qual rejeitou, por maioria, com vinte e oito votos contra, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza e um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias, com duas abstenções, sendo uma do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e uma do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e com dois votos a favor da Coligação Democrática Unitária.-----

#### **6 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA SUSANA DUARTE:-----**

-----A **Senhora Vereadora Susana Duarte** prestou as seguintes informações:-----

-----“Começo por desejar um feliz Dia da Mulher às mulheres que estão em maioria neste Executivo, em Oeiras estamos bem representadas.-----

-----Vou dar três notas, mas duas delas não necessariamente no âmbito das minhas competências, porque participei e acho que vale a pena valorizar estas iniciativas.-----

-----A vinte e quatro de fevereiro, estive presente, com os Senhores Vereadores Pedro Patacho e Ana Filipa Laborinho, na cerimónia de entrega do prémio Mar Sustentável, uma



Câmara Municipal  
de Oeiras

iniciativa que saudamos e que interliga com o que tem sido a relação com o mar que o PSD tem defendido ao longo dos seus vários programas eleitorais, na relação que devemos construir com o mar e com o oceano e está aqui o Senhor Vereador Armando Soares que bem se lembra de alguns em que também participou. -----

----- Os fármacos foi algo que foi falado, porque acabam por ir direto para o mar, não só a nível de esgotos, mas por descargas, etc.. -----

----- As Centrais de Tratamento de Águas em Portugal, ainda nenhuma consegue remover destas águas residuais, apesar de as purificar, não consegue remover os fármacos. Até a Professora que lá estava da Universidade do Algarve, brincou que se conseguia perceber nas diversas zonas o tipo de consumo, não só ao nível de drogas ilícitas, mas também ao nível de drogas lícitas, sabemos que há mais idosos junto a Sines, porque há muitos analgésicos, etc.. -----

----- O problema é que, como vai para o mar, acaba por entrar na cadeia alimentar, uma vez que os peixes acabam por consumir e nós, inadvertidamente, acabamos por consumir também estes fármacos, sem necessitarmos deles. -----

----- O que se alerta, e que já se faz em alguns países nórdicos, mas que em Portugal ainda não se começou a fazer e seria pioneiro para Oeiras começar a olhar para este problema e, nas nossas Estações de Tratamento de Águas, preparar para a remoção destes fármacos, uma vez que têm que ser adaptadas. -----

----- Deixo a questão se o Município já tem algum plano ou se através dos SIMAS ou com outros Municípios, se encontra a preparar algum plano para a remoção destes fármacos nas Estações de Tratamento de Águas. -----

----- - No dia vinte e oito de fevereiro, estive presente, com os Senhores Vereadores Pedro Patacho e Carla Rocha, no sexagésimo nono aniversário da Divisão de Oeiras da Polícia de Segurança Pública. -----

----- Um evento que nos emocionou, eu deixo alguma parte para a Senhora Vereadora

Carla Rocha, que é muito melhor nesta parte do que eu, mas eu gostaria de vos dar aqui nota, porque, realmente, às vezes, focamo-nos em alguns acontecimentos menos bons por parte da nossa polícia e também o devemos fazer quando eles têm partes muito positivas e assim podermos saudar, homenagear e dar o nosso apreço, que muitos destes profissionais merecem, quando, por exemplo, no ano passado salvaram uma bebe de quinze dias de sufocar em leite materno, que salvaram duas munições, uma delas idosa que já estava desmaiada no incêndio em casa, sem qualquer equipamento e que na vicissitude dos bombeiros não chegarem a tempo, eles próprios se voluntariaram e conseguiram felizmente salvar as duas vítimas e até um munícipe com mobilidade reduzida que nas cheias ficou impedido de conseguir sair de casa devido à inundação no primeiro piso e eles entraram e conseguiram salvar não só esse munícipe, com a ajuda também depois de outro munícipe que se encontrava por perto, mas também o próprio canídeo que estava a nadar dentro de casa.-----

-----Isto são tudo momentos que nós temos também de aproveitar para valorizar as nossas forças policiais, que muitas vezes vão para além daquilo que é o dia a dia que nós estamos habituados, de regulação da vida quotidiana.-----

-----Quero acabar em bom, com a Feira de Vinhais, que vai ocorrer este fim de semana, e apesar de falarmos dela hoje, porque vamos ter uma proposta de deliberação, gostaria também de vos dar algumas ideias sobre isto, porque esta feira foi um bocadinho mais além daquilo que foi o ano passado, até porque o ano passado eu só estava aqui há um mês e não consegui programar muita coisa, este ano já tivemos mais alguma capacidade e a Casa de Vinhais este ano, para além daquilo que são as já habituais sessões musicais, digamos assim, com os Gaiteiros, vamos ter bandas, ranchos folclóricos, um deles de Oeiras, que tivemos o privilégio de conseguir integrar nestas festas e vamos ter uma coisa que culminou depois da Senhora Vereadora Carla Rocha ter ido comigo a Vinhais e termos visto uma lareira que ela decidiu transformá-la para Oeiras. A parte visual é muita inspiração da Senhora Vereadora Carla Rocha, mas depois a parte material



Câmara Municipal  
de Oeiras

foi comigo, que era tornar aquilo possível.-----

----- Já que temos ali a imagem de uma lareira vamos fazer contos à lareira. -----

----- Então durante estes dias numa parte mais cultural, vamos ter, por exemplo, no dia dez de março, logo na abertura, um poema de Fernando Pessoa “Ó sino da minha aldeia”, vamos ter depois vários momentos de literatura e de poesia de Miguel Torga e contos à lareira também nos dias dez e onze de março à noite, num ambiente mais intimista para que se possam ouvir contos tradicionais e também contar aos mais novos. -----

----- Trazer também um bocadinho do que é a cultura, não só de uma zona do nosso País, mas também mostrar aquilo que é o princípio do início da nossa feira das regiões que irá acontecer no próximo ano e aqui incluindo algumas variantes culturais que iremos ter mais aprofundadas neste evento. -----

----- Dar-vos nota que no sábado, às onze horas da manhã, teremos a nossa cerimónia protocolar, que faria todo o gosto em que estivessem presentes e que pudessem aproveitar para degustar da nossa gastronomia e ouvir um bocadinho daquilo que são as nossas tradições e ambientes.”-----

**7 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA ROCHA: -----**

----- A **Senhora Vereadora Carla Rocha** informou a Câmara do seguinte:-----

----- “A Comunicação não se comunica a si própria, nós comunicamos tudo o que nos é dado para comunicar, raramente falo da comunicação, mas eu tenho de falar sobre um pedido para um reforço de comunicação, um pedido da Senhora Vereadora Teresa Bacelar sobre o rastreio do cancro da mama e nós fizemo-lo, porque acredito mesmo que a comunicação é isto, é a possibilidade de estar, de ser e de sobreviver e, na verdade, todas as pessoas por causa desta política e desta comunicação, que vão como, eu fui, e dou os parabéns, porque está muito bem organizado, isto é serviço público, fizemos e continuaremos a fazer esta promoção cada vez mais incidente para que não fiquemos traídos com o dia a dia e nos esquecemos da nossa saúde.-----

----- - A PSP fez cento e nove anos, foi uma iniciativa muito interessante que decorreu no Taguspark, saí de lá com a perfeita noção de que estamos em boas mãos, aconteça o que acontecer, eles farão o seu melhor e darão de si, inclusive, aquela história de dar a vida pela vida nós sabemos que eles o farão, foi uma cerimónia muito emotiva, até com bastante ginástica à mistura, porque levantámo-nos e sentámo-nos várias vezes, mas sentimos que a nossa PSP é muito coesa. -----

-----Aqueles três casos de um bebé que sobreviveu, o Nuno que é um rapaz que tem cadeira de rodas, que foi salvo e o seu cão também nas cheias de Algés, bem como aquela senhora de oitenta anos e a sua filha, que também foi salva de um incêndio, nós sentimos que são três casos que representam em plenitude todo o trabalho da nossa PSP, só podemos estar contentes, satisfeitos e que bom que é eles serem de Oeiras e terem uma mulher à frente, também deve querer dizer alguma coisa. -----

----- - Hoje é o Dia da Mulher e tinha que dizer isto, o Musex acaba hoje, para quem não foi ver ainda tem oportunidade de o fazer até às vinte e uma horas e trinta minutos, certamente, estão a questionar-se porque é que eu falo tanto no Musex e eu falo porque, efetivamente é constrangedor pensarmos como é que ainda tão pouco foi feito do ponto de vista sexual feminino e é com muito orgulho que eu falo, não como pessoa com responsabilidade política, não como município, não como mulher e não como mãe de uma menina e também como filha, a verdade, é que todos nós devemos estar orgulhosos pelo facto do Musex ter acontecido no nosso território. -

-----Na passada sexta-feira, saiu um catálogo desta exposição, quem puder deve adquiri-lo, porque vale a pena, porque vai eternizar esta exposição. -----

----- - No fim de semana passado, estive na BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa, na companhia da Vereadora Susana Duarte, tivemos animação de época, tivemos o Marquês de Pombal, tivemos a Jocelina que é a criada e uma Duquesa. -----

-----No nosso “stand” esteve lá o Senhor Presidente da República a beber um Villa



Câmara Municipal  
de Oeiras

Oeiras, todos os dias houve provas no balcão, desde que abríamos até que fechávamos. -----

----- - Por fim, dizer que a Exposição Mais Mulher começou na Fábrica da Pólvora, foi para o Parque dos Poetas, neste momento, vai para a Oeiras Marina e para quem não foi ver vale a pena que o faça, porque a Exposição Mais Mulher são mulheres que de uma forma muito sensual são pessoas que ou tiveram um acidente ou por uma questão de saúde usam saco, são ostomizadas ou estão numa cadeira de rodas, mas não obstante isso, são mulheres por inteiro, são mulheres muito bonitas, por isso, aconselho que vejam esta exposição que já está no terceiro local no nosso território e pelo sucesso que tem vindo a ter.”-----

**8 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO:**-----

----- O Senhor Vereador Nuno Neto prestou à Câmara as seguintes informações: -----

----- “Hoje Dia da Mulher, falava a Vereadora Carla Rocha, sou mulher, eu tenho filha, etc., todos temos uma coisa em comum que é a mãe e essa é sempre a primeira mulher das nossas vidas e, por isso, nas nossas mães eu queria cumprimentar todas as mulheres e dizer que entendo o Dia da Mulher como um dia de combate à discriminação, à desigualdade e tudo o que vem de negativo atrás destes conceitos. -----

----- - Importa hoje também dar destaque à tomada de posse de uma associação do nosso Concelho, que poderia ser apenas mais uma tomada de posse de uma direção, mas que eu queria aqui cumprimentar especialmente pelo trabalho que tem feito a Associação Pombal Vinte e Um, que tem uma atuação nos bairros municipais de excelência, soube reconverter-se e tornar-se útil ao fim de muitos anos de existência, criando mecanismos de apoio, quer para crianças na sala de estudo, quer para os excluídos da era digital, quer para uma série de outros grupos de pessoas que residem nos bairros que importa aqui dar relevância.-----

----- O Presidente da Direção, o Adalberto, tem sido um parceiro essencial da Câmara Municipal, é novamente Presidente desta Associação e queria aqui cumprimentar, quer o Presidente, quer toda a Direção, quer as anteriores Direções que permitiram trazer esta

Associação até ao que é nos dias de hoje. -----

----- - Dar também nota que tivemos a interrupção do fornecimento de rações, no âmbito dos apoios sociais aos tutores de animais, o espaço do Jardim Municipal onde guardam foi inundada em dezembro, houve ali algumas complicações, já foi restabelecido este apoio e no passado dia um de março eu acompanhei a distribuição de rações que foi feita a casa dos tutores dos animais, uma vez que não foi possível durante o mês de dezembro e janeiro irem recolher no Jardim Municipal.” -----

#### **9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO:** -----

-----O **Senhor Vereador Pedro Patacho** informou a Câmara do seguinte:-----

-----“Gostaria de me associar a este magnífico e extraordinário Dia Internacional da Mulher, já se falou aqui das filhas, das mulheres, das mães e todo o homem, quer dizer nem todos, mas muitos amam as suas mulheres e, por isso, hoje embora seja o Dia da Mulher é também o dia dos homens que amam as suas mulheres e que as respeitam, de maneira que, associo-me desta maneira ao Dia Internacional da Mulher. -----

----- - Não posso deixar de assinalar a realização aqui em Oeiras da cerimónia de entrega dos prémios Mar Sustentável, subordinado ao tema o Futuro da Economia Azul, obviamente, não é alheio a isto o intenso trabalho que o Município tem vindo a fazer com a Associação Empresarial Fórum Oceano, no âmbito da preparação de um Plano de Ação para o Desenvolvimento da Nova Economia Azul no nosso território, um trabalho que tem sido bastante acompanhado também pelo Senhor Vice-Presidente. -----

-----Nesta cerimónia também estiveram presentes as Vereadoras Ana Filipe Laborinho e Susana Duarte e é prestigante termos recebido este evento no nosso Concelho com a presença do Senhor Secretário de Estado do Mar. -----

----- - No dia vinte e quatro de fevereiro, teve lugar uma reunião do Protocolo de Estado, onde estive presente com o Senhor Chefe de Gabinete, no âmbito da preparação da visita do



Câmara Municipal  
de Oeiras

Santo Padre a Portugal, mais concretamente a Oeiras, na altura em que decorrerão também as Jornadas Mundiais da Juventude.-----

----- - Estive presente na cerimónia de tomada de posse dos novos órgãos da Associação Pombal Vinte e Um , que como foi dito, tem feito um trabalho notável na área da educação, no apoio a crianças e jovens, um trabalho que tem sido seguido muito de perto pelo Departamento de Educação da Câmara Municipal na implementação de uma metodologia de trabalho que foi definida em conjunto em que, por um lado, se acompanham as crianças, por outro lado, interage-se muito proximamente com a escola e também com as famílias dessas crianças e desses jovens do bairro. - -----

----- - Continua a Corrida das Localidades, teve lugar, entretanto, o Troféu da Lage, no dia vinte e seis. -----

----- - No dia vinte e oito, em representação do Senhor Presidente tive a oportunidade de estar presente no sexagésimo nono aniversário da P S P de Oeiras, neste dia da Mulher também os parabéns à Senhora Comandante Nery pela cerimónia institucionalmente sóbria que organizou, mas extraordinariamente humana e emotiva até em determinado ponto e que foi muito elogiada por todos os presentes. -----

----- Destacar, o papel da Polícia de Segurança Pública no nosso Concelho, enquanto nosso parceiro e membro da nossa comunidade na construção da qualidade de vida de Oeiras.----

----- - No dia um de março, realizei a abertura do Quarto Encontro do Programa Oeiras Educa Mais, como sabem é o Programa de Educação Não Formal, a Câmara Municipal de Oeiras associa um conjunto muito grande de atividades educativas organizadas por parceiros da comunidade para as escolas e em ligação com as escolas, foi muito participado, quer por parceiros externos à Câmara Municipal, quer pelos próprios Serviços da Câmara Municipal.-----

----- Ainda durante este dia, tive oportunidade de acompanhar o Senhor Presidente numa visita à sede da Fundação Jornada Mundial da Juventude, na qual o Senhor Presidente da Câmara

Municipal foi homenageado pela Fundação, pelo seu contributo e apoio para a organização das Jornadas Mundiais da Juventude e tivemos oportunidade de visitar a sede da organização. -----

----- - No dia dois, participei no décimo terceiro Fórum Social de Palmela, subordinado ao tema descentralização, reorganização local e práticas, onde partilhei aquilo que tem sido o percurso de Oeiras, no que diz respeito à reorganização local e à adaptação e às práticas, no âmbito do primeiro do contrato interadministrativo de delegação de competências e depois mais tarde na descentralização no domínio da educação. -----

----- - Teve lugar no dia dois de março, o primeiro plenário do ano do Conselho Municipal de Juventude, para além de ser designado o membro para este Conselho, foram também apresentadas as Grandes Opções do Plano, o Plano de Atividades e as linhas orientadoras das políticas para a educação, neste nosso Plano de Atividades de dois mil e vinte e três.-----

----- - No dia quatro, teve lugar no nosso Concelho, o Concurso Nacional de Leitura Fase Municipal, onde pela primeira vez tivemos praticamente todos os agrupamentos de escolas representados, cerca de trinta escolas, mais de cem participantes, o que é bem revelador do trabalho que as Bibliotecas de Oeiras estão a fazer junto das bibliotecas escolares, incentivar a enorme participação das escolas. -----

----- - Este fim-de-semana, continuaram os Jogos de Oeiras com uma enormíssima participação no Torneio de Futsal, em São Julião da Barra.-----

----- - Hoje da parte da manhã, teve lugar uma reunião no Sistema de Segurança Interna, a propósito da preparação da Jornada Mundial de Juventude onde foram discutidos vários assuntos relacionados, quer com esse evento, quer com a visita do Santo Padre ao Concelho de Oeiras e as inerentes questões de segurança e proteção civil.”-----

-----Neste momento entrou na sala o **Senhor Vereador Duarte da Mata.** -----

**10 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARMANDO SOARES:** -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- O Senhor Vereador Armando Soares iniciou o seu período de informações, dando conta do seguinte: -----

----- “No âmbito das minhas participações destacar a reunião que tive com a Universidade Atlântica, no âmbito de algumas parcerias que o Município está a estabelecer e com algumas novidades para breve, nomeadamente no âmbito de consultas de osteopatia.-----

----- - Estive também numa reunião com o Centro de Cultura e Desporto no mesmo âmbito e a minha participação foi enquanto representante do Município no Fórum Internacional Permanente de Educação para o Empreendedorismo e Gestão de Recursos Humanos. -----

----- - Na atividade regular, dar-vos nota que temos continuado com o Projeto de Atendimento Descentralizado, têm agora também de ser efetuadas reuniões com os Diretores dos Agrupamentos de Escolas, com a finalidade de discutir temas como o SIADAP, Tempus, atualização do cadastro, formação e apoio social aos trabalhadores na saúde e segurança no trabalho. -- -----

----- Dar nota que o atendimento descentralizado nas oficinas de Vila Fria recebeu durante o mês passado trinta trabalhadores especificamente e, no âmbito da DGP - Divisão de Gestão de Pessoas, porque às vezes nós falamos um pouco que os Serviços da Câmara estão sobrecarregados e é verdade, todos tentamos dar o nosso melhor com as condições que temos e não nos faltam condições sempre, que faltam ser resolvidas, mas, por exemplo, a DGP só de vinte de fevereiro a seis de março teve seiscentos registos de contacto, pedidos de férias ou faltas por conta de férias, noventa e oito, regularização de ausências oitenta e três, problemas com registos biométricos, sessenta e seis e regularização de registo de picagens, quarenta e sete contactos. - -----

----- - No âmbito, do Dia da Mulher e agora passando por esse ponto, não posso passar à parte, porque nós, de facto, somos uma ilha, para ser pobre é preciso ter sorte no sítio onde se nasce e nascer em Portugal já é uma vantagem por comparação com muitos países e então nascer

em Oeiras é uma grande vantagem e também para se ser mulher estar em Portugal ou estar em Oeiras é verdadeiramente uma condição diferente. -----

-----Dar-vos uma nota relativamente aos nossos dados, em dois mil e vinte e dois dos dois mil setecentos e noventa e dois trabalhadores que estavam registados nessa altura, mil seiscentos e trinta e seis eram mulheres. -----

-----No género feminino tínhamos na DMEDSC - Direção Municipal Desenvolvimento Social e Cultura oitocentas e quinze mulheres, seguindo-se a DMAG - Direção Municipal de Administração Geral com duzentos e dezasseis colaboradoras. -----

-----No número de habilitações literárias, o número de mulheres é bastante superior ao número de homens nos nossos quadros da Câmara, nos grupos em que a escolaridade é igual ou superior ao nono ano e para vos dar uma ideia, fazendo a radiografia da Câmara, dirigentes, trinta e sete mulheres e trinta homens, técnicos superiores, trezentos e quarenta mulheres, cento e quarenta homens, assistentes técnicos, trezentas e sessenta mulheres e cento e doze homens, assistentes operacionais, oitocentas e quarenta e nove mulheres setecentos e setenta e quatro homens, os informáticos, duas mulheres, vinte e oito homens, Polícia Municipal com trinta e duas mulheres e cinquenta e seis homens e nos outros casos dezasseis, dezasseis, isto por comparação, juntando à presença das mulheres no Executivo, à presença das mulheres na Assembleia Municipal que é também presidida por uma mulher dizer-vos que este é um dia importante de assinalar, é um dia que faz falta, tendo em conta todo o histórico de luta ao longo de séculos das mulheres para se poderem afirmar num mundo que foi sempre liderado por homens e ainda é na grande maioria, mas aqui em Oeiras não vou dizer que somos uma exceção à regra, até porque cada vez mais há mulheres a assegurarem lugares de topo, mas a verdade, é que nos nossos quadros temos cada vez mais mulheres e muito bem colocadas. -----

-----Por último, dar nota também que hoje numa iniciativa comemorativa, foi feito aquilo que a DPS organizou como “workshop” de mecânica, onde participaram muitas mulheres entre



Câmara Municipal  
de Oeiras

as quais a nossa dirigente doutora Silva Breu, que decidiu mostrar como é que era possível mudar um pneu de saltos altos, o que me apraz registar, apesar de não ter estado presente nesse momento certamente marcante. -----

----- Existiu também alguma maquilhagem para as nossas trabalhadoras, essencialmente aquelas que são cantoneiras, jardineiras que estavam a sair dos seus turnos, julgo também que passaram por aqui, mas era essencialmente dedicado a elas para lembrar que não é preciso maquilhagem para se sentirem bem, o que me pareceu também foi uma maneira de as galvanizar e de as empoderar. -----

----- Por último, dizer também no que tem em conta ao empoderamento feminino, francamente acho que o Município de Oeiras com a organização do Amor Veneris Musex fez mais pelo empoderamento feminino do que muitas das iniciativas que eu registei ao longo de décadas e décadas e décadas em Portugal inteiro. -----

----- Isso foi, de facto, uma iniciativa marcante, verdadeiramente disruptiva daquelas que marca uma era e é com muito orgulho que fiz parte também dessa aprovação, porque não bastam umas palavras, são precisos atos e acho que no Município de Oeiras nós temos tido esses atos todos os dias, parabéns a todos os homens que trabalham cá e a todas as grandes mulheres que fazem parte dos quadros deste Município.” -----

**11 - INFORMAÇÕES -- SRA. VEREADORA TERESA BACELAR: -----**

----- A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** informou a Câmara do seguinte:-----

----- “Estive presente na tomada de posse dos novos órgãos sociais da Associação Pombal Vinte e Um, é incontornável o trabalho que esta Direção tem desenvolvido e que vai, com certeza, continuar a desenvolver e que bom que é para nós políticos ter estas entidades, estas associações como parceiros no território que facilitam sem dúvida o nosso trabalho, por isso, estão todos de parabéns.-----

----- - No dia um de março, estive presente no Centro Nuno Belmar da Costa, no

Memorial Comunitário no Dia da Discriminação Zero, também com a presença do Senhor Vice-Presidente, que teve como objetivo sensibilizar e lembrar o respeito para os direitos de todas as pessoas, foi uma atividade muito concorrida, esteve presente a PSP, os bombeiros, as escolas e outras entidades da rede social. -----

----- - Esta semana aconteceu algo que tem um valor simbólico e eu tenho que referir, que é o encerramento do Centro de Vacinação, no Pavilhão Carlos Queiroz. -----

-----Fez três anos esta semana que tivemos conhecimento dos primeiros dois casos de COVID em Portugal, dizer que o Centro de Vacinação fechou, a vacinação de COVID-Dezanove será garantida no Centro de Saúde de Paço de Arcos aos sábados entre as nove e as dezasseis horas, com início já no próximo sábado, dia onze de março.-----

-----Permita-me Senhor Presidente fazer aqui um breve resumo de alguns números que eu acho que são importantes nesta fase.-----

-----Relembrar, foram administradas quatrocentas e setenta e seis mil vacinas desde o dia dez de fevereiro de dois mil e vinte e um e para que tudo fosse possível o Município investiu cerca de cinco milhões de euros no Centro de Vacinação, no apetrechamento dos postos de enfermagem, apoio administrativo, disponibilização de equipamento informático e audiovisual, afetação de recursos humanos de apoio, contratação de enfermeiros, disponibilização de refeições aos profissionais e pessoal afeto ao Centro de Vacinação e a garantia de transporte gratuito aos municípios.- -----

-----O nosso Centro de Vacinação foi um Centro de excelência e de referência a nível nacional, estamos todos de parabéns pela capacidade de resposta que alcançámos, continuaremos a ter como prioridade cuidar e proteger os nossos municípios e organizações, mantendo a vigilância da situação pandémica através de políticas que dotem o território das melhores condições de vida, de forma a garantir a proteção de todos.-----

-----Não posso deixar de lembrar como nos organizámos durante este contexto



Câmara Municipal  
de Oeiras

pandémico, este dever de serviço público, de cuidado e proteção ganham uma importância ainda maior com a implementação de um conjunto de medidas de apoio aos munícipes, famílias e às entidades locais. -----

----- Passaram três anos desde o dia dezoito de março, dia em que foi decretado pelo Presidente da República Estado de Emergência em Portugal e, desde então, um desafio para todos nós, talvez este tenha sido um dos maiores desafios dos últimos anos a todos os níveis de grande aprendizagem e crescimento. -----

----- Desde a primeira hora, o Município estruturou várias medidas de apoio ao Serviço Nacional de Saúde, às instituições locais, ao comércio, às cooperações de bombeiros, às empresas, aos colaboradores, aos munícipes, às pessoas. -----

----- Sabíamos que a nossa prioridade seria a de ninguém, nenhuma família, nenhuma pessoa ficasse para trás e ninguém ficou, chegámos a todos e a todo o lado. -----

----- Neste combate à pandemia e neste cuidar o Município gastou mais de dezanove milhões de euros, eu vou repetir dezanove milhões de euros, assim, após três anos, depois do início do Estado de Emergência com a simbologia do encerramento do Centro de Vacinação não poderíamos deixar de lembrar, reconhecer e agradecer a todos os que se associaram ao Município neste esforço de garantir a prestação de um apoio de proximidade mais humano, mais seguro, mais protetor, potenciando uma vivência coesa e mais solidária. -----

----- Demonstrámos ter uma rapidez de resposta, capacidade em unir esforços, de reagir, de trabalhar no desconhecido, de prevenir com momentos altos e outros baixos, mas sem nunca perder o foco, porque aquilo que nos move e une em Oeiras foram, são e serão sempre as pessoas. --- -----

----- E, assim, vou dar os últimos registos dos casos COVID, em Oeiras temos um total de noventa e um mil quatrocentos e vinte e quatro casos, recuperados, noventa mil novecentos e noventa e nove, óbitos trezentos e noventa e quatro e, ativos, neste momento, trinta e um casos.”

**12 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA ANA FILIPA LABORINHO: -----**

-----A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** prestou à Câmara as seguintes informações: -----

-----“Como não podia deixar de ser, vou falar do Dia Internacional da Mulher. -----

-----Porque hoje assinalamos o Dia Internacional das Mulheres, criado pelas Nações Unidas como forma de chamar a atenção para as desigualdades existentes com base no género e promover a reflexão sobre o trabalho que é necessário fazer para garantir o cumprimento dos direitos das mulheres. -----

-----A ONU determinou ainda a igualdade de género como um dos dezassete objetivos globais, sublinhando a sua importância para o cumprimento das metas para alcançar um desenvolvimento sustentável, mas a verdade, é que, apesar, de todos os avanços e das conquistas alcançadas ainda há um caminho a fazer para que a plena igualdade seja efetiva, por isso hoje, este dia convoca cada uma e cada um de nós a refletir sobre o progresso alcançado e sobre o que podemos fazer para aprofundá-lo. -----

-----As mulheres têm sido fundamentais na construção das sociedades e em Oeiras não é exceção. --- -----

-----Quero hoje aqui destacar as trabalhadoras, as dirigentes, as eleitas no Executivo, todas nós mulheres que temos colocado a nossa experiência e o nosso conhecimento e dedicação no trabalho pelos oeirenses e por Oeiras aqui na Câmara Municipal de Oeiras, mas quero realçar também as restantes mulheres que em Oeiras são mais de cinquenta por cento da sua população residente. -- -----

-----Este é um dos dados que consta da folha informativa que lançámos hoje, exclusivamente sobre as mulheres residentes em Oeiras, apresentando os dados desagregados à semelhança daquilo que hoje o Vereador Armando Soares nos trouxe, mas no plano interno, sem dúvida é muito relevante nós podermos ter esta análise por género. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- O Município tem implementado políticas públicas para a igualdade de género e está a aprofundar os compromissos nesta área que se traduzirão no Plano Municipal da Igualdade que queremos apresentar ainda este ano, mas este ano, neste dia, damos nota do início do projeto desagregação de dados por género que aqui já falei e da criação de uma biblioteca da igualdade, projetos que começamos agora a desenvolver. -----

----- Desejo assim, um feliz Dia da Mulher a todas as mulheres que vivem, trabalham, estudam ou visitam Oeiras. -----

----- - Quero ainda também dar nota daquilo que foi hoje a atividade promovida pela DPS e sobre a qual o Senhor Vereador Armando Soares já falou, foi uma experiência única esta manhã em que estivemos a ver o óleo, a mudar pneus, inclusivamente, a eletricidade e repor as luzes dos carros, eu acho que estas iniciativas, para além de nos darem aqui também um dia diferente, promovem esta quebra de estereótipos, mostrando que as mulheres estão aptas a fazer qualquer atividade, qualquer iniciativa e os homens também estão, portanto, também eles têm espaço para acrescentar as suas competências, outras competências que, por vezes, alguns acham que são apenas no feminino.-----

----- - Neste dia, também não podia, obviamente, deixar de falar do Musex que fecha hoje e eu concordo em absoluto com aquilo que a Vereadora Carla Rocha disse, este museu foi uma “pedrada no charco” falarmos das questões da sexualidade como foram faladas e como aquele espaço foi aproveitado para debates tão importantes e para o lançamento até de estudos e de trabalhos que foram feitos, foi sem dúvida um sucesso esta experiência que termina hoje no Palácio Anjos. -----

----- Até era injusto não falar deste espaço e de tudo aquilo que ali aconteceu neste Dia da Mulher e neste que é o último dia do Musex. -----

----- Quero agradecer à Vereadora Carla Rocha o caderno que hoje aqui nos trouxe e, não é por acaso, que falo disto, porque numa das últimas reuniões a Vereadora Carla Rocha trouxe-

nos aqui uma recriação do quadro do Marquês de Pombal, só depois quando cheguei a casa é que tive oportunidade de ver em pormenor, fiquei completamente fã deste novo “merchandising”, porque acho que também esta forma de nós reinterpretarmos aquilo que são os clássicos e, neste caso, é um quadro clássico do Marquês de Pombal e permitir que outros autores possam ter a sua própria visão sobre aquilo que é a nossa história comum, julgo que foi sem dúvida um grande sucesso e se esta é a linha do novo “merchandising” de Oeiras, acho que estamos no bom caminho, não podia deixar de dar esta nota.”-----

### 13 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR DUARTE DA MATA: -----

-----O **Senhor Vereador Duarte da Mata** prestou à Câmara as seguintes informações: --

-----“Cumprimento todos, Senhor Presidente, colegas aqui presentes, público em geral e começava por pedir desculpa pelo meu atraso tardio coisa que normalmente não acontece, mas foi mesmo impossível chegar antes. -----

-----Começava também pelo Dia da Mulher. Saudar as mulheres presentes e pedir desculpa por a minha vinda ter desequilibrado o rácio das mulheres aqui nesta mesa e favorecer os homens. A Vereadora Carla Castelo com certeza colabora com isto que estou a dizer. -----

-----Uma especial saudação a todas as mulheres da Câmara de Oeiras, que trabalham e dão o ser melhor todos os dias e dar um voto de esperança por um Dia da Mulher que termine rápido, ou seja, que o mais depressa possível não tenhamos que comemorar o Dia da Mulher como também não comemoramos o Dia do Homem e, enquanto tivermos que comemorar o Dia da Mulher quer dizer que esse dia faz falta e realmente faz, não para darmos flores, mas para darmos, de facto, as condições de igualdade, de acesso, de oportunidades, de tratamento e depois o flagelo da violência doméstica, que é uma coisa que me deixa absolutamente doente. -----

-----As notícias continuam a chegar e são, de facto, graves e, portanto, acho que estamos muito longe de deixar de comemorar o Dia da Mulher e vamos ter que o continuar a comemorar.

-----Quanto a informações, acompanhado da Vereadora Carla Castelo e de várias pessoas



Câmara Municipal  
de Oeiras

do Evoluir Oeiras tivemos encontros com alguns moradores de alguns locais do Município.-----

----- Um deles, visitámos o Aterro de Porto Salvo, que foi feito em área de Reserva Ecológica Nacional para ver como é que estavam a avançar os trabalhos de retirada de terra e verifiquei “in loco” que, de facto, foi recomeçado retirar uma pequena, quase simbólica, camada de terra na entrada desse Aterro e, portanto, gostaria de perguntar como é que está esse processo.

----- - Queria também saber como é que está a venda em hasta pública do terreno da antiga Companhia Nacional Petroquímica, na zona da chamada Rotunda dos Cavalos, porque me parece um nome muito mais saudável, apesar de tudo do que Praça Oeiras Valley, como se pretende e portanto, gostaria de saber como é que está, porque eu sou bastante sensível à argumentação do Senhor Presidente e do Executivo em relação à questão dos solos urbanos e da falta de solos urbanos, etc., e nós temos aqui mais um ativo da Câmara que, pelo menos por uma vez, ou por duas vezes já terá tentado ter sido vendido em hasta pública, sem sucesso. -----

----- Nós temos aqui uma oportunidade de rapidamente focar aqui, então, a execução de habitação pública e o acesso à habitação, com todas as questões de dignidade que isso significa. -

----- Gostávamos de saber como é que isso está, porque nos abstivemos na questão da hasta pública propriamente dita, porque tinha a ver com o contexto, mas, de facto, era o contexto que tínhamos em cima da mesa, como diz bem o Senhor Presidente, aqui parece-me interessante, nós poderemos reverter esta venda, porque temos aqui um ativo para podermos construir edifícios em solo municipal. -----

----- - Isto também me levanta outra questão, não muito longe dali, a caminho de Paço de Arcos, estão também várias Torres devolutas há vários anos, houve uma altura que ainda havia umas luzes nalguns edifícios, mas agora não há, está tudo fechado a cadeado, em frente a um bairro municipal. -----

----- Temos ali umas largas dezenas, para não dizer centenas de fogos e eu tenho alguma esperança que este programa que o Governo criou, possa, de facto, resolver o problema deste tipo

de situação, que ninguém consegue compreender, há tantos anos edifícios prontos a habitar e que não são habitados, sei que são edifícios privados, mas esperemos que agora neste programa do Governo consigamos ter os tais mecanismos que nos permitem intervir, quando, de facto, a habitação e a falta de solos urbanos está em causa. -----

-----Gostava de saber se a Câmara tem algum trabalho feito junto deste processo.-----

----- - Queria também saber em relação ao Plano Urbanístico Moinho das Antas, há duas reuniões passadas, quando estive aqui, fiz um pedido ao Senhor Presidente, no sentido de perceber se também estaria a ser trabalhada a área do Moinho das Antas da mesma forma que foi com o Espargal, ou seja, alteração do Plano de Pormenor. -----

-----Depreendi pelo seu discurso que o Senhor Presidente não negou que estivesse a Câmara a trabalhar na transformação da capacidade edificatória noutra tipo de solução, nomeadamente com torres de alta envergadura, como está mesmo junto ao Espargal e, como eu já defendia, acho que estas situações têm que ser desenhadas em conjunto e já foi feito um requerimento em dez de janeiro, que ainda não tem resposta, e eu sei que o silêncio também é conversa, mas, em todo o caso, acho que as populações têm todo o interesse em saber o que é que vai acontecer no Moinho das Antas, que é exatamente do lado oposto a escassas centenas de metros do Espargal.-----

----- - Está há três dias a decorrer, aparentemente, o início de uma obra em frente à Prisão de Caxias, naquele cruzamento e não está lá nenhuma indicação do que é, não sei se a Câmara tem ideia do que é, são duas máquinas a abrir ali uma frente e não se percebe se aquilo é uma intervenção, de que entidade é que é, se a Câmara tem conhecimento, de modo que queria também ter essa informação. -----

----- - Seguindo os simpáticos convites da Vereadora Joana Baptista para visitar, quer o Parque de Estacionamento dos Navegantes, quer depois a Ciclovía da Medrosa, gostaria de informar que ao Estacionamento dos Navegantes eu fui lá, está aberto, eu visitei, portanto, penso



Câmara Municipal  
de Oeiras

que está resolvido, saúdo a questão do rebaixamento das passadeiras e a passadeira que foi entretanto colocada lá e em relação à Ciclovía da Medrosa também me desloquei lá de bicicleta e fiz aquela ciclovía e espero Senhora Vereadora que aquilo ainda esteja longe de estar pronto, porque a ciclovía tem imensos problemas do ponto de vista do desenho, de qualidade, de uma ligação que nós apoiamos e apoiaremos, mas, de facto, tem ali falhas muito grandes, podemos falar sobre isso se entender, mas era bom que houvesse uma revisão muito cuidadosa antes de abrir ao público.”-----

**14 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA: -----**

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** iniciou o seu período de informações dando conta do seguinte: -----

----- “A todos os presentes feliz Dia da Mulher, feliz Dia do Homem, feliz dia para todos é o que eu desejo. -----

----- - No dia vinte e três de fevereiro visitei, acompanhada da equipa das Obras Municipais a obra em curso no Palácio do Marquês de Pombal. -----

----- Certamente poderá ser uma interrogação para todos, por que é que a obra do Palácio ainda não terminou. -----

----- Naturalmente, em todas as obras existem vicissitudes e esta é mais uma delas, o empreiteiro fez algumas subempreitadas específicas em função da natureza e da complexidade da obra e algumas não correram bem e, portanto, o empreiteiro está a sentir algumas dificuldades e em função disso tivemos a nossa reunião e, neste momento, falta cerca de dez a quinze por cento da obra para estar terminada. -----

----- Após esclarecidas algumas situações, a empresa Signinum, Limitada comprometeu-se a terminar esta obra até ao final do mês de abril.-----

----- - Nesse mesmo dia visitei com a Delegação da Santa Sé e Protocolo de Estado, o Passeio Marítimo de Algés, no âmbito das Jornadas Mundiais da Juventude com o objetivo de

aferir “in loco”, as necessidades que devem ser consideradas ao nível da segurança, da mobilidade e da logística.-----

----- - Nesse mesmo dia visitei o Mercado de Algés, um dos locais mais fustigados pelas intempéries ocorridas em dezembro último e cujo concessionário está a ser apoiado pelo Município de Oeiras. -----

-----Como é sabido, Oeiras foi o primeiro Município a decidir apoiar os seus comerciantes, tendo já sido entregue a primeira tranche de apoios e aprovada a entrega da segunda. --- -----

-----Estamos conscientes que estes apoios são fundamentais para que os comerciantes possam voltar a abrir portas e retomar a normalidade. -----

----- - No dia vinte e quatro de fevereiro, almoçámos, o Senhor Presidente e alguns Vereadores com a Direção-Geral de Faróis, tenho a salientar a relação de proximidade entre o Município e esta entidade.-----

-----A pedido da Direção, na pessoa do Capitão de Mar e Guerra, Pedro Miranda de Castro foram realizados dois murais alusivos à Marinha materializados no Bairro dos Faroleiros, em Paço de Arcos, com o financiamento no montante de doze mil euros. -----

-----Atualmente estamos a desenvolver as necessárias diligências com vista à reparação da rampa que garante o acesso às embarcações.-----

----- - No dia vinte e oito de fevereiro, teve lugar o aniversário da Polícia de Segurança Pública de Oeiras, eu não pude estar presente, esteve presente o meu adjunto. Mas a este respeito é importante informar a relação que o Município de Oeiras tem tido com a PSP e a forma inegável como tem contribuído, para que a PSP desenvolva a sua principal função nas melhores condições e reforçando o sentimento e a segurança do próprio Município.-----

-----Nos últimos quatro anos foram atribuídas a esta entidade treze viaturas ligeiras de passageiros, seis viaturas ligeiras de mercadorias e seis motociclos, um investimento de mais de



Câmara Municipal  
de Oeiras

meio milhão de euros. -----

----- Por outro lado, o Município tem igualmente assegurado a manutenção das viaturas da Polícia de Segurança Pública nas nossas oficinas de Vila Fria sob pena de comprometer a operacionalidade da Polícia de Segurança Pública. -----

----- Entre outro equipamento, impressoras, equipamento informático, constantemente a Câmara Municipal de Oeiras fornece à Polícia de Segurança Pública.-----

----- Hoje em dia, fazemos reparações em todas as esquadras, está neste momento em curso o projeto da nova esquadra da PSP de Carnaxide e também a melhoria e aumento do alojamento para polícias.-----

----- - No dia um de março estive presente num almoço com o Senhor Presidente na Associação de Comandos a convite do Sargento Carlos Matias e do Senhor Presidente doutor Lobo do Amaral, instalada na Bateria da Lage.-----

----- Desde há muito que o nosso Município apoia esta Associação por se tratar de um espaço cheio de história e com uma vista maravilhosa, devendo e merecendo ser valorizado, assim, estamos a providenciar o estudo de requalificação da paisagem para que este passe a ser mais um local onde possam ser criadas memórias.-----

----- Também a título informativo o projeto já está concluído há cerca de dois anos, mas ainda não houve disponibilidade para o introduzir no orçamento, o arruamento que irá permitir uma passagem franca, confortável e segura entre Santo Amaro de Oeiras e Paço de Arcos, na zona sul da linha férrea, porque é um projeto que já está concluído. -----

----- - No dia três de março, juntamente com a equipa das Obras Municipais do Departamento de Ambiente e a Área da Mobilidade do Planeamento, acompanharam o Senhor Presidente em três visitas de trabalho à Quinta do Marquês. -----

----- Trata-se de uma proposta no âmbito do Orçamento Participativo que visa a criação de uma alameda ciclope/pedonal na Rua Professor Egas Moniz, pretende-se que este eixo fique

interligado aos eixos pedocicláveis que já existem e, aliás, foram aludidos pelo Vereador Duarte da Mata, desde a Praia da Torre passando pela Estrada da Medrosa ligando à Estação do Caminho de Ferro, à Alameda de Nova Oeiras, à Quinta das Palmeiras e à Quinta do Marquês. --

----- - Visitámos também um parque infantil junto à Escola Sá de Miranda. Foram feitos trabalhos de requalificação no montante de setenta mil euros, aguardamos a próxima semana para reabrimos este parque. -----

----- - Ainda a respeito dos parques infantis tenho a informar que nos últimos quatro anos foi efetuado um investimento de aproximadamente dois milhões de euros por todo o território concelhio, naquilo que são trabalhos de construção e requalificação destes parques infantis, daquilo que é uma nova dimensão e setecentos e cinquenta mil euros na sua manutenção preventiva e corretiva.-----

----- - Visitámos também a Alameda Conde de Oeiras com cerca de um quilómetro e quatrocentos metros, esta visita teve como objetivo aferir no local a elaboração do estudo que visa a criação de lugares de estacionamento, com uma infraestrutura naturalizada e simultaneamente prever a plantação de árvores com cor ao nível da floração no interior da Alameda. -- -----

----- - Visitei também a obra a decorrer no edifício da “Motorpress” no centro da Cruz Quebrada onde verificámos com o Senhor Presidente a evolução dos trabalhos. -----

-----Trata-se de um edifício com uma arquitetura muito interessante e de referência e com uma praça interior, igualmente muito interessante e com alçado que confina com a Rua Policarpo Anjos, que irá proporcionar o surgimento de um passeio generoso e subsequentemente permitir uma maior conexão com o comércio local. -----

----- - No dia oito de março visitei com a Parques Tejo, a Freguesia de Barcarena para verificação de diversas situações relacionadas com a mobilidade, designadamente o pavimento do arruamento que servirá de alternativa à Rua Felner Duarte, porque pretendemos introduzir um



Câmara Municipal  
de Oeiras

só sentido de trânsito no Centro Histórico de Barcarena e temos que perceber se estão criadas todas as condições de conforto e segurança na área envolvente ao centro histórico.-----

----- - Visitei também juntamente com um munícipe, por acaso, Deputado Municipal do Partido Socialista, uma situação da Rua Sete de Junho, que o próprio tinha assinalado na Assembleia Municipal.-----

----- - Em resposta ao Vereador Duarte da Mata, numa das questões que colocou relativamente à questão do Aterro do Casal das Chocas.-----

----- Como sabe, foi lançado um procedimento, adjudicado e foi consignado no passado dia seis de março para a restituição das condições prévias ao Aterro no Casal das Chocas, porém, derivado da chuva e das condições meteorológicas adversas ainda não foi possível iniciar os trabalhos, portanto, estamos dependentes do bom tempo para iniciar esses trabalhos. -----

----- Quero crer que o bom tempo que está anunciado para o próximo fim de semana vá permitir o início dos trabalhos no início da próxima semana. -----

----- Informar também que, no âmbito do Projeto CAptDois, circularidade da água por todos e para todos, decorreu uma visita de estudo internacional a Chipre, entre os dias seis de fevereiro a dois de março, na qual participaram a Diretora do Departamento de Ambiente, a Chefe da Divisão da Gestão Ambiental e o técnico da DGA, Domingos Leitão.-----

----- A visita foi extremamente produtiva por permitir o conhecimento de sistemas de gestão diferenciados no uso racional da água, quer para abastecimento à população, quer nos domínios da reutilização, foram identificadas boas práticas que poderão ser aplicadas nos planos locais de ação, como é o exemplo, a adoção de reservatórios de sistemas de bombagem em edifícios privados para aliviar a pressão na rede de abastecimento público e consequentemente originar uma redução elevada de perdas de água neste sistema. -----

----- Ao nível da Proteção Civil tenho a assinalar duas intervenções operacionais, uma no muro que confina com as habitações na Rua do Alegre e a Avenida da República em Algés, a

necessidade de substituir coercivamente, portanto, em substituição dos particulares, os coletores domésticos e pluviais entre os números trinta e oito e cinquenta, pelo facto de estarem a provocar infiltrações no muro e conseqüentemente a provocar o aumento da pressão hidrostática sobre o mesmo, aliás, parte do mesmo já caiu e, portanto, estamos a falar de uma obra articulada entre os SIMAS, a Proteção Civil e o Departamento de Obras. -----

----- - No fim de semana passado tivemos um incêndio, certamente tiveram conhecimento através dos órgãos de comunicação social, no Hospital-Prisão de Caxias e estiveram envolvidos vinte e três veículos, sessenta e oito bombeiros, tantos municipais como fora do Concelho, de Carcavelos, São Domingos de Rana e Parede.-----

-----Feridos por inalação de fumos foram assistidas vinte e cinco pessoas no local e dos quais oito foram encaminhados para o hospital, mas nenhum preso, dois enfermeiros, quatro guardas prisionais, um auxiliar e um bombeiro de Paço de Arcos.-----

----- - Nos dias nove e dez de março vamos ter em Oeiras, designadamente no dia dez, no Parque dos Poetas, no Templo da Poesia, o quadragésimo quinto Congresso da INTA “Da Cidade à Civitas: cuidar da Cidade e devolvê-la aos seus habitantes”, e para mim tem sido um prazer organizar este Congresso com o Professor Nunes da Silva juntamente com os nossos Serviços Municipais, por isso, convido todos os presentes a estarem no Templo da Poesia no dia dez de março. -----

-----Este congresso é para refletirmos sobre todas as transformações e mudanças a que estamos a assistir e em vez de reagirmos temos que agir, ao nível da saúde ambiental, transportes, mobilidade ativa e construção sustentável.-----

----- - Concertámos agora com o Senhor Presidente a apresentação pública do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável e de Acessibilidades, portanto, antes de avançarmos para a discussão pública, vamos fazer uma apresentação pública destes planos, no Auditório Ruy de Carvalho, no dia vinte e um de março, às dezoito horas. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- - Nesse mesmo dia, início da Primavera e Dia da Árvore, vamos avançar com plantações por todo o Concelho, é uma atividade bastante musculada e liderada pelo Departamento de Ambiente, mas também com o Departamento de Educação, com o Departamento de Ação Social envolvendo os mais idosos através das Unidade Seniores e também envolvendo as empresas através do Programa Oeiras Solidária, portanto, doutora Sílvia bom trabalho, porque vai ser, de facto, uma ação um pouco concertada e um pouco por todo o Concelho.- -----

----- - Respondendo à Vereadora Susana Duarte sobre uma questão que colocou, dizer que os SIMAS não têm qualquer intervenção no tratamento de águas residuais, porque essa intervenção e essa responsabilidade é das Águas do Tejo Atlântico. De qualquer das formas, consultada essa entidade não existe um tratamento específico para a eliminação dos fármacos, os tratamentos existentes nas suas várias fases podem eliminar os fármacos, mas não é garantido. ---

----- - Quanto a uma outra questão colocada pelo Vereador Duarte da Mata, uma obra na Prisão de Caxias, desconheço senhor vereador, mas vou aferir e na próxima reunião de Câmara, informo.--- -----

----- - No entanto, fico muito satisfeita que me convide para um passeio na Ciclovía da Medrosa, é com todo o entusiasmo que o farei consigo, estamos sempre disponíveis para fazermos melhorias e correções naquilo que é uma obra que ainda não finalizou, ainda existem situações que irão ser corrigidas até ao final do mês de março, portanto, espero que esta obra termine no final deste mês, mas é uma obra que poderá sempre sofrer melhoramentos e estamos disponíveis para acolher sugestões e, portanto, aguardo, convide-me para esse passeio.” -----

**15 - INFORMAÇÕES - SR. VICE-PRESIDENTE:-----**

----- O Senhor Vice-Presidente prestou à Câmara as seguintes informações:-----

----- “Começando por solidarizar-me e acompanhar tudo o que foi dito anteriormente pelos Senhores Vereadores sobre o Dia da Mulher e, na certeza, que é um dia no qual se

combatem todas as formas de discriminação, este, salientando o papel da mulher na sociedade. --

-----Sobre este dia gostaria de dizer duas coisas que ainda ninguém disse, ou seja, é preciso perceber que só é possível comemorar o Dia das Mulheres, porque vivemos em sociedades livres, em sociedades liberais.-----

-----Sem democracias liberais não havia Dia da Mulher.-----

-----Se olharmos para a história verificamos que não há nenhum regime governado por partidos socialistas científicos, que teve como Chefe de Estado, uma senhora, não é possível, foram precisos homens livres e de bons costumes para criar uma sociedade liberal que permita a igualdade de género e igualdade entre todos os seres humanos, portanto, também isto nós celebramos hoje.-----

-----Há pouco, ouvi a Vereadora Ana Filipa Laborinho, falar sobre como as Nações Unidas decretaram o Dia Internacional das Mulheres, as Nações Unidas são também naturalmente o produto de homens livres e de mulheres livres, que estiveram na génese da sua criação, portanto, se nós não vivêssemos em democracias liberais, não havia Dia da Mulher para ninguém. -------

----- - Depois sendo o mais sintético possível, gostaria de salientar a minha presença no centésimo aniversário da ACECOA - Associação Comercial e Empresarial dos Concelhos de Oeiras e da Amadora, no Restaurante Caravela d'Ouro, em Algés e a intervenção do Senhor Presidente e o papel da ACECOA, hoje, em ambos os Concelhos, naturalmente quando a ACECOA nasceu há cem anos era apenas o Concelho de Oeiras, hoje, em ambos os Concelhos, mas cabe-me a mim dizer do seu papel na dinamização da economia local e no acompanhamento da economia local no Concelho de Oeiras, dizendo também que tem sido o parceiro fundamental do Concelho de Oeiras na sua relação com os comerciantes e, particularmente, com os pequenos empresários.-----

----- - Nesse mesmo dia, no dia vinte e cinco de fevereiro, estive presente na tomada de



Câmara Municipal  
de Oeiras

posse dos novos órgãos sociais da Associação Pombal Vinte e Um, acompanhando aquilo que foi dito pelos Senhores Vereadores sobre o trabalho da Pombal Vinte e Um em múltiplas dimensões, a dimensão de apoio social, na limpeza do bairro, na educação dos jovens, na educação, na informática, na terceira idade, na prática desportiva, a atual direção da Pombal Vinte e Um tem tido um trabalho absolutamente de assinalar e de respeitar, até porque nasce do próprio bairro. ---

----- A Direção da Associação nasce naturalmente com o apoio que merece por parte do Município, até porque eles fazem obra e fazem obra social importante e o reforço do espírito da comunidade no bairro tem sido maravilhosamente bem trabalhado por esta Associação. -----

----- Eu tive ocasião de dizer, falei na tomada de posse da Direção, que o trabalho desenvolvido pela Pombal Vinte e Um, a nível do desenvolvimento comunitário, dava direito a uma tese.-- -----

----- Hoje há tantas teses feitas sobre coisas que não têm relevância nenhuma. O trabalho da Associação Pombal Vinte e Um é um tratado desenvolvimento comunitário e é interessante que fosse tratado como tal.-----

----- - No dia um de março também com o espírito de não discriminação que estamos a comemorar hoje, estive presente no Mural Comunitário pela Discriminação Zero, no Centro Nuno Belmar da Costa, em Oeiras. Fui lá apenas por uma razão, porque aqueles são os mais frágeis entre os frágeis, o trabalho do Centro Nuno Belmar da Costa é absolutamente notável de carinho por seres humanos que não se podem defender por si próprios, alguns nem se podem alimentar por si próprios, mas não deixam de ser vidas humanas que estão tantas vezes dentro de carapaças, que parecem não ter nada, mas, afinal, têm muita vida.-----

----- Eu estive a pintar com eles e foi muito revelador. -----

----- - No dia três de março, representando o Senhor Presidente, estive presente na abertura da exposição Mãos do Mestre, que honra e homenageia o Mestre Gilberto Grácio, Lendário de um Guerreiro, foi um grande construtor de guitarras portuguesas e de violas. -----

-----Recomendava a visita à exposição. É interessante como nós não conhecemos estas pessoas, mas, provavelmente sem o Mestre Grácio e sem o seu herdeiro ilegítimo, por assim dizer, porque era herdeiro de profissão, um Mestre Guitarreiro, Hugo Miranda, sem estas pessoas, os mestres músicos que nós amamos e que nos emocionam tantas vezes como Carlos Paredes e o Mestre Chainho, nenhum deles seria, provavelmente, o mesmo, são estas pessoas que dão a matéria-prima para que a obra seja possível.”-----

#### 16 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE: -----

-----O **Senhor Presidente** iniciou o seu período de informações dizendo o seguinte: -----

-----“Faço minhas as palavras que foram aqui ditas a propósito do Dia Internacional da Mulher, tirando apenas uma conclusão, afinal o que é preciso é nós defendermos a democracia e aprofundá-la, porque é assim que nós garantimos a igualdade de direitos e as diferenças, naturalmente, entre os homens e as mulheres, entre pobres e ricos, entre patrões e empregados, não quer dizer que seja tudo igual, atenção, as desigualdades que são ofensivas da dignidade das pessoas, portanto, tudo radica na qualidade da nossa democracia, de maneira que é bom que todos aqueles que porventura, já nasceram na democracia, vivem em democracia e não têm noção do que são os ditadores, tenham bem a consciência do que é o papel vital da democracia para todas as nossas vidas e o modelo de sociedade que pretendemos construir e viver. -----

-----E nunca é demais no Dia Internacional da Mulher lembrar tudo isso. -----

----- - Visitei a Sede das Jornadas Mundiais da Juventude com o Bispo Dom Américo, onde abordámos de alguma forma o trabalho que são os bastidores da preparação das Jornadas Mundiais de Juventude e confesso a minha surpresa, porque não imaginava que tanta gente já estivesse a trabalhar envolvida na preparação. Esperemos sejam eficazes, mas, pelo menos, gente está lá muita a trabalhar, eventualmente muitos voluntários, mas penso que já lá há cerca de quinhentas/seiscentas pessoas a prepararem as Jornadas Mundiais de Juventude. -----

----- - Não quero deixar de fazer uma referência à apresentação do livro “Amor Veneris”,



Câmara Municipal  
de Oeiras

organizado pela Marta Crawford, a propósito da exposição do Museu do Sexo, no Palácio Anjos. E realmente este catálogo, está muito bem feito, vale a pena, quem foi à exposição, acho que fica muito agradado com aquilo que vê, mas quem não foi tenho a impressão que ainda fica mais, porque tem-se quase a sensação que o catálogo consegue reportar melhor, talvez porque estamos ali a folhear, enfim, até parece reportar melhor do que se estivéssemos a ver a exposição ao vivo.

----- Vamos ver quais são os passos seguintes nesta matéria. -----

----- - Ontem fiz uma visita de cordialidade à Casa do Artista para visitar a Lourdes Norberto e a Manuela Maria. Foi uma visita muito interessante e é bom visitar as pessoas que estão nessa situação, aliás, aí está uma coisa boa, tirem um bocadinho para visitar alguém, que não tem visitas há muito tempo. -----

----- - Queria dar também conhecimento de uma nota relativamente a um pedido da Senhora Vereadora Carla Castelo, relativamente aos Bombeiros Voluntários e no fundo para dizer que, às vezes, há uma repetição, de modo que deixo uma recomendação, há dados que podem ser recolhidos no Portal da Contratação, onde está tudo, porque a dada altura faz um pedido relativamente às propostas de deliberação cento e trinta e quatro e cento e quarenta e cinco, que não são fornecidos os elementos necessários para uma apreciação sumária, em qualquer fase da empreitada e embora eu na última reunião já tenha falado nisto, não me apercebi que já tinha aqui a resposta, neste caso do Departamento de Projetos Especiais. -----

----- Se as pessoas se dão ao cuidado para ir ver quais são todos os requisitos de uma empreitada e o desenvolvimento do procedimento ao longo do curso da empreitada, também não custa nada ir ao Portal. -----

----- E a apreciação sumário é:-----

----- Um - Designação da Empreitada - consta da PD em causa, no título, desenvolvimento do documento, etc. - “trinta e nove/DPE/dezanove - Bombeiros Voluntários de Oeiras - Novo Quartel”;-- -----

-----Dois - Adjudicatário - consta da PD em causa, no título, desenvolvimento do documento, etc. - Tecnorém - Engenharia e Construções, Sociedade Anónima; -----

-----Três - Data limite para entrega das propostas - três de julho de dois mil e vinte, consta na PD oitenta e um de dois mil e vinte e um e Anexos, referente a Aprovação do Relatório Final e Adjudicação;-----

-----Quatro - Data da adjudicação - consta da PD em causa, na Introdução - dezassete de fevereiro de dois mil e vinte e um; -----

-----Cinco - Número e data do contrato escrito - consta da PD em causa, no Anexo Um - CEOP cento e setenta e nove de dois mil e vinte e um, de vinte e cinco de março de dois mil e vinte e um; -----

-----Seis - Quando aplicável, data de envio do contrato ao Tribunal de Contas - oito de abril de dois mil e vinte e um; -----

-----Sete - Data da concessão do Visto prévio pelo Tribunal de Contas - quatro de maio de dois mil e vinte e um;-----

-----Oito - Consignação da obra - consta da PD em causa, na Introdução - quatro de junho de dois mil e vinte e um;-----

-----Nove - Prazo de Execução - consta da PD em causa, na Introdução, Anexos CEOP, etc. - quinhentos e quarenta e oito dias; -----

-----Dez - Termo do prazo de execução - cinco de dezembro de dois mil e vinte e dois mais setenta e cinco dias (prorrogação por PD mil e quarenta e nove de dois mil e vinte e dois); -

-----Onze - Fórmula tipo da revisão de preços a aplicar - consta da PD em causa, na Análise, Cálculos Anexos, CEOP, etc. - F Dois, Edifícios Administrativos; -----

-----Doze - Data da concessão e valor de eventuais adiantamentos para aquisição de equipamentos de apoio ou de um material específico - Não Aplicável; -----

-----Treze - Data de aprovação do Plano de Pagamentos Inicial e entidade que o aprovou -



Câmara Municipal  
de Oeiras

consta na PD oitenta e um de dois mil e vinte e um e Anexos, referente a Aprovação do Relatório Final e Adjudicação, validado pelo Tribunal de Contas com o visto de quatro de maio de dois mil e vinte e um. -----

----- Catorze - Prorrogações do prazo contratual, legais ou graciosas - consta da PD em causa, na Introdução, etc. - setenta e cinco dias;-----

----- Quinze - No caso das prorrogações legais, data de aprovação do respetivo Plano de Pagamentos reajustado e entidade que o aprovou. -----

----- Para as obras já concluídas: -----

----- Data da Receção Provisória; -----

----- Conta Final da empreitada;-----

----- Data da Receção Definitiva;-----

----- Por cada prorrogação de prazo legal deve ser anexado o respetivo Plano de Pagamentos reajustado, aprovado.-----

----- Eu só estou a ler isto para chamar a atenção para o ridículo da situação. -----

----- Imaginem em relação a qualquer proposta de deliberação estar a pedir estes elementos. -----

----- De facto, é pedir alguma paciência aos funcionários da Câmara, mas isto, de facto, é o ridículo levado ao extremo. -----

----- Consulte o Portal que está lá tudo, mas pedir estas coisas todas, isto é uma burocracia brutal. -----

----- Do mesmo modo, é o pedido para a Habitação Jovem Atlético Clube de Porto Salvo.” -----

**17 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES: -----**

----- Reportando-se às questões suscitadas pelos Senhores Vereadores o **Senhor Presidente** começou por dizer o seguinte: -----

-----“Relativamente às questões relacionadas com a venda do terreno da antiga Petroquímica e a propósito da referência que o Senhor Vereador Duarte da Mata aqui fez de venda do terreno e que este era solo urbano e, portanto, um ativo que podia muito bem ter sido reportado para habitação pública, foi mais ou menos isto que disse, e, portanto, devia reverter a venda e aplicá-lo para habitações. -----

-----Eu julgo que o Senhor Vereador ainda não se apercebeu que o Município de Oeiras tem uma política de habitação, esta Câmara tem um rumo extraordinário nessa matéria, em matéria de política de habitação nós temos uma estratégia municipal de habitação aprovada pelo Governo e para além da estratégia municipal de habitação aprovada pelo Governo nós temos políticas próprias nessa área, por exemplo, somos o único Município que faz Habitação Jovem em Portugal, somos, que eu saiba, o único Município a fazer casas para professores, nós fazemos casas para polícias, estamos a fazer casas um pouco para todos aqueles que, de alguma forma, necessitam de casa. -----

-----Fazemos casas para pobres, fazemos casas para classe média baixa, fazemos casas para idosos, fazemos casas para vítimas de violência doméstica, fazemos casas para toxicodependentes, enfim, temos um programa muito vasto nessa matéria-----

-----E temos sobretudo um rumo. -----

-----Neste momento, por exemplo, diz-se muita coisa, mas, na verdade, dez por cento do PRR Habitação já está alocado para Oeiras, visto que dos dois mil setecentos milhões de euros para habitação, duzentos e setenta milhões estão alocados para o nosso Concelho para construção de mil e quinhentas casas. -----

-----Naturalmente que se nós temos esta possibilidade deve-se ao trabalho de casa que nós já temos feito, deve-se à estratégia de habitação que temos, portanto, terrenos que foram preparados, projetos que estavam a ser preparados e, portanto, quando surge o PRR, nós estamos em condições de avançar com uma série de programas e o Governo entendeu bem essa questão e,



Câmara Municipal  
de Oeiras

por isso mesmo são mil e quinhentas casas que estão em andamento, portanto, tendo esta política bem definida, nós não vamos alterar o rumo. -----

----- Quero dizer que em relação aos terrenos disponíveis, alguns, poucos, terrenos urbanos, porventura, propriedade do Município, neste caso a antiga Petroquímica, melhor dizendo as antigas Oficinas da Câmara Municipal de Oeiras, porque antiga mesmo antiga, foi antes. A Câmara Municipal comprou os terrenos, já agora ficam a saber que este terreno foi comprado pela Câmara à Petroquímica em hasta pública e instalou lá as oficinas. -----

----- Decorreram umas décadas e a Câmara Municipal construiu novas oficinas e, portanto, com a construção das novas oficinas fica devoluto este espaço e é um terreno urbano, muito bem cotado e, se a Câmara Municipal tem necessidade de terrenos para fazer habitação de renda apoiada e habitação de renda acessível, obviamente que não vai utilizar, esgotar, um terreno naquela localização, que pode render ao Município doze milhões de euros para construir duzentas casas de renda apoiada e renda acessível, com esse dinheiro, a Câmara Municipal compra terreno para fazer oitocentas casas, portanto, nós temos esta política bem definida, nós não vamos fazer renda apoiada e renda acessível em cima da Praia onde o terreno custa dois ou três mil euros, o metro quadrado, só o potencial construtivo. -----

----- Quer isto dizer que a Câmara Municipal atua com racionalidade económica e social. Vamos lá ver, nós não vamos esgotar um terreno fazendo lá duzentas casas e depois acabou, não, nós, neste momento, estamos a fazer trezentas casas de Habitação Jovem, o Senhor Vereador sabe que nunca recebemos um euro do Estado para fazer estas casas? -----

----- Toda a política de Habitação Jovem do Município é financiada pelo próprio Município, nunca recorremos a qualquer apoio, até por uma razão muito simples, justamente porque para fazer habitação de renda apoiada para jovens, só podia ser para jovens pobres, porque, de acordo com a lei, a renda apoiada e o financiamento às casas de renda apoiada, têm que ser arrendadas de acordo que o rendimento social da família.-----

-----A renda varia entre os oito euros ou trezentos e oitenta euros, o que quer dizer que não se pode arrendar por mais de trezentos e oitenta euros e não se pode arrendar com uma renda fixa, é uma renda variável em função do rendimento e, portanto, isto significa que teríamos que arrendar essas casas a jovens que estão na lista das famílias carenciadas em habitação indigna e para esses nós fazemos habitação de renda apoiada e renda acessível, naturalmente que se nós fôssemos fazer renda apoiada e renda acessível das habitações recuperadas em prédios degradados, não podíamos fazer renda apoiada, porque se fazemos investimentos, e se a renda apoiada ou a renda acessível determina que o custo da construção, entre terreno e construção não ultrapasse os mil quinhentos e setenta euros, se o terreno já custou mais que isso, não é possível.

-----Ainda anteontem foi levado à reunião do Planeamento pelo arquiteto Pedro Carrilho, a proposta de aquisição de um prédio na Rua Heliodoro Salgado, que tem quatrocentos e cinquenta metros quadrados, para pagarmos setecentos e quarenta e três mil euros por ele. -----

-----Quanto nos sai cada metro quadrado?-----

-----A mil e seiscentos euros o metro quadrado, já não é possível, porque só o potencial construtivo, já custa cinquenta euros a mais do que aquilo que é a soma da construção e o valor do terreno.- -----

-----É claro que não podemos comprar, também é um exagero, mas comprámos muitos prédios destes entre dois mil e cinco/dois mil e doze.-----

-----Porque é que comprámos muitos prédios destes entre dois mil e cinco/dois mil e doze?-----

-----Porque foi a tal crise do “subprime” em que as casas a partir de dois mil e cinco baixaram e houve quem fizesse fortunas a comprar casas. A Câmara Municipal das casas velhas que havia por aí tentou comprar o máximo que pôde, mas não era a mil e seiscentos euros o metro quadrado, comprou a quatrocentos/quinhentos euros. Bastaram sete ou oito anos e já estão o triplo. ----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Vamos ver agora neste pacote de habitação como é que as coisas vão funcionar. Eu ainda não percebi, o Governo vai legislar, se uma casa está devoluta e o proprietário quer arrendar, por exemplo, um T Três, por dois mil euros, não sei se o Governo vai dizer ao proprietário que arrenda por dois mil euros, para depois a arrendar por quinhentos euros a outra família e paga o Governo a diferença dos mil e quinhentos euros. -----

----- Mas, pelo que percebi o Governo só está disposto a pagar uma diferença de duzentos euros, o que quer dizer então que a maior parte das casas que, eventualmente, estejam devolutas aí no mercado, mas em áreas urbanas muito elevadas, não há qualquer hipótese dessas casas devolutas serem postas no mercado de arrendamento. -----

----- Ou há um código de expropriações. O Governo tem que dizer como é que vai fazer, uma casa é de dois mil euros, mas vai pagar só quinhentos euros?-----

----- Ou como paga mais duzentos euros vai arrendar o Governo por setecentos euros? ----

----- O proprietário vai ser obrigado a arrendar por setecentos euros?-----

----- Vamos ver como é que isso vai ser, o Governo agora através de lei vai explicar como é que isso é, certo é que em Oeiras, nós temos um rumo muito determinado, nós fazemos habitação apoiada e renda acessível e estão mil e quinhentos fogos em curso. -----

----- Habitação Jovem já se fizeram e estão em curso trezentos apartamentos, temos um programa para mais uma versão da Madre Maria Clara. -----

----- Temos um programa para vítimas de violência doméstica.-----

----- Temos em construção casas para professores.-----

----- Vamos aprovar um loteamento onde está um prédio para cento e tal apartamentos para polícias. -----

----- Quer isto dizer que seria absolutamente irracional que a Câmara Municipal, tendo um terreno com o qual vendendo, pode fazer cinco vezes mais apartamentos, ia fazer lá apartamentos?-----

-----Isto é que é uma boa gestão?-----

-----Isto é para quem não quer que se façam casas.-----

-----Resolve-se o problema de duzentas famílias e então o resto?-----

-----Se Oeiras hoje não tem barracas, Senhor Vereador, e os outros Concelhos à nossa volta têm todos, só Cascais é que não tem, porque conseguiu resolver o problema, os outros têm todos ainda, não foi por acaso, é que nós tínhamos uma estratégia bem definida e conseguimos garantir uma coesão social muito acima da média e vamos continuar. -----

-----Como sabem além destes mil e quinhentos, obviamente que nós estamos a arranjar dinheiro por expropriar os terrenos da Reserva Agrícola Nacional. Não tenham ilusões, vai acontecer por muito que não queiram, porque só a estupidez da esquerda e o preconceito da direita, é que faz com que os terrenos da Reserva Agrícola Nacional não sejam afetados para habitação, mas é para aí que caminhamos, vai acontecer, eu não tenho dúvidas, mas até lá ainda vamos ter que bater muito. -----

-----Senhor Vereador, em Oeiras o rumo está traçado, de maneira que o terreno vai ser posto em hasta pública novamente e esperemos que haja candidatos à sua compra. -----

----- - No que diz respeito às Torres devolutas em Paço de Arcos. Eu não sei se percebi bem, mas pareceu-me que o Senhor Vereador falou em centenas de fogos, não são, são apenas sessenta e nove fogos, é pena que não sejam centenas. E eu julgo que este é um caso que nem o pacote do Governo vai resolver, porque esta Câmara Municipal já aprovou a compra daqueles apartamentos e, no entanto, acabámos por desistir, mas também ninguém quer comprar. No entanto, aquilo é muito fácil de resolver.-----

-----Aquilo está em Tribunal e é uma questão que opõe Câmara e CCDR ao Ministério Público, portanto, poderia ser o contrário, podia ser a Câmara à CCDR, isto é uma coisa insólita, é a Câmara e a CCDR a dizerem que está tudo bem e o Ministério Público a dizer que está tudo mal. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- O Ministério Público estribou-se numa questão de que estaria uma parte implantada num terreno e estamos a falar de setenta/oitenta metros quadrados, de logradouro ou que estaria instalado numa área vital ou num espaço verde, numa área destinada a espaço verde e, portanto, aquilo foi embargado, os prédios estão prontos, eu visitei os apartamentos todos, alguns já estão concluídos, há outros que lhe falta uma sanita, um móvel na cozinha e já vieram vários promotores à Câmara interessados na compra daqueles edifícios para renda acessível, vejam promotores disponíveis em comprar estes edifícios para renda acessível, mas o problema é que não podem comprar, porque o Ministério Público não permite a licença de utilização.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** argumentou o seguinte: -----

----- “Tenho ideia que é a área sensivelmente deste salão, portanto a desafetação de uma área sensivelmente deste salão, permitia que aquelas casas fossem colocadas para setenta famílias carenciadas, é disto que falamos.” -----

----- Acrescentou o **Senhor Presidente**: -----

----- “A lei não permite, mas permite renda acessível, quer dizer, aquilo são áreas superiores a renda acessível, mas os promotores estão interessados em pôr em renda acessível, não há nenhum problema, a verdade é que não se conseguiu ainda chegar a acordo.-----

----- Porque é que a Câmara desistiu da compra?-----

----- É fácil realmente resolver o problema, mas iam dizer que a Câmara Municipal e isso está no banco, que a Câmara Municipal estava a fazer chantagem com o banco, porque tinha de ser a Câmara a comprar para o assunto ser resolvido, toda a gente sabe bem que o assunto pode ser resolvido, mas a verdade é que o Tribunal é um problema. -----

----- Isto acontece com as coisas boas e com as coisas más, o dito mamarracho dos poetas esteve treze anos à espera de uma decisão do Tribunal. -----

----- Relativamente ao Moinho das Antas, aquele terreno é particular, tem o Plano de Pormenor do Moinho das Antas e é óbvio que na linha da ideia de ligação do Parque dos Poetas,

Espargal, Moinho das Antas, Fontainhas, naturalmente, que foi sugerido aos compradores que apresentassem um programa que devolvesse mais espaço verde àquela zona, portanto, a opção por torres, acontece que ainda não há uma situação. Houve reuniões entre os Serviços de Planeamento e os proprietários do terreno, mas esta coisa da participação e da divulgação, dá impressão que se faz segredo de alguma coisa, não se faz segredo de nada, enquanto não há um acordo não faz sentido discutir o que quer que seja e, neste momento, a Câmara Municipal ainda não chegou a acordo com os proprietários do terreno e, portanto, aguarda-se que haja um entendimento, porque a Câmara Municipal pôs determinadas condições, eles, eventualmente, teriam outras, agora há que chegar a um entendimento, enquanto não houver entendimento, continua a discussão. -----

-----Aliás, se o Senhor Vereador quiser ter um conhecimento mais próximo, pode ir a uma reunião de Planeamento que eu faço todas as terças feiras e é informado sobre isso, agora estar a divulgar publicamente, não há que divulgar nada, porque nada está definido e, portanto, não se vão divulgar situações instrutórias de um determinado processo, e a intenção da Câmara nunca foi escondida, que é fazer a ligação do Parque dos Poetas ao Espargal e Moinho das Antas e não sei por que é que andam com tantos fantasmas de Torres, é de facto torres que se pretendem lá, para evitar a construção de doze prédios, que vão ser frentes, não têm altura, mas têm largura e, portanto, retiram espaço verde, retiram qualidade em termos de espaço urbano, a quem ali habita. -----

-----Por outro lado, é curioso, em todos os lados onde este processo acontece, verifica-se, assiste-se a uma valorização extraordinária do património circundante, do imobiliário circundante é isso que se traduz, mas, neste Concelho há realmente alguns grupos que dizem que aquilo vai desvalorizar, isto e aquilo, quando nós sabemos que é exatamente o contrário. -----

-----Eu pessoalmente não tenho nada contra torres, pelo contrário, vejam o caso da Fundação de Oeiras. A Fundação de Oeiras está toda ocupada horizontalmente, portanto, tem para



Câmara Municipal  
de Oeiras

aí trinta armazéns, imagino fazerem no Espargal aquilo que está na Fundação de Oeiras, não libertava um metro quadrado. -----

----- Também é um plano que está em estudo, aliás, já tínhamos tudo aprovado há uns anos, vou dar um exemplo ainda melhor em Carnaxide. Na entrada de Linda-a-Velha está ali uma antiga fábrica de bolachas Triunfo, onde esteve a funcionar a Polícia Municipal, uma construção com uma volumetria talvez de nove metros de altura, porque aquilo era uma fábrica, mas toda deitada ocupando o terreno todo. Não liberta um metro quadrado, mas se aquilo se levantar, só ocupa a implantação do topo, se está a ocupar um hectare, passa a ocupar dois mil metros quadrados, libertando oito mil metros quadrados.-----

----- Faz sentido ou não fazer essa modificação? -----

----- Ontem andei por Lisboa pela zona da Pontinha, passei por Benfica e por aquela ligação para a Ameixoeira e fiquei espantado porque já não ia para lá há muito tempo, a quantidade de Torres que há ali e muito espaço liberto, quem vai a caminho do aeroporto, portanto, isto faz todo o sentido.-----

----- Agora não é segredo nenhum a Câmara Municipal não pode, porque um indivíduo apresenta uma proposta divulgá-la logo de imediato, muitas vezes ainda nem é oficial, nem sei se já deu entrada de alguma coisa, terá entrado um pedido, mas não há um estudo definitivo, de maneira que se algum dos Vereadores tem alguma dúvida, vai a uma reunião de Planeamento, basta combinar comigo e faz-se uma apresentação sobre qual é o ponto da situação, mas há esta hipocrisia extraordinária a dizer que não há participação, que não há transparência, isto e aquilo, há transparência porque se mostra aquilo que tem que se mostrar, quando não há nada para mostrar o que é que se vai fazer? -----

----- Do Espargal já foi a discussão pública, está a ser ponderado, ao que sei o promotor, terá sido sensível a algumas sugestões que foram dadas e, portanto, é natural que em breve se possa anunciar qual é a posição. -----

-----Moinha das Antas, Senhor Vereador é esta a situação, aguardamos os desenvolvimentos e logo que os desenvolvimentos estejam mais avançados, que haja, pelo menos, uma concordância entre a Câmara e os promotores, naturalmente pode ser divulgado.”---

-----O **Senhor Vereador Armando Soares** esclareceu o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente, eu, por lapso na minha intervenção não respondi aos pedidos de esclarecimento da Vereadora Carla Castelo.-----

-----Senhor Vereador Duarte da Mata, a Vereadora Carla Castelo tinha pedido informação sobre os recursos humanos afetos aos Gabinetes de Vereação, mas um pedido de atualização na informação, ou seja, foi prestada essa informação sobre a composição de todos os elementos dos Gabinetes da Vereação do Executivo e depois pediu uma atualização, mas uma atualização especificamente sobre uma pessoa e dados contratuais de um elemento, ora, tendo em conta que isso vai, para além daquilo que é o publicado, naturalmente, que tive de pedir o parecer para saber o que é que pode ser divulgado e se posso divulgar tudo. -----

-----Estou à espera disso, mal chegue, o que for possível divulgar, será divulgado.-----

-----Depois pediu também o relatório de averiguações das circunstâncias em que tinha falecido o funcionário da Câmara Alcídio Monteiro Borges, conforme requerimento que tinha feito. -----

-----Sobre essa matéria queria dar nota também à Câmara que o inquérito de acidente de trabalho da parte da autoridade das condições de trabalho foi concluído e o processo inspetivo foi arquivado.- -----

-----Após esse inquérito promovido pela Unidade de Segurança e Saúde no Trabalho, aguardámos que o ACT encerrasse, mal o ACT encerrou, foi aberto o procedimento disciplinar. -

-----Ora, nesse âmbito, tendo em conta que esse inquérito agora é apenso ao processo disciplinar, solicitei primeiro ao Encarregado de Proteção de Dados, o que é que entendia relativamente aos elementos que a Vereadora Carla Castelo estava a perguntar, vou resumir,



Câmara Municipal  
de Oeiras

portanto, só ler o final do que ele respondeu para depois fazer a ponte para a restante resposta, disse: -----

----- “...Em face do exposto, entendemos que não sai prejudicada a possibilidade em consonância com o princípio da transparência se dever informar a Vereadora que o processo de inquérito que ocorreu pela ACT já foi concluído e informado que foi objeto de arquivamento e eventualmente já foi determinada a abertura de um processo de inquérito interno que está em curso. Todavia qualquer eventual pedido de acesso a outro tipo de informação rege pela Lei vinte e seis, de dois mil e dezasseis, de vinte e dois de agosto e no caso do processo de inquérito depende da análise prévia do respetivo instrutor...”-----

----- Ora, posto isto, solicitei, naturalmente, a análise ao instrutor e vou ler a resposta do instrutor:-- -----

----- “... Relativamente ao email e mais concretamente quanto ao acesso ao processo de inquérito informa o seguinte:-----

----- O processo de inquérito integra-se nos denominados processos disciplinares especiais, regulando-se pelas disposições que lhe são próprias e subsidiariamente pelas disposições do procedimento disciplinar comum, por força do disposto no artigo cento e noventa e cinco, número três, da Lei número trinta e cinco, de dois mil e catorze, de vinte de junho, na sua redação atual, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, doravante apenas identificado como LTFP.-----

----- Nos termos do artigo ducentésimo vigésimo nono, da LTFP, o processo de inquérito tem por fim apurar factos determinados (concretamente, apurar se determinados factos ocorreram ou não e em que termos ocorreram), ou apurar os responsáveis pela ocorrência de determinada situação factual, fundamentando-se a sua instauração numa suspeita de eventual prática de ilícito disciplinar ou na necessidade de determinar a quem pode ser imputada a responsabilidade pela infração, se caso disso. -----

-----É de referir, que a abertura de processo de inquérito é suscetível de suspender, até ao período de seis meses, a prescrição do prazo para instauração de procedimento disciplinar ao trabalhador, o qual é de sessenta dias a contar da data do conhecimento da infração por qualquer superior hierárquico, conforme o disposto no artigo centésimo septuagésimo oitavo, números dois e três, da LTFP.-----

-----Caso se verifique a existência de infrações disciplinares no desenrolar do processo de inquérito, deverá ser instaurado o devido ou devidos processos disciplinares, conforme previsto no artigo ducentésimo trigésimo primeiro, número três, da LTFP.-----

-----Verifica-se ainda, que nos termos do artigo ducentésimo trigésimo primeiro, número quatro, da LTFP, o processo de inquérito poderá constituir a fase de instrução de um eventual processo disciplinar que venha a ser instaurado.-----

-----Por outro lado, dispõem o artigo ducentésimo, número um, da LTFP, que o processo disciplinar é de natureza secreta até à acusação.-----

-----Este preceito “consagra o caráter confidencial do procedimento disciplinar, que se prolonga desde a instauração até ao momento da entrega da acusação. Esta natureza secreta justifica-se pela necessidade de evitar a perturbação das diligências instrutórias, protegendo-se assim o sucesso da investigação. Sem uma colheita tranquila dos meios de prova indispensáveis à fundamentação da acusação, serão colocados em risco os interesses dos serviços públicos, e, por extensão, da própria comunidade (...). De uma maneira geral diríamos que os princípios da imparcialidade e da eficácia da ação disciplinar poderiam ser postos em causa” (ver Abel Antunes e David Casquinha, in “Direito Disciplinar Público - Comentário ao Regime Jurídico Disciplinar da LTFP”, Rei dos Livros, dois mil e dezoito, página quatrocentos e oitenta e dois).--

-----A propósito da natureza secreta do procedimento disciplinar (onde se incluem os processos especiais), veja-se de igual forma o Acórdão do Tribunal Central Administrativo do Sul, de dez de julho de dois mil e vinte e dois, proferido no âmbito do Processo número dez mil



Câmara Municipal  
de Oeiras

novecentos e quarenta, de dois mil e um, onde é referido que “a razão da confidencialidade, se por um lado tem em vista a defesa de direitos de personalidade [do(s) trabalhador(es)] - direito ao bom nome, honra e reputação, etc. - também por outro lado tem na mira o interesse público da instituição (a divulgação apressada de uma possível infração num momento em que se ignora a sua existência real ou se desconhecem todos os seus contornos materiais do ponto de vista qualitativo e quantitativo, e que podem ser nefastos para a imagem do serviço público em causa ao deixar vestígios que o tempo demorará a apagar) ou da procura da verdade material” (no mesmo sentido deste aresto, veja-se de igual forma o Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de vinte de novembro de mil novecentos e noventa e sete, proferido no âmbito do Processo número vinte e quatro mil quatrocentos e oitenta e cinco).-----

----- Destarte, e por todo o exposto, na qualidade de Inquiridor do Processo de Inquérito número um, de dois mil e vinte e três, entendo que até à conclusão da Instrução dos referidos autos (fase que se iniciou no passado dia vinte e três de janeiro de dois mil e vinte e três), e que tem uma duração de quarenta e cinco dias - que poderá ser prorrogável face à complexidade dos autos (nos termos do artigo ducentésimo quinto, número um, da LTFP), o processo deverá manter-se secreto tal como dispõe o artigo ducentésimo, número um, da LTFP. -----

----- É o que me cumpre informar. -----

----- À consideração superior....” -----

----- Segundo o que o instrutor que tem o processo em causa diz e que me parece razoável, enquanto o processo decorrer, tendo em conta que o inquérito promovido pela Unidade de Saúde e Segurança no Trabalho faz parte desse processo, enquanto ele não ficar concluído, não é divulgado, após a conclusão desse processo, será trazida a reunião de Câmara, é tudo divulgado.-

----- É o que me apraz dizer sobre o assunto.” -----

----- O **Senhor Presidente** acrescentou: -----

----- “Nesta fase e em processos desta natureza, aquilo que há que fazer é atuar extra

judicialmente, isto é, saber se os familiares estão bem, se precisam de ajuda, dentro daquilo que a Câmara Municipal possa fazer, tudo o que diz respeito ao processo, obviamente que isso segue os seus termos que, naturalmente, do ponto de vista judicial tem as suas reservas.” -----

-----Após esta intervenção saiu da sala, definitivamente, a **Senhora Vereadora Joana Baptista**. -- -----

**18 - PROPOSTA Nº. 139/23 - GCAJ - REGULAMENTO DO PROGRAMA DE RENDA ACESSÍVEL DE OEIRAS (PRAO) - APROVAÇÃO FINAL:-----**

-----I - A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** alegou o seguinte: -----

-----“O regulamento que vem a esta reunião e que nós estamos a discutir, é um regulamento no qual eu gostaria de colocar algumas questões, mas gostaria também de dizer que é um regulamento que está em consonância com aquilo que são os objetivos que o Partido Socialista tem defendido. -----

-----O programa autárquico do Partido Socialista também tem algumas propostas no sentido da criação de um programa de renda acessível assente em alguns pilares e daquilo que foi a minha apreciação sobre este regulamento, saliento o quadro de fiscalidade municipal favorável ao arrendamento acessível e a elaboração de um portal para este programa, que vai de acordo com aquilo que o programa eleitoral do PS tem. -----

-----O Partido Socialista e, nestes últimos tempos, esta é uma questão que tem sido muito falada também, tem sido um grande impulsionador e tem dado novo folego às políticas da habitação, nomeadamente, a criação da nova geração de políticas da habitação social, algo que nos dias que correm tem sido falado. -----

-----Relativamente a este regulamento específico, gostaria de perceber como é que foram definidos os montantes das rendas para as várias tipologias que vêm definidos no regulamento. --

-----Quanto ao número de pessoas por tipologia, está definido que duas pessoas são para um T Dois, três ou quatro pessoas para um T Três, cinco ou mais para um T Quatro ou superior e



Câmara Municipal  
de Oeiras

gostaria de perguntar, como é que este regulamento define quer para o T Um, quer para o T Zero o número de pessoas de acordo com o que aqui está e se, por exemplo, duas pessoas preferirem ir antes para um T Um, se isto é possível, ou seja, estes valores são apenas indicadores, há alguma flexibilidade em função daquilo que as próprias pessoas que se estão a candidatar a este arrendamento pretendem?-----

----- Acho que ficaram algumas dúvidas daquilo que foi a nossa leitura e do que está previsto no regulamento.-----

----- Depois, o artigo décimo quarto fala de majorações, mas há o artigo terceiro que define que a majoração pode ir até dez por cento, mas gostaria de saber qual é a percentagem dentro deste intervalo, como é que se faz esse cálculo, qual é a percentagem a majorar em cada uma das situações.-----

----- Apesar de ver que está definida a apresentação do certificado energético, não consegui encontrar diretamente e acho que poderia ter sido interessante a inclusão da eficiência energética no cálculo da majoração destes valores, porque, obviamente, que maior eficiência energética também vai libertar custos às famílias que vão estar nessas casas.-----

----- Outra questão que também aqui identifiquei, foi a inexistência de cláusulas penais, como é que se vai fazer relativamente ao não cumprimento ou à possibilidade de não cumprimento de algumas situações de danificação do imóvel, por exemplo, vai haver também caução? --- -----

----- Como é que vão funcionar estas cláusulas penais? -----

----- Também gostaríamos de propor que fosse feita uma avaliação do impacto deste regulamento e caso sejam identificadas nessa avaliação melhorias a fazer ao mesmo, que elas possam ser introduzidas, seja como for, acho que é uma nota muito positiva que nós temos que dar à criação destes instrumentos que permitem, obviamente, que as pessoas possam num momento tão difícil e que nós sabemos de tanta dificuldade nos territórios, nomeadamente das

áreas metropolitanas, as pessoas têm muita dificuldade em encontrar casas para se estabelecerem e, obviamente, que estes instrumentos são uma mais-valia e são muito positivos para se poderem encontrar soluções para fixar as pessoas nos territórios. -----

-----Por último, houve algumas Freguesias que se pronunciaram, houve outras que não se pronunciaram e queria dar a nota de que, tendo em conta que este regulamento também tem um impacto financeiro, um por cento do IMI iria para as Juntas, é pena que nem todas se pronunciassem e até, eventualmente, terem podido levar isto às próprias Assembleias de Freguesia, e haver uma posição conjunta relativamente a esta matéria.” -----

-----A **Senhora Vereadora Susana Duarte** mencionou o seguinte: -----

-----“Deixar também a saudação do PSD relativamente à criação de um incentivo ao arrendamento em Oeiras com benefícios fiscais, nomeadamente, na isenção do pagamento de IMI, tentando assim criar mecanismos para motivação extra dos proprietários, digamos assim, para que sejam parte de uma solução ao apoio à classe média no arrendamento em Oeiras. -----

-----Também tinha algumas das dúvidas que a Vereadora Ana Filipa Laborinho já colocou, não vou pôr as mesmas, vou só colocar uma única que é ligeiramente diferente, o restante remeto para a ata. -----

-----Relativamente aos valores máximos de renda, fiz uma breve análise comparativa com o programa que existe do Governo e a Vereadora Ana Filipa Laborinho saberá melhor do que eu.

-----Quando fiz uma breve simulação num T Dois para duas pessoas na Freguesia de Oeiras, no Programa Nacional, tinha um valor como renda máxima de novecentos e sete euros já com majoração e, no caso deste plano, tentei mais ou menos com aquilo que vi no nosso programa municipal, também já com majoração, a tentar que a coisa tenha uma boa cotação, e cheguei apenas aos setecentos e quinze euros, ou seja, tínhamos aqui um diferencial de quase duzentos euros entre o teto máximo daquilo que é o Programa Nacional e o Programa Municipal, o que mesmo com a isenção de IMI, sendo que para um T Dois a isenção de IMI será de trezentos



Câmara Municipal  
de Oeiras

a quinhentos euros, estamos a falar de uma perda anual de dois mil euros, ou seja, a minha dúvida é: Será isto vantajoso e não será menos vantajoso este programa para os proprietários do que o Programa Nacional?-----

----- Não teremos aqui menos privados, digamos assim, a concorrer?-----

----- Acredito que, naquilo que também foi falado na proposta da bolsa que já temos do Município, é ótimo, é vantajoso e o Município tendo já esta capacidade financeira de poder aplicar rendas mais baixas, e até ir além daquilo que é o Programa Nacional, mas para incentivarmos os privados a entrarem nesta bolha, eu acho que ficamos aquém do Programa Nacional, mas não sei se alguma coisa na majoração possa não estar a fazer corretamente, mas deixo a pergunta.”-----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** inquiriu: -----

----- “Este regulamento abrange também as casas que estão a ser construídas, no âmbito do PRR, também irão integrar esta bolsa?” -----

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto** usou da palavra: -----

----- “Este é um regulamento um bocadinho denso e técnico, eu percebo algumas das questões aqui colocadas, vou tentar sistematizar para ver se nada me falha.-----

----- Em primeiro lugar, vamos ter casas do PRR, o arrendamento acessível é uma das vertentes da habitação pública proposta pelo PRR, não na modalidade de financiamento a custo perdido, mas na modalidade de financiamento que está previsto e que o próprio IHRU vai promover seiscentos e trinta e seis apartamentos no Concelho de Oeiras para renda acessível e do que a Câmara está a construir também haja uma fatia de apartamentos para se dedicar a este regime.-----

----- Depois, só em jeito de correção, porque há termos que já não se usam, nós estamos a falar de novas políticas de habitação pública e não social, social é um dos regimes da habitação pública e, hoje em dia, temos muitos outros, este é o arrendamento acessível, um dos regimes de

habitação pública.-----

-----Quanto à questão aqui colocada, sobre o número de pessoas por tipologia, o que se pretende não é uma definição. -----

-----O regime de renda acessível não é o regime de renda social, afastado isto, quer dizer que na renda acessível há um arrendamento puro com uma renda apoiada, o que significa que há aqui uma maior liberdade e uma menor interferência dos poderes públicos nesta relação de arrendamento. -----

-----A questão do número de pessoas por tipologia é permitido até..., ou seja, uma pessoa estará em até a tipologia mais um, o que é que se pretende? -----

-----Este regime de arrendamento acessível destina-se à classe média, provavelmente, o que está estudado é que a maior parte dos destinatários serão jovens casais, famílias em crescimento e, portanto, permite-se que as tipologias não sejam tão rígidas como na habitação social, porque um indivíduo sozinho pode-se candidatar a um T Zero ou a um T Um ou a um T Dois, porque pode ter intenção de constituir família.-----

-----Isto depois é equilibrado com as questões da renda, ou seja, eu posso ir até uma tipologia mais um acima da minha necessidade, mas sou barrado naquilo que é a taxa de esforço correspondente ao meu rendimento, temos aqui um duplo sistema.-----

-----Quanto às majorações, elas são de dois tipos, existe uma majoração pela dedicação exclusiva a este programa, prédios construídos para dedicação a este programa ou casas dedicadas ao programa por um período de, se não me engano, vinte anos, tem uma majoração porque entregam a casa para uma solução que não é definitiva, mas é muito alargada no tempo e casas que serão dedicadas a este regime com um compromisso menor, não têm majoração. -----

-----Por outro lado, a qualidade das casas e a localização das casas. Um T Dois na Freguesia de Oeiras pode ser na frente-mar ou uma cave numa praceta mais para trás, há aqui uma majoração que tem a ver com a qualidade da casa. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- A qualidade implica uma série de critérios: a localização, a qualidade intrínseca da casa, o nível de equipamento e onde entra também uma coisa que deriva da legislação que se chama coeficiente operacional.-----

----- No coeficiente operacional há critérios de eficiência energética da casa, a qualidade energética de cada um destes fogos é majorado no coeficiente operacional, ou seja, uma casa com uma eficiência energética mais Classe A ou Classe A Mais, melhor, tem uma majoração de renda e paga mais de renda do que outras.-----

----- Sobre a questão da danificação dos imóveis, há aqui dois tipos de seguros, há um seguro de rendimento para assegurar o pagamento da renda por quebra de rendimentos do arrendatário e há também um seguro que visa garantir os danos provocados pela utilização do imóvel.-----

----- A questão dos valores de renda, versus programa nacional, é uma questão que foi pensada, estudada e maturada, queremos que este programa tenha sucesso, não nos precipitámos como fizeram outros Municípios, que mal se começou a falar da renda acessível, começaram a fazer documentos, regulamentos que geraram resultados próximo do zero, tivemos experiências como Lisboa, eu penso que foi no primeiro ano, teve cinquenta e três ou cinquenta e quatro apartamentos integrados neste programa, ou seja, por algum motivo e vários fatores, não resultou bem.-----

----- Quisemos que este programa não fosse lançado de forma apressada e imponderada, porquê estes valores?-----

----- Os valores de renda calculados no âmbito do Programa Nacional têm como contrapartida para os proprietários a isenção de impostos de rendimento sobre as rendas apenas, aqui além da associação dos seguros, além da garantia dos interessados que é dada pela lista de procura da própria Câmara, damos também uma garantia de uma estabilidade.-----

----- Para além dos impostos de rendimento, isentamos também o IMI e ainda temos outra

“cartada na manga”, é que à partida nós sabemos que vamos ter seiscentos e trinta e seis fogos dedicados pelo IHRU e temos previstos na construção oitenta e seis apartamentos para este regime.-----

-----No equilíbrio daquilo que queríamos que fosse a atratividade para beneficiários arrendatários ou beneficiários proprietários, estabelecemos este que entendemos que é um equilíbrio adequado e justo para os valores das rendas.-----

-----Quanto à questão da participação das Freguesias, é um valor muito pequeno, e será para as Freguesias um valor residual e, provavelmente, como sabem que ao fim de trinta dias se considera que não há oposição e também não se iria marcar reuniões propositadas para isto, acredito que não há nenhum descanso sobre este tema, é apenas uma situação que entendem como normal, recebem para parecer desde o nome das ruas até uma série de muitas outras coisas que agora podia enumerar, recebem tantos pedidos de parecer que acredito que seja no normal funcionamento, passado trinta dias está aceite, umas pronunciam-se e outras não, não significa de certeza, nenhum dos casos até porque os Senhores Presidentes de Junta têm acompanhado este processo. --

-----Foi apresentada em tempo próprio aos Senhores Presidentes de Junta, quando foi votado aqui foi enviado aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia para que, no âmbito da consulta pública, querendo, as Juntas se pronunciassem, por isso estão de certeza, além de acompanhar, interessados no tema.-----

-----A Vereadora Ana Filipa Laborinho disse que isto tinha já previsto um Programa de Apoio ao Arrendamento Acessível no Programa Autárquico, todos os Governos fazem coisas com as quais concordamos e outras com as quais não concordamos.-----

-----Eu quero reconhecer aqui a grande coragem política da Senhora Ministra da Habitação socialista que, fazendo muitas coisas com as quais eu não concordo e algumas que nem sequer consigo entender, tem dedicado um esforço, empenho e competência, a que não



Câmara Municipal  
de Oeiras

estávamos habituados em matéria de habitação e, pela primeira vez, um Governo em muitos anos, que tem um Ministério próprio para as questões da habitação e tem levantado muitos temas, trazido muitas inovações nesta matéria, grande parte delas eu compreendo, algumas concordo, outras não concordo e há umas que numa opinião pessoal nem sequer entendo, mas confio que a tempo, com a publicação das leis, como o Senhor Presidente estava a dizer, serão esclarecidos os pormenores de funcionamento de algumas coisas que agora à partida nos parecem mais estranhas.” -----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** alegou o seguinte:-----

----- “Obrigada pelos esclarecimentos. -----

----- Queria só aqui dar duas notas, primeiro fazer um comentário, felizmente que a democracia é isso, é nós podermos ter opiniões diferentes, propostas diferentes, soluções diferentes, mas algumas também comuns e haver espaço onde também nos aproximamos, eu acho que é isso que também aqui muitas vezes tentamos fazer. -----

----- Relativamente ao número de pessoas por tipologia, se calhar, poderia ter havido aqui uma margem maior, por exemplo, num T Dois poder o limite máximo ser um agregado até três elementos, porque do ponto de vista de taxa de esforço é diferente, porque num T Dois é perfeitamente possível para três pessoas, um casal com um filho, mas aqui diz, ou então está mal escrito e diz: “...a tipologia de habitação deve observar os seguintes limites máximos, agregados até dois elementos T Dois...” ou então não é explícito, se calhar, o que vocês estão a querer dizer é que os limites máximos é do fogo e não do número de pessoas do agregado, mas fica aqui a dúvida, devia ser dito de outra maneira, porque fica sem se perceber, mas já entendi e ainda bem que é ao contrário, porque acho que é importante, tendo em conta esta questão da taxa de esforço.

----- Quanto à questão da eficiência energética, fui ver os coeficientes que aqui estão colocados e que constam das cadernetas prediais e em nenhum deles contém a componente da eficiência energética e, foi por isso, que eu perguntei, porque na conta que aqui está, não vejo

nenhum coeficiente operacional e estes coeficientes que aqui estão e que são incluídos, que já existem e constam da caderneta predial, não encontro que contenham a eficiência energética.” ---

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** explicou:-----

-----“Sobre a questão da eficiência energética é um tema que é puramente técnico. -----

-----O enquadramento do critério de eficiência energética no índice de qualidade do fogo é uma matéria que resulta da lei.” -----

-----Dizendo o **Senhor Presidente**:-----

-----“Eu também acho que a eficiência energética não tem nada que ver com isto, tem que ver com a construção do edifício, não é num contrato de arrendamento que se vai fixar ou por qualquer elemento relativo à eficiência energética. -----

-----Agora, o problema mais importante que está aqui e que eu julgo que não foi ainda bem clarificado, tem a ver com o problema do montante das rendas e como disse a Vereadora Susana Duarte em relação àquilo que é o Programa Nacional nós ficamos aquém e era bom clarificar esta questão.-----

-----A questão da renda acessível é um projeto em que a Câmara de Oeiras vai apostar fortemente, mas no qual eu não acredito, pelo contrário, acho que a Câmara tem que investir fortemente na renda acessível, às vezes quando não acreditamos nas coisas é quando vale a pena fazer um esforço, mas não acredito, por uma razão muito simples, é que quanto mais alta for a renda, é claro que agora estas medidas que foram anunciadas pelo Governo, vamos ver como é que são plasmadas em lei, se for fácil ocupar as casas que estão desocupadas, para o Governo parece que é tudo uma maravilha, não há Códigos de Expropriações, não há Constituição, não há nada?-----

-----Se for assim tão fácil como o Governo parece fazer crer, então vamos ter o PRAUD - Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas. -----

-----O problema que se põe, é que quanto maior for o topo da renda acessível, menos



Câmara Municipal  
de Oeiras

peças lhe têm acesso, se se põe o topo de renda em mil euros ou mil e duzentos euros, obviamente, que só quem ganhe dois ou três mil euros é que pode concorrer e se pensarmos na taxa de esforço de trinta e cinco por cento, que ordenado é que as pessoas têm que ter? -----

----- Quer isto dizer que das reuniões que tivemos sobre esta questão aquilo que esteve de alguma forma no nosso espírito foi estabelecer um princípio de renda, mais ou menos terminada no final da renda apoiada, termina esta à volta dos trezentos e oitenta euros e quem pode pagar mais do que os trezentos e oitenta euros já não deve estar abrangido pela renda apoiada, mas pela renda acessível. -----

----- Portanto, é candidato à renda acessível, quem tenha rendimentos que lhe permite pagar, por exemplo, quatrocentos, quinhentos, seiscentos, setecentos ou oitocentos euros sem ter necessidade, já tem alguma segurança, de ter aquela variabilidade em função do aumento do rendimento para baixo e para cima, porque na renda acessível ela é fixa. -----

----- Se um apartamento for arrendado por trezentos, quatrocentos ou seiscentos euros a família tem que pagar isso, não pode o arrendatário vir à Câmara dizer que o seu rendimento baixou e não pode pagar quinhentos euros, só pode pagar trezentos, nessa altura é despejado, são regimes muito diferentes. -----

----- Quando nós fixamos em setecentos e oitenta estamos a pensar em abrangermos o máximo de pessoas, que podemos considerar que têm muita dificuldade em pagar uma renda no mercado ao preço em que as coisas estão. -----

----- Podemos dizer que em Lisboa as rendas são mais elevadas do que em Oeiras e se são mais elevadas duzentos ou trezentos euros estava justificado, mas não, eu acho que a nossa proposta é muito mais vantajosa para as famílias, é um leque que permite que as famílias se possam candidatar, quando a renda ultrapassa um determinado montante, a família não se pode candidatar porque não tem dinheiro para pagar a renda e se o teto máximo é de tal maneira elevado, só abrange famílias que já não precisam, porque podem arrendar casas no mercado, isto

foi o que eu percebi, nós temos de ser sempre os melhores, isso que fique claro, se há algum programa neste País melhor do que este eu deito já este abaixo e vamos para o melhor, sabem todos que esta é a minha política, se alguém que conhece um programa melhor do que este, nós adotamo-lo já de imediato.” -----

-----A arquiteta **Patrícia Costa** referiu:-----

-----“Eu partilho com o Senhor Presidente, aliás, eu acho que todos partilhamos o sentido de que, não há nenhum Programa de Renda Acessível ainda que tenha sido implementado, que tenha sido bom e que tenha dado resultados. -----

-----Preparatoriamente, nós fizemos um estudo dos vários programas de renda acessível e, de facto, os valores a que chegámos em Lisboa e vamo-nos assim manter na tipologia do T Dois nós temos um valor máximo de renda de mil euros.-----

-----A dificuldade de um Programa de Renda Acessível é que nós temos que ir buscar o melhor para dois mundos, que são opostos, quem quer aderir ao programa, porque precisa de casa e quem quer potenciar o seu negócio, que é pôr a sua casa a investir, pôr um rendimento a investir, isto é muito complicado de fazer.-----

-----Vamos ter que testar, não sei se será o melhor programa Senhor Presidente, mas vamos ter que testar e garantir que este programa foi lançado com um estudo dos casos de Lisboa, Porto e Matosinhos, com a análise daquilo que foi a resposta por parte dos particulares que vão pôr as suas casas e dos particulares que vão tentar aceder a este mercado e dizer que em Lisboa, por exemplo, um T Dois pode chegar aos mil euros, em Oeiras um T Dois pode chegar aos setecentos e oitenta euros. -----

-----O que diferencia o nosso programa, do programa de Lisboa é, efetivamente o IMI, e outras questões importantes que, como o Senhor Vereador tinha explicado nós vamos tentar injetar de imediato uma série de respostas habitacionais no programa, não ficarmos dependentes só da vontade do particular isolado em fazer crescer o programa, isto é uma perspetiva, o tempo



Câmara Municipal  
de Oeiras

o dirá, não sabemos, mas não sabemos mesmo, ninguém sabe, só o tempo dirá como é que o mercado se vai comportar relativamente a esta matéria. -----

----- Aquilo que o Senhor Presidente disse é verdade, no sentido de que, neste momento, nós temos pessoas com pedidos de habitação para o regime de renda apoiada que não têm características de alguma vez poderem habitar o parque municipal no regime de renda apoiada e que foi também a pensar nestas pessoas que este programa foi desenhado. -----

----- Sobre as questões da renda, se nós pensarmos que estamos a isentar o IMI, que é aquilo que nenhum Município fez, os municípios adotaram o regime que é o regime que decorre da lei geral, que é a isenção do Imposto sobre o Rendimento da Renda, isso é igual para todos, decorre da lei, nós fomos um bocadinho à frente, isentámos o IMI, isto quer dizer na lógica do investidor, que eu vou ganhar setecentos e oitenta euros por um T Dois, eu vou ter os seguros, eu vou ter alguém a gerir o meu contrato, eu não vou pagar o IMI, eu não vou pagar o IRS, fazendo as contas, pareceu-nos que é o melhor equilíbrio entre aquilo que é o tentar captar o interesse de dois polos completamente distintos do problema, sobre a parte das rendas não há mais nada a dizer, é testar e perceber como é que o mercado vai acolher o projeto. -----

----- Sobre a questão da sustentabilidade, o regulamento prevê dois tipos de majoração e este artigo foi posto precisamente para chamar ao programa o investidor, o investidor que quer hoje em dia construir prédios para habitação, mas ter a garantia de que vai ter um aluguer de longa duração, porque o programa prevê um aluguer a vinte e cinco anos e se nós tivermos algum construtor que quer fazer três edifícios e vai destiná-los todos ao programa, este construtor naquilo que estamos a viver, no momento atual, vai ter que construir a custos controlados, tem o benefício do IVA a seis por cento e vai ter que cumprir tudo aquilo que é a legislação dos custos controlados. -----

----- A questão dos custos controlados reporta-nos para uma legislação e para uma portaria regulamentar que define o que é que são os coeficientes de qualidade e o que é que são os

coeficientes operacionais e naquilo que é o índice de qualidade, aliás, a Portaria Sessenta e Cinco dos Custos Controlados remete para um despacho e o próprio despacho é que define o que é o nível de qualidade da habitação e o nível de qualidade da habitação está intimamente ligado com as soluções sustentáveis que vamos aplicar. -----

-----Agora me dirão, está bem, mas então esse particular é que vai poder beneficiar de uma majoração top, evidente, se calhar, uma pessoa que vá pôr uma casa construída em mil novecentos e cinquenta neste programa, mas isso é precisamente o momento em que nós temos para atrair investimentos e investidores ao programa e quando a Vereadora perguntava como é que se vai fazer este intervalo de majorações, é precisamente nesta relação da casa que nos oferecem para avaliar, esta casa será sujeita a uma avaliação técnica, a uma vistoria, que vai aferir precisamente qual é o nível de majoração que se vai aplicar”.-----

-----Prosseguiu o **Senhor Presidente**:-----

-----“Eu acho que a arquiteta Patrícia Costa disse uma coisa fundamental, é uma experiência, vamos melhorar quando for preciso melhorar. -----

-----Já agora eu clarifico por que razão tenho muita dificuldade em ver com sucesso este programa, justamente pelo preço das casas, a arquiteta acabou de dizer que tem que se situar nos custos controlados, o que significa que o terreno não pode ultrapassar um determinado montante, se partimos do princípio que a construção custa, por hipótese, mil e duzentos euros o metro quadrado, o terreno não pode custar mais de trezentos ou quatrocentos euros o metro quadrado, a partir daí, já não é construção a custos controlados. -----

-----Assim, nós teremos que encontrar terrenos mais acessíveis, que possam ser colocados à disposição de promotores que aí vão construir por esses preços e sujeitos a essa limitação de rendas. -----

-----Isto é como as cooperativas, atualmente fala-se muito nas cooperativas, eu vivi todo o movimento cooperativo. Oeiras foi dos Municípios, juntamente com Matosinhos, onde se



Câmara Municipal  
de Oeiras

construíram mais casas no âmbito do movimento cooperativo.-----  
----- Só que há aqui um pormenor: quem ofereceu os terrenos às cooperativas foram as Câmaras Municipais, porque em mil novecentos e setenta e sete, o Secretário de Estado da Habitação determinou a expropriação de milhares de hectares aqui na região de Lisboa, designadamente em Oeiras, esses hectares foram expropriados por “tuta-e-meia”, que eram para o SAAL - Serviço de Apoio Ambulatório Local.-----  
----- Entretanto, a Câmara Municipal de Oeiras assumiu todas as políticas do SAAL, ficou com esses terrenos e depois pôde vendê-los, muitos deles às cooperativas, mas por um preço simbólico. Realmente, as cooperativas conseguiram construir à volta de quatro mil e quinhentas casas no Concelho.-----  
----- Curiosamente, já na primeira década deste Século, nos casos em que as cooperativas se envolveram na compra de terrenos já a preços mais ou menos de mercado, foi tudo à falência.  
----- É uma coisa curiosa, não é? -----  
----- Aqui em Oeiras, todas as cooperativas, neste momento, estão a passar por grandes dificuldades e houve alguns programas que não chegaram a arrancar, justamente porque faltaram os recursos e os terrenos já não eram ao custo a que a Câmara Municipal os tinha cedido. -----  
----- Causa-me uma perplexidade enorme, em todo este pacote do Governo, aquilo que me surpreende é não haver uma palavra sobre terrenos, dá a impressão que as casas são construídas no ar, são etéreas. Eu fico surpreendido, estou à espera com uma curiosidade enorme para ver, do ponto de vista legislativo, como é que as coisas vão sair e qual é a saída para a questão dos terrenos.--- -----  
----- Julgo que é do conhecimento de todos, entre dois mil e dois mil dez/dois mil e onze, construíram-se seiscentas mil casas em Portugal. Entre dois mil e onze e dois mil e vinte e um construíram-se cento e oitenta mil. -----  
----- O preço das casas, entre dois mil e oito e dois mil e catorze, baixou brutalmente,

havia milhares de casas à venda e não se vendia, dizia-se que tinha sido devido à especulação imobiliária dos terrenos, com a história do “subprime”, etc.. A partir de dois mil e quinze, é engraçado, porque todos falam que o preço das casas começou a subir muito a partir de dois mil e quinze, mas não querem ir à raiz do problema, mete-me confusão. -----

-----A partir de dois mil e quinze, toda a gente sabe que os preços das casas subiram em exponencial. No caso de Oeiras, temos casas que aumentaram mais de cem por cento, nos últimos oito anos, houve casas que o aumento chegou aos cento e cinquenta e aos cento e sessenta por cento, a maior subida dos últimos cem anos, vejam bem!-----

----- E subiu a partir de dois mil e quinze, exatamente dois mil e quinze até dois mil e vinte e dois, continua a crescer e vai continuar a crescer.-----

-----O que é que aconteceu em dois mil e quinze? Para já, começaram a ser todas vendidas e o preço a começar a subir ligeiramente, a partir de dois mil e dezassete houve uma explosão. -- -----

-----A Lei trinta e um, de dois mil e catorze é a tal lei que acaba com os espaços urbanizáveis, ficam só rústicos e urbanos, deixou de haver espaços urbanizáveis e os urbanos, os preços começam a subir e continuam a subir. Por isso, não será por acaso que, neste pacote do Governo, nem uma vez se fala em terrenos, de maneira que vamos lá ver o que vai acontecer. Estou com curiosidade de ver como é que isto funciona, como é que do ponto de vista legislativo este pacote se vai pôr em prática.-----

-----Ainda assim, há uma coisa positiva que não se fala tanto e que eu acho que é muito positivo. O problema do licenciamento. Muitas vezes isto sobra para as Câmaras, é uma espécie de anátema sobre as Câmaras, que dificultam o licenciamento. -----

-----Quando se fala de licenciamento, temos que saber do que estamos a falar, se estamos a falar do licenciamento da construção de uma casa que está aprovada num loteamento, em que o loteamento define quais são regras da moradia ou regras do prédio e diz qual é a área de



Câmara Municipal  
de Oeiras

construção, qual é a volumetria e todas as outras questões, outra coisa é uma casa que alguém quer construir, uma casa, um prédio ou vários prédios, várias casas num terreno urbano, mas que ainda não está loteado e que é necessário, naturalmente, lotear de acordo com aquilo que está no Plano Diretor Municipal.-----

----- Pode haver algumas divergências, mas demora tempo. A flexibilização do licenciamento, na minha opinião, deve ser naqueles casos em que os parâmetros estão todos bem definidos, há loteamento, há um prédio de determinada dimensão ou uma moradia, é necessário projeto de construção, de arquitetura, de estabilidade, etc., é isso que, às vezes, na Câmara demora muito tempo a ser apreciado, mas não é isso que encarece as casas, o que encarece é o preço dos terrenos públicos. -----

----- Mas em Espanha, isto não é novidade nenhuma, em Espanha há mais de quinze anos que existe o Colégio de Arquitetos; o particular apresenta um projeto no Colégio de Arquitetos, eles apreciam-no, colocam a chancela de aprovado e o particular vai à Câmara Municipal de Aiamonte, entrega-o e, em vinte e quatro horas tem a licença de construção. -----

----- Entretanto, o arquiteto ou engenheiro assumem a responsabilidade técnica da obra e se a coisa não correr bem, se o edifício cair ou o construtor fizer obras a mais que não devia, etc., é tudo demolido e quem paga? Pode ser a companhia de seguros, porque o arquiteto ou o engenheiro podem não ter dinheiro, mas, ao que parece, eles têm seguros. Em Portugal, até agora, as companhias de seguros não faziam esses seguros.-----

----- A flexibilização nos licenciamentos depois tem reflexos com outras áreas, designadamente da parte dos seguros, mas eu aí acredito que podia realmente ter alguma vantagem.- -----

----- Depois, tem outra vantagem que são os tais novecentos e oitenta milhões de euros que são ali decididos, ao que parece, para contribuir para ajudar famílias que têm dificuldades em pagar a renda, aqueles duzentos euros que se fala para cada família. -----

----- Contribui para quê?-----

-----Para não haver tanta família desalojada, isto é, contribui para haver menos famílias despejadas, não contribui, na minha opinião, para pôr mais casas devolutas no mercado, isso acho difícil, mas pronto, como diz o Senhor Vereador Nuno Neto, tem coisas boas e coisas más.”

-----Interveio o **Senhor Vereador Duarte da Mata**:-----

-----“Queria reforçar a preocupação da Vereadora Ana Filipa Laborinho com a questão de eficiência energética, porque, de facto, casas passivas são dinheiro no bolso dos proprietários, em termos de poupança ficam muito menos vulneráveis e, portanto, não é uma questão ambiental já é uma questão de majoração, porque todas as majorações que possam ser feitas, porque é impressionante ver, agora, com a subida da energia, pessoas que gastam já muito dinheiro e com a subida da Euribor também, fiquem a contar os tostões para as questões de aquecimento e arrefecimento, é uma vulnerabilidade brutal.-----

-----Quis também intervir no sentido de dever, porque o Senhor Presidente usou aqui uma tese que ainda não tinha ouvido e tenho ouvido falar muito sobre esta questão em que nós estamos do imobiliário e ainda não tinha ouvido a tese que era o novo regime jurídico que, tal como na maior parte da Europa, defende que se devem compactar os territórios, evitar expansão em mancha de óleo, salvaguardar solos de boa qualidade para fazer uma agricultura de proximidade, etc..-----

-----Afinal, são os responsáveis pelo estado em que estamos, pensava que tinha sido o facto das taxas bancárias serem pouco interessantes para os investimentos e começarmos a ter um fenómeno de investimento sistemático imobiliário, aberto à comunidade internacional e, portanto, pelo que eu ouço, é a primeira vez que ouço outra coisa em contrário, o que eu ouço é que estamos aqui por causa disso, não é por causa do novo regime jurídico que não é já assim tão novo e que apenas diz que não se deve fazer edificação em mancha de óleo que é o que se está aqui a fazer.-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Se estamos a falar em termos de resiliência, não é só ter casas resilientes à subida dos preços, não tem que se instalar logo ares condicionados, aquecer a casa, desumidificar, tudo, é também não ter que viver longe do sistema de transportes, que não é eficaz se não tiver transporte pesado ao pé e, portanto, quando nós fornecemos uma casa para rendas acessíveis e que não tenha essas condições, nós estamos a onerar as famílias para a vida com isso, a minha intervenção é nesse sentido.” -----

----- Sublinhou o **Senhor Presidente:**-----

----- “Repito, o problema da eficiência energética, é uma questão que deve estar presente na construção do edifício, quando se constrói um edifício hoje em dia, é essencial ter em consideração a eficiência energética, é fundamental. -----

----- Obviamente, agora não é num contrato de arrendamento que está o problema da eficiência energética, não estou a ver o que uma coisa tem a ver com outra. -----

----- Se a casa é construída com eficiência energética, naturalmente que a família já vai beneficiar dessa situação, porque tem eficiência energética e, portanto, não vai gastar tanto dinheiro em aquecimento, por exemplo, pode não precisar das botijas de gás ou de aquecimento durante cinco meses, se calhar precisa só nos dias mais frios, mas isso é óbvio. -----

----- Claro, tem uma desvantagem, pode-se aumentar a renda, se há poupança do ponto de vista da eficiência energética, significa que a renda pode aumentar em função do rendimento do agregado e da tipologia da casa.-----

----- O que eu quero dizer com isto é que às vezes misturamos tudo. Num contrato de arrendamento se porventura a casa não obedecer a critérios de eficiência energética, não adianta pôr o que quer que seja no contrato de arrendamento, o contrato de arrendamento plasma uma realidade, o que se está a arrendar é um edifício com determinadas características, com determinadas qualidades, portanto, não é no contrato de arrendamento. -----

----- Por outro lado, gostava de dizer ao Senhor Vereador Duarte da Mata que não se

surpreenda, porque essa é justamente a tese que nos separa brutalmente, é que eu defendo casas para os pobres, eu continuo a defender casas para as famílias, para a dignidade das famílias e as lógicas da extrema esquerda são contra isso, porque os problemas estão todos na reserva agrícola e, portanto, vêm com o argumento de que são estrangeiros, que são “Vistos Gold”, etc., não Senhor Vereador, o Senhor está enganado e vocês estão todos enganados e não querem ver. -----

-----Sabe qual é o problema?-----

-----Em Portugal não faltam casas para ricos, para quem tem dinheiro para as comprar. Não são os tipos dos “Vistos Gold” que vêm criar problemas a quem não tem dinheiro para comprar uma casa de cento e cinquenta mil euros, por uma razão: é que não há casas a cento e cinquenta mil euros, mas podia haver, podia haver casas, T Zero, a cem mil ou noventa mil euros, T Um a cento e trinta ou cento e quarenta mil euros, T Dois a cento e sessenta mil euros, T Três a cento e oitenta mil euros e T Quatro a cento e noventa mil euros. Podia, e em Oeiras vai haver em breve a esse preço. -----

-----Não venham com esses fantasmas dos “Vistos Gold”, do licenciamento, dos juros, disto e daquilo e dos impostos, tudo isso é treta, porque, na realidade, um contribui com dois por cento, outro vem contribuir com três por cento, mas o terreno contribui e não devia contribuir, o terreno devia contribuir com vinte por cento apenas, em qualquer parte do mundo. -----

-----O terreno, em Portugal, está a contribuir com cinquenta a cem por cento do custo da casa e, nalguns casos mais, quando o terreno aqui em Oeiras, na Vila de Oeiras, é vendido a mil e seiscentos euros o metro quadrado e se pode fazer construção a mil e duzentos euros o metro quadrado, nós já estamos com o terreno a mais de cem por cento. -----

-----É claro que, se vai fazer uma casa de mil e duzentos num terreno de mil e seiscentos, quem compra por mil e seiscentos não vai fazer a mil e duzentos, possivelmente vai fazer a mil e quinhentos ou mil e seiscentos, e não vai vender por dois mil, à partida vai vender por quatro mil ou cinco mil e, se for ali na Marginal, vai vender por oito ou dez mil euros o metro quadrado. ----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Portanto, o problema é a cegueira da extrema-esquerda e o preconceito da direita, que continua a não ver o problema: nós o que precisamos é de casas, nós precisamos de casas públicas, Portugal precisa de casas públicas! -----

----- Já se diz que há para aí barracas outra vez e vai haver, estou farto de dizer isto, mais cinco ou seis anos estamos cheios de barracas novamente, porque o problema em Portugal é construção nova, habitação pública, é isso que o País precisa, o resto são paliativos. -----

----- Depois vêm, absolutamente enxofrados, falar de setecentas mil casas vagas, mentira! Mentira! Como é que podem mentir tanto? Setecentas mil casas vagas? Em Lisboa são só quarenta e cinco mil, o resto é espalhado por esse País fora, aldeias abandonadas, casas na província que não interessam a ninguém, são consideradas esta coisa devoluta? -----

----- É indiscutível que no interior do nosso País nós precisamos de conforto. As famílias para serem tratadas com dignidade, têm casa, mas não têm conforto, lá está, não têm eficiência energética, às vezes não têm as condições higiénicas e sanitárias adequadas, precisam de boas casas de banho, precisam de boas cozinhas, precisam de aquecimento e não têm nada disso, mas têm casa. A casa é que tem que ser dotada de conforto. -----

----- Nas áreas metropolitanas para onde cada vez mais afluí mais gente, nós precisamos de construção nova, construção pública, e se não fizermos essa construção pública não há hipótese, portanto, não venham cá com essas ideias que são juros, que são os “Vistos Gold” e tal, porque esses fulanos compram as casas de quinhentos mil euros, seiscentos e setecentos mil euros e as famílias portuguesas o que precisam é de casas T Um, T Dois, T Três que não custem mais de duzentos mil euros. -----

----- É outra falácia, vem para aqui, por exemplo, o Presidente da Câmara Lisboa, que eu respeito muito, dizer que a isenção do IMT para os imóveis até duzentos e cinquenta mil euros, quem tem duzentos e cinquenta mil euros precisa lá de isenção do IMT?-----

----- Não, não precisam de isenção nenhuma de IMT, porque as famílias portuguesas não

têm condições, as famílias carenciadas, a classe média baixa, não têm condições para comprar casas a duzentos e cinquenta mil euros. -----

-----O Presidente da Câmara de Nova Iorque, podem dizer que há diferenças, mas o Presidente da Câmara Nova Iorque lançou há quinze dias quinhentas mil casas para famílias carenciadas e da classe média em Nova Iorque, para isso alterou o estatuto dos terrenos.-----

-----Podem dizer: “mas são vinte milhões de habitantes”. Sim, são vinte milhões, nós somos dez, eles fazem quinhentas mil casas, nós só precisamos de fazer oitenta mil casas. Com oitenta mil casas e doze mil milhões de euros resolvemos o problema da habitação dos próximos dez anos. -- -----

-----Mas é habitação pública, a custos controlados, com terrenos acessíveis que não custem mais de trezentos euros o metro quadrado, que é para se poder fazer construção a mil e duzentos euros, com mais trezentos, dá mil e quinhentos euros por metro quadrado, com mil e duzentos já se faz uma construção com qualidade, mas, para isso é preciso ter os terrenos. -----

-----Portanto, Senhor Vereador há aqui uma divergência total, porque repare, nesse aspeto, eu estou farto de fazer casas, muitas casas, e continuo a fazer. Aqueles da sua ideologia, não fazem nada, até hoje não fizeram nada, não conheço nenhuma Câmara aqui à volta, pelo contrário, não fizeram nada. Os comunistas, por exemplo, acham que o Governo é que deve fazer e, portanto, o IRHU que faça. Os socialistas em Lisboa, não sei se António Costa fez alguma coisa enquanto Presidente da Câmara, mas o João Soares fez, acabou com o Casal Ventoso que foi um trabalho notável, mas fora isso não conheço nada.-----

-----Nós defendemos estas teses, mas construímos, a Câmara Municipal de Oeiras, de facto, é das Câmaras do País que mais casas faz e vamos continuar a fazer, vamos aproveitar o PRR e vamos continuar a dizer que estão todos enganados, isto é tudo “Maria vai com as outras”, mas nós não vamos. -----

-----Não acha estranho que num pacote desta natureza, de facto, mesmo que se tenha a



Câmara Municipal  
de Oeiras

tese de que não se deve mexer na Reserva Agrícola Nacional, que nada se diga sobre o preço dos terrenos? -- -----

----- É admissível que um terreno que custava trezentos ou quatrocentos euros em dois mil e nove, hoje custe mil e setecentos euros?-----

----- Que tenha multiplicado o seu preço quatro vezes em quinze anos? -----

----- Isto é admissível? -----

----- Não é, é absolutamente incompreensível e num pacote destes não se fala nisto, não se fala no terreno.” -----

----- Seguidamente, argumentou o **Senhor Vice-Presidente:** -----

----- “Eu gosto muito de detalhes, porque os problemas aumentam nos detalhes. O Senhor Vereador Duarte da Mata, quando fala, há um problema de base na política, quando tem falta de pragmatismo. -----

----- Quando a ideologia se sobrepõe ao pragmatismo, nós não estamos a fazer para a realidade concreta, estamos a fazer para uma realidade sonhada ou desejada e a realidade e a vida, normalmente, não é a sonhada ou a desejada, é a concreta. -----

----- Aquilo que o Senhor Presidente dizia há pouco, é querer tirar o terreno. O produto final é a casa. Para a casa concorrem fatores de produção, terminologia própria do socialismo científico. Querer desprezar o valor do terreno do fator de produção do produto final “casa”, é absurdo. É absurdo. -----

----- Não querer perceber porque encareceram os terrenos também é absurdo. -----

----- Depois, quando se põe a culpa nos estrangeiros, isto é relativamente divertido, sabem, não foi em Portugal que as casas mais cresceram percentualmente nos últimos anos. -----

----- Naturalmente que, quando nós vemos algumas notícias estapafúrdias de quem lê pouco, não sabe, por exemplo, que a cidade que mais cresceu no metro quadrado das casas foi Amesterdão, que teve a ver com o fenómeno do Brexit e a deriva nalgumas empresas, para

Amesterdão. -----  
-----Não é um fenómeno único português.-----  
-----Mas nós vivemos num contexto no qual não se pode impedir os estrangeiros de adquirir propriedade em Portugal. Eu não sei se alguém já terá percebido que nós vivemos no mercado interno com liberdade de estabelecimento. -----  
-----O que é que eu vou dizer a um sueco que não pode comprar uma casa em Portugal, ou a um alemão? -----  
-----Isso só é permitido em partes dos tratados comumente aceites. -----  
-----Não pode ser, nós não vivemos nesse mundo. -----  
-----O que vocês estão a promover indiretamente, não é só pobreza, é um regresso ao fechamento dos países sobre si próprios.-----  
-----Quando dizem “agricultura de proximidade”, qual é agricultura de proximidade?-----  
----- A sua colega Vereadora fala do trigo, o Presidente da Câmara de Cascais também fala do trigo, duvido que ele vá ceifar.-----  
-----Qual é a agricultura de proximidade? -----  
-----Quem vai produzir? -----  
-----E agricultura de proximidade onde? -----  
-----No casco urbano das cidades? -----  
-----Qual é a capital europeia que tem agricultura de proximidade no casco urbano da cidade? ---- -----  
-----Não têm. -----  
-----Eu acho muito engraçado, não sei se viajam pouco. As capitais europeias têm construção. Em Berlim, constrói-se ao lado do rio, mas os alemães são atrasados?-----  
-----Será que nós somos assim tão adiantados mentais que nos achamos que podemos deixar de construir as casas de que necessitamos para o nosso mercado para cumprir uma



Câmara Municipal  
de Oeiras

ideologia, sabe-se lá do quê? -----

----- É que tudo isto é preconceito ideológico, não é pragmatismo. O afastamento do pragmatismo só prejudica uma espécie, a espécie humana.-----

----- Há uma razão essencial para Portugal, nas últimas décadas, ter estagnado e tem a ver com a falta de pragmatismo. Governa-se para quem? -----

----- Para que realidade é que se está a governar?-----

----- Como nós olhamos para as pessoas que estão a viver novamente em barracas, porque há pessoas que estão a viver novamente em barracas, e nós dizemos “não podemos desafetar setenta metros quadrados em Tercena para fazer habitação pública”, estamos a governar para quem?-----

----- E a falta de pragmatismo, depois não se espantem do afastamento e do descrédito das políticas públicas. Se as políticas não forem pelas pessoas, as pessoas não acreditam nelas. É por isso que o povo põe tudo em causa. E nós vivemos num País onde o povo tem perdido progressivamente qualidade de vida, olhem para os números, para os indicadores, para a infelicidade.-----

----- Portugal é o País da União Europeia que tem os trabalhadores mais infelizes.-----

----- Porquê?-----

----- Porque o seu rendimento não lhes chega para a vida, porque em Portugal não chega ter emprego para não ser pobre.-----

----- Estamos a governar para quem?-----

----- É que é preciso perceber, quando falamos, há consequências, há detalhes e esses detalhes, o que é que os senhores estão a defender?-----

----- Que os estrangeiros não podem vir para Portugal, os portugueses deixam de poder trabalhar para esses países.-----

----- Agricultura de proximidade, qual agricultura de proximidade?-----

-----Quem investe?-----

-----De onde é que vem o dinheiro?-----

-----O que é que está aqui em causa?-----

-----O que está aqui em causa é uma ideologia alternativa.-----

-----São mesmo as pessoas e agora chegamos à nossa conclusão, daí eu ter dito o que disse sobre o Dia Internacional das Mulheres, que o problema é o capitalismo. O que está aqui em causa é uma ideologia alternativa que nos está a ser imposta, aquela mesma que nós vimos falhar outros sítios, mas que sempre renasce.”-----

-----Acrescentou o **Senhor Presidente**:-----

-----“Vocês sabem que nos anos oitenta, falava-se muito, acho que o Senhor Vereador está um bocadinho desatualizado nessa matéria, mas vou explicar.-----

-----Nos anos oitenta falava-se muito na mancha de óleo, não havia engenheiro ou arquiteto que nos anos oitenta, quando tinha uma plateia à frente para dar boas noções de Urbanismo, construção da cidade não falasse da mancha de óleo.-----

-----Dá-se a circunstância que Cascais, a Norte da A Cinco, tem uma grande mancha de óleo. Loures é exemplo típico de mancha de óleo. Almada, Barreiro, Seixal, os Concelhos da Margem Sul, tudo mancha de óleo. No Norte, Vila Nova de Gaia, Gondomar, Matosinhos nem tanto, desenvolvem-se em mancha de óleo.-----

-----Não é o caso de Oeiras. Oeiras tem uma particularidade, é por isso que o arquiteto Serpa fala tantas vezes numa cidade polinucleada. Oeiras não tem mancha de óleo, todos os aglomerados de Oeiras têm os perímetros perfeitamente definidos e nós até gostávamos, nalguns casos, de os unir por uma estrada, por uma estrutura, por um parque, etc., porque assim se faz cidade.-----

-----Nós agora até vamos publicar, neste último boletim, por acaso é engraçado parecia que estava adivinhar a reação do Senhor Vereador relativamente à mancha de óleo, não foi a



Câmara Municipal  
de Oeiras

pensar na mancha de óleo, mas no último boletim da Câmara, no Oeiras Atual, está lá uma fotografia de Leceia e pergunta-se se os leitores sabem onde é e até se dão garrafas de vinho do Villa Oeiras aos primeiros que acertarem.-----

----- Aquela é uma primeira fotografia de muitas fotografias que vão ser publicadas no Oeiras Atual, todas idênticas àquela que mostram o aglomerado e depois mostram a cintura verde ao longo de todos os aglomerados, que são uns dezassete ou dezoito, mas que são perfeitamente delimitados.-----

----- Em Oeiras não há mancha de óleo, houve tentativas, por exemplo, no Casal da Choca e Bairro de Autoconstrução em Porto Salvo, mas foram rapidamente tapadas ainda eu não era Presidente de Câmara, eu já apanhei uma altura em que já se estava a conter a coisa.-----

----- Como já disse, essa coisa da mancha de óleo não se aplica aqui em Oeiras e o Senhor sabe isso muito bem.”-----

----- Contrapôs o **Senhor Vereador Duarte da Mata**:-----

----- “Sei isso muito bem e sei qual é a diferença entre mancha de óleo e cidade polinucleada e o que nós estamos a ver agora não é a transferência para a cidade polinucleada, não se fazem cidades polinucleadas sem transportes pesados, isso está mais do que estudado.-----

----- Em todo o caso, eu gostei aqui da preleção do Senhor Vice-Presidente sobre as ideologias, eu gosto disso e, portanto, faço aqui uma declaração de voto que eu sou a favor do capitalismo, já que vocês ainda não perceberam isso.-----

----- Nós somos pessoas que gostam de viver no mundo ocidental, gostam da democracia e de debate de ideias, isso é uma coisa bem diferente e, portanto, todos essas pedras, esses pedregulhos que vêm aí a dizer, como fez ainda a propósito do Dia da Mulher, a dizer que nós somos um mundo paralelo, outro tipo de... Não, uma coisa é a democracia e o capitalismo, outra coisa é o liberalismo completo e isso nós não queremos.-----

----- Isso, no planeamento, é péssimo.-----

-----Sabe porquê?-----

-----Porque isso vai sair caro a todos, é por isso que há sítios onde não se deve construir.-

-----Eu fiquei curioso com o caso de Nova Iorque que falou, não conhecia e vou estudar isso, porque isto é um assunto que me interessa muito, parece-me interessante e quero perceber, já que eles não têm o novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, então, porque é que as casas subiram tanto e porque é que eles têm esse problema em Nova Iorque?-----

----- Porque também não é a Lei de dois mil e catorze, assim como em Berlim, que é um ótimo exemplo e eu compro já a forma como na Alemanha se trabalha.-----

-----Se quiserem vão a Baden-Württemberg que é o Estado com mais altos rendimentos da Alemanha e vejam como é que é feita a urbanização, a urbanização não é feita como cá, não há cá mancha de óleo nem polinuclear, as coisas são feitas de outra maneira, estão com problemas e estão a dar resposta. Compro já isso aqui.-----

-----Portanto, essas soluções são mesmo muito interessantes e na Holanda, a mesma coisa, e a maior parte dos países está a levantar isso.-----

-----Aquilo que o que está aqui em causa, não é proibir as pessoas de virem para cá, que eu também gosto de ir para fora, não é isso, nós somos um País de emigrantes, é os fundos virem investir em imobiliário, casas ou terrenos, e isso teve muita influência e não sou eu que eu digo, é aquilo que toda a gente fala, quem trabalha nestes temas, tiveram influência e acabaram por promover fenómenos em que as pessoas que tinham acesso a determinada casa não conseguem e vão encarecer, com os seus rendimentos mais altos, outras zonas e vão fazendo aquilo que é a chamada gentrificação, está identificado, é um problema.-----

-----Oeiras está na primeira coroa e apanha isso, com forte e é isso, os Senhores não têm culpa de tudo, eu não sou o primeiro a vir dizer que os Senhores têm culpa, não têm! Vocês estão na primeira coroa, fosse quem fosse que cá estivesse, este problema ia acontecer aqui, em Cascais, porque tem a ver com isto, a gentrificação está a alargar imenso, as pessoas estão a



Câmara Municipal  
de Oeiras

procurar casa em Mafra e já passa para lá disso, vão a Torres Vedras, pessoas que vêm todos os dias para cá. -----

----- Não, eu acho que não, porque acho que devo ser de algum regime qualquer que não...-----

----- Portanto, urbanização controlada com regras, sim, compro já todo, mas subscrevo completamente o regime jurídico de Baden-Württemberg, que é apenas o maior dos Estados capitalistas da Alemanha, em termos de rendimento.-----

----- Só para dizer que isso me deu uma ideia também, estava aqui a ver no edital em relação a isso dos solos, quem faz agricultura, Oeiras assinou, em dezoito de fevereiro de dois mil e dezasseis, na Área Metropolitana, o Pacto de Milão. Eu, se calhar, vou propor à Vereadora Carla Castelo que ela traga aqui a assinatura do Pacto de Milão à Câmara, porque, pelos vistos, não leu o Pacto de Milão, vale a pena ler o Pacto de Milão, que é aquilo que nós defendemos.” -

----- Volveu o **Senhor Presidente:** -----

----- “Vale a pena ler tudo, porque a Câmara Municipal de Oeiras é o maior agricultor da Área Metropolitana de Lisboa. Eu sei que não gostam de ouvir isto, mas o que é que hei de fazer?-----

----- O maior agricultor público da Área Metropolitana de Lisboa é a Câmara de Oeiras. Não há ninguém que produza tanto vinho como a Câmara Municipal de Oeiras, produzimos sessenta mil litros de vinho por ano, produzimos azeite do melhor, zero vírgula sete décimas de acidez, querem mais bons exemplos de boas práticas, em que é a própria Câmara Municipal a dar esses exemplos?-----

----- Isso não é demagogia, isso é a realidade.-----

----- Na verdade, a Câmara faz isto para ganhar dinheiro? -----

----- Pensam que a Câmara ganha dinheiro com o vinho?-----

----- A Câmara faz o azeite para ganhar dinheiro com o azeite?-----

-----Vamos fazer mel para ganhar dinheiro com o mel? -----

-----Não, nós fazemo-lo como boa prática, para mostrar realmente que é possível fazer e com certeza que há terrenos em Oeiras que podem ser dedicados à agricultura e até gostaríamos que houvesse ainda mais agricultura e mais vacas, bois, porcos, cabras e cabritos, cabritos por acaso há e cordeiros, que de vez em quando comemos. Mas nós temos isso tudo, aqui a trezentos metros, temos vacas, bois, cabritos, cordeiros, temos isso tudo.-----

-----Claro que pode haver, há espaço para isso, o problema é que também há espaço para fazer casas, tem de haver, também queremos espaço para que se façam casas.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar o projeto de Regulamento do Programa de Renda Acessível de Oeiras (PRAO) para efeitos de submissão à aprovação da Assembleia Municipal. -----

-----O envio do Regulamento para publicação em Diário da República, após aprovação final, tendo em vista assegurar a sua eficácia jurídica. -----

-----Nos termos das alíneas r), ee) e k), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigo vigésimo terceiro, do Decreto-Lei número sessenta e oito, de dois mil e dezanove, de vinte e dois de maio. -----

-----Artigo vigésimo terceiro, número dois, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

-----Artigo centésimo trigésimo nono, do Código do Procedimento Administrativo. -----

-----III - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** fez a seguinte declaração de voto: -----

-----“O PSD saúda a criação de incentivos ao arrendamento em Oeiras, assim como os



Câmara Municipal  
de Oeiras

benefícios fiscais, nomeadamente de isenção do pagamento de IMI. Tentando assim, criar mecanismos de motivação para que os proprietários sejam parte da solução no apoio à classe média no arrendamento em Oeiras.-----

----- Contudo, temos reservas quanto aos valores máximos de renda, uma vez que ao fazer uma simulação, percebemos que pelo Programa Nacional de Arrendamento Acessível a renda máxima de um T Dois para duas pessoas seria de novecentos e sete euros e com o programa municipal a renda máxima, já com majoração, seria de setecentos e quinze euros. Tendo em conta que o benefício fiscal de IMI ficará, anualmente, em valores abaixo do que os proprietários terão de baixar as suas rendas mensalmente para as incluir neste programa.-----

----- Não será este um programa menos vantajoso que o nacional para os proprietários?” --

**19 - PROPOSTA Nº. 161/23 - DOT - OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO DE INICIATIVA MUNICIPAL DE SÃO MARÇAL:** -----

----- I - O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Vereador, aqui está um exemplo de terrenos que a Câmara também podia vender, são quatro lotes, cento e cinquenta e seis fogos, dos quais sessenta e oito fogos T Zero são para os polícias.-----

----- Claro que se fossemos vender também fazíamos dinheiro, mas, neste caso, estão inseridos no bairro municipal na Outurela, muito bem situado, vê-se o mar, vê-se o Tejo, vê-se o Parque Urbano de Miraflores, vê-se tudo, mas neste caso é para fazer renda apoiada, nem é para renda acessível, isto é para renda apoiada.” -----

----- O **Senhor Vereador Duarte da Mata** disse o seguinte: -----

----- “Eu tenho aqui algumas dúvidas, por um lado, nós valorizamos muito este trabalho, acho que os Serviços fizeram aqui um excelente trabalho técnico do ponto de vista, de procurar responder ao programa, mas há aqui algumas questões que eu acho que podem ter extravasado e, portanto, ficam como questões prévias ao meu voto em relação a alguns aspetos.-----

-----Portanto, isto enquadra-se no núcleo habitacional C, do Plano de Pormenor da Área Central de Outurela-Portela, que determina que as edificações se destinem à habitação coletiva municipal com quatro pisos e cave e com uma implantação, que resulta em unidades escalonadas perpendicular à via, configurando plataformas de nível abertas, destinados a estadia e recreio.----

-----A proposta dos lotes dois e quatro, aparentemente, não respeita a estrutura morfológica no espaço público, nem nos princípios arquitetónicos. Mais especificamente, o lote dois possui seis pisos e não quatro, como é referido no plano de pormenor. -----

-----Depois há aqui uma questão de desenho que me parece também importante, esta praça é muito inerte, não tem elementos vegetais, etc., é uma cobertura, não me parece também que seja o ideal em termos dos impactos da nossa preparação para a resiliência, sobretudo no Verão, neste caso.-----

-----O lote dois aparentemente e de acordo com aquilo que também já entretanto entendemos para a Junça, não cumpre o artigo cinquenta e nove, do Regulamento Geral das Edificações Urbanas - RGEU, no que respeita à relação dos prédios do lote quatro com a nova construção e isso não isenta o Município, apesar de ser um loteamento de iniciativa municipal. --

-----Isto também se insere na Unidade Operativa de Planeamento e Gestão Nascente, nos objetivos desta UOPG sublinha-se o assumir a estrutura ecológica como veículo de sociabilidade urbana, mas eu pela análise do PDM que está disponível, toda esta área é estrutura ecológica do PDM e então a construção de edifícios numa área que diz, que as figuras são áreas de produção de biomassa e salvaguarda do sistema de vistas. O sistema de vistas, enfim, aqui será como o outro, em todo o caso, se diz quatro pisos e tem seis, poderá estar aqui a alterar. -----

-----Depois, este aumento para duzentos e dezasseis fogos, são mais vinte e nove fogos que o definido no plano de pormenor, tem a ver com este aumento do lote dois.-----

-----Em relação ao outro ponto que é a percentagem de área destinada ao comércio, é exígua, portanto, isto parece um princípio pouco contrário ao que a própria memória descritiva



Câmara Municipal  
de Oeiras

do loteamento fala, porque se fala de uma rua vivenciada, posso não estar a apanhar bem, como é que nós podemos viver numa rua vivenciada se não tem comércio? -----

----- São estas as questões.” -----

----- O **Senhor Presidente** explicou o seguinte: -----

----- “Em relação ao comércio, esse assunto é fácil de resolver, porque está lá uma rua cheia do comércio que ainda tem mais de vinte lojas para alugar. Portanto, não se pode estar a meter mais comércio porque lá ao lado tem uma rua enorme com muito comércio.” -----

----- O **arquiteto Luís Serpa** esclareceu o seguinte: -----

----- “Em relação a este estudo que foi feito para este programa habitacional, foi feito com articulação de vários Departamentos, precisamente, porque o objetivo era resolver o problema da habitação e nós assumimos a colaboração com o Departamento de Habitação para que não houvesse risco de haver dificuldade de interpretação quanto aos planos.-----

----- O Plano de Pormenor que está em vigor é, de facto, o Plano de Pormenor da Outurela-Portela, cuja equipa eu coordenei há trinta ou quarenta anos atrás, o que significa que qualquer referência, ajustamentos, alterações ou interpretações é feito em relação ao Plano de Pormenor. -----

----- O Plano Diretor de dois mil e quinze e depois agora de dois mil e vinte e dois mantém em vigor esse Plano de Pormenor, portanto, não podemos ir buscar agora normas de outro tipo de Plano Diretor, porque o Plano Diretor não revogou o Plano de Pormenor, o Plano de Pormenor está em vigor e nessa medida, os ajustamentos que foram introduzidos foram introduzidos nos termos do artigo quinto, do Regulamento do Plano de Pormenor e do artigo décimo, do Regulamento do Plano de Pormenor, que permitem ajustar implantações e adaptar tipologias dos fogos e adaptar a configuração dos edificios ao projeto concreto, neste caso tem toda a justificação para se admitir uma adaptação, que se trata de um projeto com objetivos sociais precisos que se enquadra nas limitações e nos condicionantes próprios daqueles que serão

feitos para renda apoiada.-----

-----Foi esta a interpretação que foi feita, utilizámos os mecanismos que eu próprio escrevi aqui há não sei quantos anos, que está aqui neste regulamento para poder flexibilizar de alguma forma futuros desenvolvimentos de projetos, uma vez que se tratava de uma área já orientada para programas de habitação municipal, desde aquele tempo, portanto, ficou essa flexibilidade.-----

-----A adaptação que existe também resulta da diferença de tipologias, isto é, os agentes da polícia precisam de T Zeros e é esse o programa que vai ser feito. Ora, se eu faço T Zeros que terão cinquenta e tal metros quadrados de área útil locável, portanto, área útil utilizável na habitação ou no local onde eles vão ser alojados, essas tipologias vão fazer aumentar o número de fogos, mas não aumentam a área bruta de construção.-----

-----A questão do limite dos pisos, eu posso contar os pisos a partir da rua de cima ou a partir da rua de baixo, se eu tiver a contar da rua de cima tenho quatro pisos e duas caves, se eu contar da rua de baixo tenho seis pisos. -----

-----O que é que importa? -----

-----Que não subimos acima das linhas altimétricas que estavam definidas para os edifícios que estavam previstos para o tal Plano de Pormenor. -----

-----A rua que está lá traçada é a rua que estava no plano de pormenor e que margina a área desportiva e a área verde que está ali naquela zona central. -----

-----Quando se fala ali de vivência de rua, é mais no sentido de poder haver alguma apropriação da rua como espaço de convívio e de interação social, do que propriamente uma rua central, essa sim deveria ter inevitavelmente comércio, se não, de facto, seria morta. Ali é mais no sentido de dizer que aquela rua vai ficar um bocado privada daquele conjunto de edifícios de habitação social, começa com o edifício da Madre Maria Clara e depois vai por ali fora e, nessa medida, a rua devia ter capacidade de obter algumas coisas, aquelas coisas que nós fazíamos



Câmara Municipal  
de Oeiras

quando eramos miúdos, jogávamos à bola na rua em frente, esse tipo de apropriações que desapareceram há muito tempo quando o carro tomou conta de tudo. -----

----- De qualquer modo, temos que ter alguma capacidade para as pessoas estacionarem os carros, porque já verificamos nos bairros sociais que já estão na segunda geração dos habitantes, que as pessoas felizmente têm tido alguma evolução nas suas condições de vida, por isso, já lhes permite ter alguns veículos, que esperemos quando conseguirmos ter concentração suficiente para ter transportes públicos a funcionar, que deixem de utilizar os veículos individuais, mas ainda não temos, portanto, temos que continuar a desenvolver até chegar a um ponto em que haja condições para poder instalar soluções pesadas de mobilidade.-----

----- Eu não concordo com o Senhor Vereador em relação àquilo que disse na sequência da mancha de óleo, mas isso não é o momento, nem é a oportunidade, só queria lembrar que há certos pormenores que importa esclarecer quando falamos desse tipo de conceito, fora isso, em relação a isto, a atitude que tivemos foi esta, foi conhecer o objetivo, adaptar na medida em que o plano nos permitia adaptar e garantir que nada também era feito que fosse pôr em causa qualquer modelo de estrutura ou qualquer indicador de parâmetros significativo que pudesse vir a causar um impacto diferente daquele que estava inicialmente dimensionado.” -----

----- O **Senhor Vereador Duarte da Mata** referiu o seguinte: -----

----- “Aquele questão do RGEU que eu referi, entre os lotes dois e quatro, o Senhor arquiteto pode explicar por favor?” -----

----- O **arquiteto Luís Serpa** disse o seguinte: -----

----- “Talvez a arquiteta que acompanhou depois em pormenor a formulação final, mas eu julgo que não haveria problemas desse tipo se não teríamos dado por isso.-----

----- Aquele edifício do lado de cima tem também uma configuração diferente do lado inferior, mas a arquiteta Patrícia Costa poderá explicar.” -----

----- A **arquiteta Patrícia Costa** esclareceu o seguinte: -----

-----“Como já foi explicado, quando foi a questão do artigo cinquenta e nove relativamente ao empreendimento da Junça, o artigo cinquenta e nove, do RGEU, destina-se exclusivamente a garantir as condições de salubridade ao nível do que é a iluminação e a ventilação daquilo que são os compartimentos habitáveis. -----

-----Relativamente ao lote dois, estamos a falar de uma empena, não há qualquer compartimento habitável nessa empena desse edifício. -----

-----Relativamente aos lotes três e quatro, o que está definido no loteamento é, de facto, a implantação daquilo que é o lote onde se vai construir o edifício, portanto, o artigo cinquenta e nove e o artigo sessenta estão completamente garantidos e aquilo que até será o artigo setenta e um e o setenta e três do RGEU naquilo que são as condições de iluminação dos vãos dos compartimentos habitáveis. -----

-----O artigo cinquenta e nove, do RGEU, é calculado relativamente a linha de quarenta e cinco graus, a linha de quarenta e cinco graus é traçada naquilo que é a implantação do edifício até ao ponto mais alto e depois relativamente àquilo que apanha os compartimentos habitáveis como não estava também no empreendimento da Junça em qualquer momento comprometido.---

-----De facto, a Câmara não licencia os seus projetos, mas é obrigada a cumprir toda a legislação que regula as condições urbanísticas dos edifícios.”-----

-----O **Senhor Vereador Duarte da Mata** questionou o seguinte:-----

-----“Senhor Presidente, importa-se que eu peça à arquiteta que me explique só o que é que é este uso para eu poder ficar descansado?”-----

-----A **arquiteta Patrícia Costa** indicou o seguinte:-----

-----“Portanto, o que estamos aqui a falar é de estacionamento.-----

-----Relativamente a esta linha dos quarenta e cinco graus, não vai de maneira nenhuma apanhar nenhum compartimento habitável que se situe aqui.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do



Câmara Municipal  
de Oeiras

Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o loteamento de iniciativa municipal de São Marçal. -----

----- Nos termos dos artigos sétimo, do Decreto-Lei número cento e trinta e seis, de dois mil e catorze, de nove de setembro e centésimo sexagésimo nono, do Decreto-Lei número oitenta, de dois mil e quinze, de catorze de maio. -----

----- III - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Votei abstenção apesar do mérito do trabalho em apreço e dos seus objetivos, razão pela qual não podia votar contra. Mas não é possível aprovar uma proposta que, em nosso entender, o lote dois não cumpre o artigo quinquagésimo nono, do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, no que respeita à relação dos prédios do lote quatro com a nova construção. Mesmo sendo uma operação urbanística promovida pelo Município, segundo o ponto seis, do artigo sétimo, do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, as operações urbanísticas promovidas pela Administração Pública devem observar as normas legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis, designadamente as constantes de instrumento de gestão territorial e do regime jurídico aplicável à gestão de construção. -----

----- O lote dois, para cumprir o artigo quinquagésimo nono deveria ter menos um piso ou ser afastado do lote quatro. -----

----- Por fim, o PDM em vigor aponta as áreas de implantação da Estrutura Ecológica Municipal do PDM em vigor como “áreas de produção de biomassa” e “salvaguarda sistemas de vistas”.”-----

**20 - PROPOSTA N.º. 162/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA DR. OLIVEIRA MARTINS, N.º. 38, PISO 2B, NO BAIRRO MOINHO DAS ROLAS: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor

Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição do fogo T Dois, sito na Rua Doutor Oliveira Martins, número trinta e oito, piso dois B, no Bairro Moinho das Rolas.-----

-----A elaboração de contrato de arrendamento apoiado;-----

-----A fixação da renda mensal no valor de cento e cinquenta e nove euros e dezanove cêntimos, calculada de acordo com os rendimentos atualizados do agregado familiar.-----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro.-----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

**21 - PROPOSTA Nº. 163/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NO LARGO IDÁLIO DE OLIVEIRA, Nº. 4, R/C, NO BAIRRO ALTO DOS BARRONHOS:-----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição condicional da habitação T Três, situada no Largo Idálio de Oliveira, número quatro, rés-do-chão C, no Bairro Alto dos Barronhos.-----

-----A fixação da renda mensal no valor de oito euros e oitenta e seis cêntimos, calculada com base nos rendimentos atualizados deste agregado.-----

-----A elaboração de contrato administrativo de arrendamento apoiado.-----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta



Câmara Municipal  
de Oeiras

e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

**22 - PROPOSTA Nº. 164/23 - VIIBEECEO - LEVANTAMENTO DE EDIFÍCIOS COM CAPACIDADE DE REFORÇAR O PARQUE HABITACIONAL PÚBLICO COM RENDAS ACESSÍVEIS E CONCURSO DE IDEIAS:-----**

----- I - O **Senhor Vereador Nuno Neto** referiu o seguinte:-----

----- “Eu gostava de me pronunciar sobre esta proposta, mas não sei se vai haver alguma apresentação.” -----

----- O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- “Não vai haver apresentação nenhuma, julgo eu, se houvesse o Senhor Vereador Duarte da Mata dizia.” -----

----- Prosseguiu o **Senhor Vereador Nuno Neto**:-----

----- “Eu tinha preparado aqui uns tópicos, mas gostava de começar esta apreciação com duas frases que o Senhor Presidente disse, no decorrer desta reunião. -----

----- Em Oeiras, temos um rumo muito determinado, foi uma expressão que utilizou e eu continuaria dizendo que seria irracional e errático andar a divergir ao sabor de modas, mas gostei de uma segunda expressão que o Senhor Presidente usou, que foi “Maria vai com as outras, mas nós aqui não vamos”. -----

----- Eu digo isto, porque esta proposta é composta por duas vertentes e operacionalizada em quatro ações.-----

----- A incoerência entre o objetivo e o proposto, porque se apresentam fora do tempo, resultaria a sua aceitação na criação de entropias no sistema de criação de respostas habitacionais que há muito foi iniciada por este Executivo.-----

-----Analisando em concreto cada uma das ações propostas, vou explicar por que é que não consigo concordar com nenhuma delas.-----

-----Considerando a proposta da ação número um: “Levantamento de todos os edifícios de património da Administração Central ou Local sem uso no território do Município de Oeiras” é apresentada porque só se pode desconhecer a centralização do património imóvel do Estado Central, que está a cargo da ESTAMO - Participações Imobiliárias, Sociedade Anónima, que publica regularmente a lista dos imóveis disponíveis, que normalmente o Município consulta e se candidata. Eu trouxe aqui um exemplar de uma manifestação de interesse em três apartamentos, que é muito recente, que da mesma forma a Direção-Geral do Tesouro e Finanças nos informa que já foi exercida a intenção de ali desenvolver arrendamento acessível por parte do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana - IHRU.-----

-----Portanto, esta lista é publicada, é regularmente consultada por todos e estamos todos interessados em desenvolver a renda acessível, o IHRU está muito ativo nesta matéria e a consulta, a base de dados, a organização, está feita, ela é feita regularmente e é trabalhada regularmente.-----

-----Por outro lado, quanto ao património imóvel local, eu também percebo a proposta, mas revela desconhecer que esta realidade está retratada no Plano Municipal de Habitação Vinte/Trinta ao fazer o levantamento, quer das necessidades, quer das existências e quando se apresentam as propostas de solução, apresentam-se propostas de solução assentes naquilo que está disponível.-----

-----Todos os programas de habitação da Câmara estão assentes em terrenos que eram já do Município e desconhece também a outra questão, o Município de Oeiras, todos os dias compra e vende património, todos os dias vende património que não tem vocação para aquilo que quer desenvolver e todos os dias compra património para o desenvolvimento do Programa de Habitação Jovem que há vinte, trinta anos, o Senhor Presidente começou a desenvolver aqui e



Câmara Municipal  
de Oeiras

que assenta exatamente na aquisição de imóveis dispersos na malha urbana para requalificação.--

----- Depois dizer que esta proposta indica também a necessidade de se fazer um levantamento dos devolutos desocupados, sairá em breve a legislação que nos explicará como é que se entra na disponibilidade destes edifícios e eu digo, entra na disponibilidade, para não me comprometer quanto ao instrumento jurídico de tomada das casas para as dedicar a um regime de arrendamento.-----

----- Temos que distinguir aqui duas coisas, aquilo que são edifícios habitacionais que, ao longo dos anos, foram ocupados por escritórios, mas que serão residuais e dispersos e daquilo que eu conheço não haverá devolutos, daquilo que se tem tratado que são os imóveis construídos para a finalidade de escritório e que se encontram implementados em áreas devidamente enquadradas com o PDM para o setor, são áreas onde não estava prevista habitação, são áreas onde não estava prevista a infraestrutura necessária para habitação. -----

----- Esta conversão entraria naturalmente em conflito com o PDM, por um lado e, por outro lado, teria como consequência um agravamento da pressão urbanística, pois estaríamos a dar a um imóvel um uso que não estava pensado, nem as infraestruturas estavam preparadas, era uma ação que não se pode entender como é que contribuiria para a qualidade de vida das pessoas, aceitando-se com um exercício meramente abstrato e teórico. -----

----- Seria necessário um esforço económico brutal para transformar imóveis com vocação para escritórios em soluções habitacionais. A estrutura do edifício, a projeção do comportamento térmico, as soluções de ventilação, exaustão, rede elétrica, energia, rede de saneamento e abastecimento de água, a própria opção arquitetónica em fachadas e vãos, obrigaria a um quase necessário vazamento de todo o edifício com vista à sua reabilitação, o que mais não seria que desfazer e fazer tudo de novo, retirar edifícios de escritórios para transformar em habitação, obrigaria a desfazer e fazer tudo de novo. -----

----- Eu entendo que há uma desadequação destas propostas de ação e considero que a

improcedência da ação da proposta número três, criar um grupo de trabalho que analise a situação do parque de edifícios sem uso no Município é uma ação que está, não só fora do tempo, como já realizada e englobada na definição das ações estratégicas do Plano Municipal de Habitação e da Estratégia Local de Habitação aprovadas num passado recente. -----

-----O que se apresenta não é mais do que a repetição de uma ação já concluída, acreditando-se que, para satisfação de posições rígidas e alimentadas por egos insuflados, enviando-se para consultas públicas em regime de democracia popular que em nada decide e nada concretiza. -----

-----A defesa da presente proposta no seu conjunto, mais não é do que um exercício de “engorda de egos”, fundamenta-se na proposta de ação número quatro, que procura “...criar um concurso de ideias de arquitetura destinado à conceção de uma tipologia de edifício de micro-habitação digna...”.-----

-----Importa lembrar que o Município de Oeiras já desenvolve todos os esforços para realizar um levantamento fidedigno do panorama habitacional em Oeiras. -----

-----Para este exercício contou-se com o contributo da academia, com os dados recolhidos pelos Serviços Municipais, e por um esforço e dedicação de todos, que permitiu a aprovação do Plano Municipal de Habitação e da consequente Estratégia Local de Habitação homologada pelo IHRU.-----

-----Desse levantamento das necessidades, seguiu-se a elaboração das respostas habitacionais, enquadradas e estruturadas nas melhores práticas de planeamento urbanístico, com respeito ao PDM e na defesa de uma habitação digna. -----

-----Não “micro”, não pela metade e não menor, plena em direitos e valor, para quem nela venha a habitar.-----

-----O desconhecimento desta proposta vai ainda ao ponto de desconsiderar todos os dezanove empreendimentos projetados, no conjunto das respostas habitacionais a construir,



Câmara Municipal  
de Oeiras

foram lançados concursos públicos de arquitetura, por forma a garantir a opção pelas melhores respostas conceptuais devidamente enquadradas na legislação urbanística que regula a construção. -----

----- A proposta vem agora recomendar o retrocesso em todo o processo, voltando ao campo das ideias, quando a urgência das respostas e a vertigem dos prazos nos obrigam ao tempo das ações. Mais uma vez, apenas a mera autossatisfação egocêntrica, de tudo queimar e fazer de novo, poderá justificar a mera intenção de propor novos momentos de ideias, de debates abstratos, de alucinações teóricas, neste tempo que nos obriga a todos à ação concreta, rigorosa e séria.-----

----- Se no âmbito geral a proposta apresentada é um mero exercício de “e ses”, a análise concreta das ações recomendadas, mais não é que uma fraca prova de vida, tentando fecundar uma ideia, quando na verdade essa mesma ideia (de outros e noutro tempo) já ganhou forma, já caminha, e em breve será uma resposta efetiva ao serviço de todos. -----

----- Concluindo, esta proposta mais não é uma tentativa de obstaculizar os trabalhos que visam garantir a criação de uma habitação digna para quem dela necessita, no meu entendimento não deve ser aceite, para bem do interesse público.” -----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** disse o seguinte:-----

----- “Nós ao lermos esta proposta, aquilo que achamos é que se misturaram aqui uma série de coisas. Reconhecemos a tentativa de contribuir e de trazer aqui o contributo para um problema que existe, mas, de facto, entendemos que isto revela algum desconhecimento do território e das políticas que estão a ser executadas, que já foram aprovadas e que têm sido aqui discutidas, porque o primeiro ponto já está a ser feito. -----

----- Já não é a primeira vez que vêm aqui propostas com questões que já estão a ser realizadas, portanto, acaba por o efeito delas não vir acrescentar nada àquilo que é o trabalho, porque o IHRU já faz este trabalho relativamente ao Património da Administração Central e o

Município também tem este levantamento, aliás, eu esperei que o Senhor Vereador Nuno Neto, com o Pelouro da Habitação, pudesse fazer a intervenção para confirmar aquilo que nós também já tínhamos avaliado relativamente a esta proposta. -----

-----O segundo ponto, de todo não entendemos, até porque eu acho que vai muito no sentido daquilo que foi dito, utilizar edifícios privados de escritórios que são zonas que não estão minimamente preparadas para que possam ser ocupados, não faz sentido, sobretudo, porque isto iria implicar um investimento da parte do Município para adaptação destes espaços que é um ativo que está a ser utilizado num programa de habitação que está a ser feito pelo Município, que está a ser alavancado com o apoio do Governo e que inclusivamente está a ser candidatado ao PRR, portanto, de facto, o segundo ponto, a nós não nos faz sentido. -----

-----O terceiro ponto decorre do primeiro e do segundo, portanto, não vou comentar.-----

-----Relativamente ao quarto ponto, que nós percebemos aquilo que vocês aqui trazem, mas julgo que já existem algumas experiências destas aqui e, de facto, não me parece que seja este o momento para alavancar um concurso de ideias ou novos projetos quando nós temos uma estratégia que foi aprovada, que indica num sentido e que está a ser implementada e que aquilo que se quer é que ela possa ser concluída para que possa produzir os efeitos necessários para satisfazer as necessidades das pessoas e esta já está no terreno, já foi votada, foi aprovada e é com essa que estamos a trabalhar. -----

-----Talvez se esta proposta tivesse entrado nessa altura e tivesse sido incluída neste plano e fizesse parte dessa estratégia, agora aquilo que nós precisamos efetivamente é de respostas que sejam rápidas e que possam vir a resolver este problema.”-----

-----A **Senhora Vereadora Susana Duarte** referiu o seguinte:-----

-----“Eu queria só dizer uma coisa, porque já falámos aqui várias vezes e voltamos, aqui não está tão específico e fala mais na questão dos escritórios, mas eu acho que há aqui uma questão que às vezes nós passamos ao de leve e que também interliga com esta questão da



Câmara Municipal  
de Oeiras

habitação e da habitação devoluta. Eu sei do que falo, infelizmente, até porque a própria Câmara já nos intimou a fazer algo com o edifício e quando explicámos como é que estava o processo em Tribunal, disseram: -----

----- “...Ok, quando tiverem isso resolvido, falem connosco...”-----

----- Um dia vamos ter, provavelmente, quando fizer vinte anos de processo e deixarmos de pagar custas, porque eu já vi e assisti a processos em Tribunal de partilhas, que no ano em que fizeram vinte anos, rapidamente resolveram em Tribunal, deve ter havido um sininho que tocou na prateleira de alguém e que disse que o processo tem que andar. -----

----- A penhora não é passado vinte anos, o problema muitas das vezes e acontece aqui em Oeiras e acontece em vários Municípios, é que por dificuldades jurídicas há processos e há prédios em que já chegámos ao ponto de conhecer vinte proprietários daquilo que é o equivalente a um T Quatro e desses vinte há uns quantos que estão em parte incerta e resolver isto é difícil, porque até tentar usucapião se tenta e não se pode, porque depois de repente aparece alguém que põe uma ação a dizer que não pode ser, porque não estava utilizado por outros herdeiros, etc.. ----

----- Assim, as questões das habitações devolutas também se prendem muito com isto e há muitas habitações devolutas que eu conheço e infelizmente conheço alguns proprietários que o que eles mais queriam era poder vender para o poder resolver, mas infelizmente a legislação também não permite que estes processos de partilha sejam mais céleres e não conheço muitos processos de partilha em Tribunal que tenham menos de dez a quinze anos. -----

----- O que faz com que normalmente aquilo passe de geração em geração, o que faz com que os herdeiros aumentem sempre, agora já não, mas normalmente aumentavam no dobro ou no triplo e neste caso em questão aumentaram no triplo e no quadruplo, felizmente, tiveram muitos filhos e de cinco herdeiros, de repente, estávamos em vinte herdeiros que, entretanto, cada um foi para o seu País, mas não deixaram de ser herdeiros perante a lei, o que complica muito a notificação, etc.. -----

-----Eu acho que muitas das vezes falamos do proprietário e esquecemos que, às vezes não é o proprietário, são os vinte ou cinquenta proprietários, que os coitados até cá estavam em Portugal e se queriam desfazer do imóvel, até porque também não gostam de ver aquilo ali, porque até moram naquela zona e não conseguem, porque a lei não permite. Mas também eles têm um doze avos daquele edifício, vão eles fazer a obra toda? -----

-----Depois quando for para vender, vão aparecer os outros todos e vão dizer: -----

-----“...Não, espera lá, mas afinal eu queria os dois mil euros que isto valia...” -----

-----É muito complicado gerir imobiliário quando também não se gere justiça em Portugal.” - -----

-----O **Senhor Vereador Duarte da Mata** referiu o seguinte: -----

-----Muito obrigado pelos comentários, mesmo por alguma adjetivação que usou aí, que acho que é claramente excessiva para uma proposta destas, mas enfim, fica consigo. -----

-----Esta proposta mesmo para quem tenha outro rumo, ela tem realmente coisas que vale a pena aproveitar e imagino que se possa considerar e o ponto um, a informação que poderia não estar aqui na proposta, se fosse por isso, nós tiraríamos esse ponto, mas nós estamos numa altura em que nós vamos ter que inovar com soluções realmente diferentes, porque o problema que nós temos é um problema diferente do normal e a reversão de usos é uma das grandes mais-valias da proposta que o Governo fez. -----

-----Portanto, é natural que um planeamento que em muitos casos vem numa altura em que se fazia muito mais o zonamento e as coisas eram muito mais zonadas, acho que era importante e não é assim tão complicado fazer a reversão de alguns usos, quer por um lado, quer para o outro. -----

-----Havendo solo disponível e esse solo também pode ser solo habitado, isto é a base do planeamento, que é, eu antes de ir criar novas frentes urbanas, eu vou verificar todos os aspetos e quem faz isto, na Europa fazem isto, antes de abrir uma nova frente, nós temos que trabalhar



Câmara Municipal  
de Oeiras

naquilo que temos e naquilo que já está construído e, portanto, hoje em dia do ponto de vista da sustentabilidade esta reversão de usos, a renovação de áreas já construídas, já impermeabilizadas tem um valor bastante grande.-----

----- O ponto quatro acaba por ser um desafio que os arquitetos têm capacidade para o fazer, do ponto de vista da inovação, encaixava bem naquilo que é a ideia de Oeiras, mas pelos vistos, de repente, parece que não pode haver inovação, porque já temos uma estratégia não há inovação. - -----

----- Isto era para abrir um concurso que não demora muito tempo e há imensas soluções destas pelo mundo inteiro das micro casas, as micro casas podem triplicar, quadruplicar a taxa de realização de casas e isso passa por o quê?-----

----- Pela partilha de serviços no edifício, nós não temos de ter todos as mesmas áreas de serviço, que sendo partilhadas tiram imensa área ao edifício e isso pode ser feito com uma perspetiva destas, em que a casa é muito mais micro, mas temos áreas partilhadas da qual beneficiamos todos em conjunto e isto permitia que nós conseguíssemos, se calhar, no local onde ainda não temos projetos e ainda estamos a desenhar para ter não sei quantos apartamentos, nós conseguimos ter muito mais partilhando áreas.-----

----- São casas pequenas, mas hoje em dia nós podemos ter muito menos objetos e há imensas soluções centralizadas que são boas, que funcionam, nós não precisamos de ter todos cozinhas enormes, a própria partilha de áreas comuns, os edifícios têm uma sala de condomínio, não tem uma sala de condomínio por proprietário, portanto, a ideia está aqui, na Suíça há edifícios que têm partes de lavagem comuns, na Alemanha há isso, as pessoas podem utilizar máquinas de secar em conjunto, não precisam de ter uma área maior para ter cada um a sua máquina.-- -----

----- Hoje o que é que as pessoas fazem? -----

----- Algumas já não têm máquina e vão à rua utilizar as lojas que já permitem fazer isso.-

-----Há aqui um grande potencial para partilha de soluções, que pode permitir, fazendo reversão de alguns usos, encontrar soluções que não estavam previstas, a proposta é nesse sentido, não é teoria da terra queimada, nem pôr areia na engrenagem, nem ter ideias, é aproveitar o conhecimento que há para avançar e eventualmente poupar dinheiro e ter mais gente realojada.”-----

-----O **Senhor Presidente** disse o seguinte:-----

-----“Eu não tenho dúvidas para fazer aqui qualquer juízo de intenções relativamente à bondade das propostas, admito que a apresentação da proposta seja movida das melhores intenções, mas gostaria de deixar aqui algumas notas sobre esta proposta e, aliás, sobre a própria política de habitação no Concelho.-----

-----Provavelmente, de todas as políticas públicas deste Concelho, aquela que teve maior sucesso nos últimos trinta anos, reporta-se justamente à habitação, é talvez aquela que teve mais sucesso não só em Oeiras, mas na Área Metropolitana de Lisboa, porque, como digo, na Amadora, em Loures, Almada, por aí fora, ainda proliferam milhares de barracas.-----

-----Eu sei que alguns já estão fartos de me ouvir falar em barracas, mas a verdade é esta, era a realidade deste território e se hoje essas cinco mil famílias que viviam em barracas, vivem em casas condignas, naturalmente que se deveu ao facto de haver uma grande unidade política na Câmara Municipal e já agora aproveito para lembrar, que essa unidade era tão forte que, por exemplo, um dos grandes agentes, digamos, responsáveis pela política de habitação neste Concelho foi um Vereador Socialista, o Vieira da Luz e do PSD o David Justino, entre outros, houve sempre uma grande coerência e uma grande unanimidade nesta questão.-----

-----A primeira vez na história deste Concelho, depois do Vinte e Cinco de Abril que não há unanimidade na política de habitação é neste Executivo, é a primeira vez, nunca houve qualquer desentendimento em matéria de habitação, por uma razão muito simples, porque nós sempre entendemos que para resolver o problema tinha que haver construção nova e aqueles que



Câmara Municipal  
de Oeiras

defendem essas ideias de não construção nova estão no estado em que estão.-----

----- Entendemos, continuamos a entender que a recuperação de prédios degradados nos centros históricos não passa de paliativos para resolver o problema.-----

----- As famílias carenciadas são tantas, as famílias que precisam de casa são tantas, que não é possível pensar que o problema se vai resolver com a intervenção na recuperação de prédios ou na substituição de prédios que são de escritórios que passam para a habitação ou por aí fora. ---- -----

----- Até porque como é sabido por todos, a intervenção no tecido urbano é muito morosa, é muito difícil, há sempre muita dificuldade, ali a Senhora Vereadora Susana Duarte falava na questão dos vinte e quatro herdeiros por um T Quatro e depois isto presta-se, de facto, é muita demagogia, porque eu vi nas redes sociais, por exemplo, censuras a esta Câmara justamente pelo Movimento Evoluir Oeiras, numa visita que fizeram há dois ou três dias ao Bairro Joaquim Matias e que visitaram o antigo centro comercial, que nunca chegou a funcionar, mas, curiosamente, ainda estavam a ser equipadas algumas lojas quando se deu o Vinte e Cinco de Abril, portanto, há quarenta e oito anos que aquele, em vias de ser centro comercial, está abandonado.-----

----- Estou ali a vislumbrar a doutora Verónica Maia que está dentro desse assunto, há para aí vinte anos que temos andado a fazer um esforço no sentido de aquisição daquele “mamarracho” que ali está para ser demolido e consolidada a situação daqueles prédios ali à volta, porque ainda por cima aquilo tem algumas lojas debaixo dos prédios, debaixo daquelas torres havia lojas, o centro comercial desenvolvia-se debaixo das torres e à frente. -----

----- Acontece que, entretanto, já tinha sido vendida em frações para aí cento e tal frações e dessas cento e tal frações, houve muitas que foram hipotecadas ou fizeram-se penhoras, os bancos tomaram conta daquilo, as Finanças tomaram conta daquilo, a Segurança Social tomou conta daquilo e hoje, naquele espaço, há lojas que são do Estado, Segurança Social, Finanças, há

lojas que são de bancos, disto e daquilo e a Câmara Municipal tem vindo pouco a pouco a tentar comprar aquelas frações e, neste momento, provavelmente, somos capazes de já ser o maior proprietário, mas ainda há muitas frações que nós não conseguimos comprar, talvez agora com este pacote, não por via da habitação, mas por via da resolução e de outros problemas de prédios abandonados e não sei que mais, talvez se consiga vir a negociar com as Finanças e com a Segurança Social as frações que eles têm, mas ainda há outros proprietários que não sabemos onde é que estão ou são heranças ou são isto ou são aquilo, etc..-----

-----É claro que a Câmara poderia tomar posse administrativa, expropriar, fazer um projeto, mas iria ter a oposição do Estado e a verdade é que por muitos officios que nós fazamos nem nos respondem.-----

-----No entanto, os partidos políticos fazem lá visitas, em vez de se informarem na Câmara, na fonte, qual é a situação daquilo.-----

-----A Câmara Municipal é desleixada porque não resolve aquele problema, quando se perdem horas e horas, a doutora Verónica Maia ainda há três ou quatro dias me falou nisso.-----

-----Doutora Verónica, tem a noção de quantas frações aquilo tem e quantas são da Câmara?”-- -----

-----A **doutora Verónica Maia** respondeu: -----

-----“Na totalidade, eu creio que são cinquenta e sete frações das quais vinte e uma já são municipais e estamos neste momento em vias de vir a adquirir mais cinco por doação dos proprietários.” -----

-----O **Senhor Presidente** atalhou: -----

-----“Que as oferecem para não pagarem impostos.”-----

-----A **doutora Verónica Maia** prosseguiu:-----

-----“As restantes nós ainda recentemente enviámos novamente um officio à Segurança Social, porque cinco frações são da Segurança Social, sendo que a Segurança Social tem nos



Câmara Municipal  
de Oeiras

imposto um valor, portanto, eles não aceitam doar ao Município, querem que o Município lhes compre estas frações, pese embora estejam devolutas, em mau estado de salubridade, como é do conhecimento de todos e depois, as restantes têm penhoras das Finanças, têm hipotecas dos bancos e nenhuma destas entidades está disposta a abdicar dos seus créditos para a realização de um investimento público.”-----

----- O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Estão a ver o quadro? -----

----- É muito difícil, isto é das tais coisas, às vezes os Governos ainda trabalham para o mandato, aqui nas Câmaras Municipais, designadamente nesta Câmara trabalhamos a vinte, trinta anos, como veem. -----

----- Se porventura, quem está a presidir à Câmara ou a força política que presidir à Câmara disser que este problema não se vai resolver, nem lhe toco, porque isto não é resolvido num horizonte de um mandato ou de dois ou três, a não ser que fosse feito um Decreto-Lei especial.--- -----

----- Mas como veem são as próprias Finanças, que hipoteca daqui, penhora de além e ainda por cima querem vender por três ou quatro vezes mais o valor que aquilo tem, porque tem a ver com a hipoteca que fizeram ou a penhora e querem que se pague tudo. -----

----- É muito difícil, agora imaginem o Contencioso, por isso é que eu estou com curiosidade para perceber como é que a lei vai ser. -----

----- Eu falei no PS e no PSD, justamente porque ambos tiveram responsabilidades diretas na política de habitação neste Concelho e houve sempre unanimidade nesta matéria, ela só foi quebrada neste mandato. -----

----- Esta proposta, a ser aprovada era deitar por terra todo o património de política de habitação deste Concelho, completamente, deitar por terra as nossas convicções, todo o património, tudo aquilo que foi feito e na realidade nós não estamos enganados.-----

-----Abertos à inovação e evolução, estamos com certeza, abertos a tudo isso, mas já lá vamos, até leio a proposta para melhor compreender.-----

-----“...Oeiras é um dos Concelhos do País onde mais se sente a crise de acesso à habitação, devido aos preços inoportáveis de aquisição e arrendamento de imóveis para a maioria da população. Oeiras é o terceiro Município do País onde é mais caro adquirir e arrendar casa...”-----

-----Mas não é aquele onde é mais difícil acesso à habitação, atenção, porque os Concelhos onde vivem milhares de famílias em barracas é muito melhor, não é?-----

-----Portanto, é o terceiro no custo, mas no acesso, atenção, há os que nem qualquer acesso têm, vivem na barraca, nas condições sem dignidade, situação que nós resolvemos.-----

-----“...O direito à habitação está consagrado na Constituição (Artigo sexagésimo quinto) e na Lei de Bases da Habitação (Lei número oitenta e três, de dois mil e dezanove, de dois de setembro) e é um direito económico, social e cultural, sendo um dever do Estado desenvolver políticas de habitação que promovam o acesso de todos a uma habitação digna. Os municípios, enquanto entidades responsáveis pela prossecução do bem-estar, da qualidade de vida e dos interesses próprios das respetivas populações, têm um papel essencial na realização do direito à habitação e a lei confere-lhes amplos poderes e deveres nesse sentido.-----

-----Considerando que:-----

-----A habitação é um direito consagrado na Constituição da República Portuguesa;-----

-----A percentagem de parque habitacional público em Oeiras ainda é diminuta, mesmo sendo superior à média nacional;-----

-----A atual conjuntura económica, com a elevada inflação e sistemática perda de rendimentos das pessoas/famílias, tem tendência para agravar este cenário de dificuldade de acesso à habitação a custos compatíveis com o orçamento individual/familiar;-----

-----É cada vez mais importante encontrar soluções justas e equilibradas para garantir o



Câmara Municipal  
de Oeiras

acesso à habitação digna a custos comportáveis pelas pessoas/famílias; -----  
----- A nova construção tem custos, designadamente energéticos e ambientais elevados, implicando novas infraestruturas viárias, de saneamento básico e fornecimento de eletricidade/gás, necessidades acrescidas de transporte, de recolha de resíduos, enquanto que a reabilitação urbana e a reconversão de edifícios desocupados, aproveitando imóveis que já estão construídos, significam no final uma muito menor pegada ambiental e, analisando os impactes na sua globalidade, uma solução mais sustentável para o erário público...”-----  
----- Económico e financeiramente não, porque sai muito mais caro que a construção nova, que fique claro, logo aqui, tudo isto está errado, uma coisa é a pegada ecológica, admito que construir novo, mas o construir de novo também não é a tal mancha de óleo que falávamos, no nosso caso, é alargar os perímetros urbanos. -----  
----- Portanto, nada de construção nova e para os edifícios ocupados, etc., reparem é aqui que eu considero que há uma certa hipocrisia, porque eu não acredito que eu seja mais inteligente do que eles, não acredito sinceramente, acho que tenho uma dose de inteligência razoável, mas acho que há boa gente muito mais inteligente que eu, aí sou um tipo até modesto, e pergunto: ----  
----- Mas será que só eu é que vejo? -----  
----- Mete-me uma confusão extraordinária.-----  
----- Quem acha que se vai resolver o problema da habitação nestes moldes, é claro que não quer resolver o problema da habitação, eu quero, eu tenho uma vontade determinante. -----  
----- Isto podia ser lido com outra entoação e ficava com outro sentido. -----  
----- “...A importância de um amplo debate e da participação pública na definição das políticas de habitação à escala municipal é imperativa...”-----  
----- Claro que é imperativo, com certeza, mas qual participação?-----  
----- Que fazem falta casas? -----  
----- Este é dos tais assuntos que não é preciso participação nenhuma, toda a gente sabe

que faltam casas, andamos sempre com coisas da participação, as pessoas querem é ação, querem ver casas. -- -----

-----“...Um - Fazer um levantamento de todos os edifícios património da administração central ou local que estejam sem uso no território do Município de Oeiras...” -----

-----Isto está no pacote da habitação do Governo, isto é uma espécie de apanhar o comboio, no pacote de habitação do Governo está la isso tudo, portanto o Governo vai-nos facultar isso tudo, aliás, com pena, no nosso caso temos condições, mas maior parte dos Municípios vão colocar um bocadinho de lado, não tenhamos ilusões, mas nós somos um parceiro fundamental deste Governo. -----

-----“...Dois - Fazer um levantamento de todos os edifícios privados de escritórios que estejam para arrendar há mais de doze meses e estejam devolutos...” -----

-----Atenção, a propósito, não temos interesse nenhum nisso, nós não queremos que os edifícios de escritórios em Oeiras passem para habitação, nem pensar nisso, andamos aqui a batalhar há trinta anos para termos o Concelho com um tecido empresarial forte e agora íamos, porque um escritório está para alugar durante um ano e dizer que não podiam, que era para reverter, mas isso era o que eles queriam. -----

-----Senhor Vereador Duarte da Mata isto é que é planeamento. -----

-----Se a Câmara Municipal de Oeiras não fizesse, não tivesse um objetivo, se não tivesse um rumo a vinte ou trinta anos, nós não tínhamos os escritórios que temos cá no Concelho, não tínhamos as empresas tecnológicas que temos, porque os produtores dos terrenos que na altura ainda não eram fundos, nos últimos anos é que começaram a ser fundos e particularmente a partir do “suprime”, o Senhor Vereador sabe muito bem, a partir de dois mil e oito, a banca parasitariamente, porque tinha feito créditos aos proprietários, aos promotores e não sei que mais e depois emprestou-lhes cinco milhões de euros, hipotecas de terrenos que valiam vinte milhões de euros e agora toma lá, dás os cinco milhões ou ficas sem o terreno e claro ficaram sem pagar



Câmara Municipal  
de Oeiras

os cinco milhões, o terreno agora só vale cinco milhões e passados quatro ou cinco anos, o terreno já estava a ser vendido por vinte e cinco milhões, este é que é o problema. -----

----- Quer isto dizer e diz-nos a experiência, aquilo que os proprietários de terrenos pretendiam fazer era habitação de preferência até quatro pisos, para não terem elevadores, acima do quinto, sexto piso já era preciso ter um construtor mais ou menos, porque esta coisa das torres, não é por acaso que nuns casos fazem torres e noutras não, não é qualquer construtor, não é qualquer promotor que faz uma torre, há complexidades, é mais fácil um mestre de obras fazer um edifício com quatro pisos, mas se for um edifício com doze pisos já precisa de ter um engenheiro, um especialista que acompanhe, que fiscalize como deve de ser.-----

----- Nós não estamos interessados em transformar edifícios de escritórios em habitação, aliás, seria caríssima essa habitação, esses escritórios onde estão situados e se fossem transformados em habitação eram caríssimos, não era para renda acessível, nem para renda apoiada, era para a tal classe média alta ou era para os ricos que vêm lá de Paris e os nórdicos, os tais estrangeiros, era muito fácil dizer isto, mas como é que se vai fazer? -----

----- Até o próprio Governo ainda não disse. -----

----- “...Três - Criar um Grupo de Trabalho Municipal que analise a situação do parque de edifícios sem uso no Município - com base nos resultados dos pontos um e dois - para a elaboração de um Plano de Reversão de Imóveis para Habitação pública com rendas acessíveis, que afira o impacto orçamental desta medida e estude o melhor modelo para a sua concretização, tendo em conta as necessárias negociações com a administração central e privados para a reabilitação e a reversão dos imóveis para habitação, com investimento municipal e eventual apoio de fundos europeus, objeto de envolvimento dos cidadãos e discussão pública...”

----- Eventual apoio de fundos europeus?-----

----- Mas já estão definidos e ainda bem, mérito deste Governo e do Primeiro-Ministro como sabem eu elogio e quando não tenho de elogiar não elogio, mas mérito deste Governo que

pela primeira vez e, ao contrário de mentiras que muitas vezes se dizem por aí, esta coisa das “fake news” que anda por aí, dizem tanta mentira que é uma coisa extraordinária, eu já ouvi várias vezes nas redes sociais dizer que a Câmara de Oeiras acabou com as barracas com Fundos Comunitários, com dinheiro da Europa. -----

-----Nunca, nem um euro. -----

-----Por mérito deste Governo de António Costa, pela primeira vez há Fundos Comunitários para construir habitação social, nunca houve, é a primeira e o Governo afetou dois mil e setecentos milhões de euros na Habitação. -----

-----Eu já tive essa experiência, já tive aqui uma Presidente de Câmara que tinha sido aprovado um programa de cerca de quarenta milhões de euros, não os lançou a tempo, não teve tempo de lançar os projetos, lançou-os já fora do prazo e depois que se for preciso vai-se ao Orçamento Geral do Estado, porque o Orçamento Geral do Estado deixa fazer isso. -----

-----Deixou, deixou, que tivemos de andar a pagar isso, vinte ou trinta milhões de euros porque os Fundos Comunitários não vieram. -----

-----Em relação ao ponto um e dois, que tem a ver com os edifícios património da Administração Central ou Local e os edifícios privados de escritórios, não faz sentido nenhum grupo de trabalho para isto, porque vai contra exatamente a nossa política e mais, será a informação que vamos ter do Governo. -----

-----“...Quatro - Em áreas urbanas onde a nova construção não coloque em causa a qualidade de vida das populações da envolvente...” -----

-----Quem é que define se coloca em causa ou não? -----

-----Temos o exemplo da Quinta da Maruja, sabemos quem é que tem andado a minar aquela situação, a fazer petições e coisas do género, a dizer que aquilo é ilegal e não sei o que mais, ali está um terreno urbano para se construir habitação municipal. -----

-----A qualidade de vida das populações, quem é que afere isto? -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- É a oposição ou é a situação? -----

----- São os próprios moradores que vão dizer que lhes afeta a qualidade de vida? -----

----- Nós já sabemos que a participação e a discussão pública têm que ser filtradas, porque contentores à minha porta não, é melhor na porta do vizinho, paragens do autocarro aqui à minha porta, não, porque faz muito barulho, é melhor ali ao lado. -----

----- Nós temos de distinguir o que é o interesse privado egoísta do interesse privado público coletivo, são coisas distintas. -----

----- Mas estão a ver estes conceitos indeterminados que na realidade não enquadram com aquilo que é a vida das pessoas e a necessidade de tomar decisões que vão de encontro à solução dos problemas. -----

----- “...designadamente não acarrete impactos ambientais negativos...” -----

----- Quais são os impactos ambientais negativos? -----

----- Quem faz essa avaliação? -----

----- “...e cujo aumento de densidade permita aumentar sinergias pelo aproveitamento de infraestruturas, transportes e equipamentos coletivos existentes...” -----

----- Ora bem, o aumento da densidade por natureza permite sempre aumentar os transportes, quantas mais pessoas, mais necessidade de transportes, aliás, um dos problemas às vezes dos transportes em determinadas zonas é um autocarro que tem capacidade para cinquenta pessoas e leva vinte pessoas, do que ir levar só duas pessoas à meia-noite, é obvio, daí a cidade, aqui na Área Metropolitana de Lisboa, nós devemos defender, de facto, a alta densidade, nós não podemos ter aqui na Área Metropolitana territórios de baixa densidade, é tão simples como isto “não se pode ter sol na eira e chuva no nabal”, portanto, as pessoas vêm residir para a cidade e não adianta, podem vir com tudo o que quiserem, quem vive em Barrancos e lhes tiram a maternidade próxima e tem que andar não sei quantos quilómetros e a escola e isto e aquilo, vêm para a cidade. -----

-----Até é um bom sinal, vêm do Bangladesh, do Vietname, do Brasil de todo o lado. -----

-----“...lançar um concurso de ideias de arquitetura destinado à conceção de uma tipologia de edifício de “micro-habitação digna...” -----

-----Senhor Vereador Duarte da Mata, já lançámos vários concursos aqui, até no âmbito daqueles concursos que vinham da Europa, o arquiteto Baptista Fernandes é capaz de se lembrar, chamava-se EUROPAN. Fazíamos esses concursos, é curioso, nunca pôde ser realizado nenhum, porque eram todos sustentáveis, mas custavam cinco vezes mais do que a construção normal, Senhor Vereador estou-lhe a dar exemplo que já fizemos. -----

-----Por outro lado, micro habitação dignas, o que é isto de micro habitação digna?-----

-----Eu não sei o que é isso, primeiro habitação tem que ser de acordo com a Lei, portanto, podemos fazer concurso de ideias para construção de habitação dentro daquilo que são os parâmetros dos custos controlados e tem que respeitar as áreas. -----

-----“...em que se procura a otimização de espaço com centralização de serviços e partilha de algumas áreas comuns, aumentando o número de fogos por edifício, garantido o conforto térmico e a eficiência energética...” -----

-----Os Serviços que podem ser partilhados não diminuem um metro quadrado ou dois, não libertam um metro quadrado de qualquer edifício. -----

-----Que serviços partilhados? -----

-----Vão partilhar a cozinha ou a casa de banho? -----

-----Por caso, em Lisboa ainda há, ainda tem esses serviços partilhados, uma casa de banho para dez famílias, imagina a porcaria que é aquilo, partilhados porque é a miséria das habitações, eram os chamados finais do Século Dezanove, princípios do Século Vinte, em Lisboa ainda há disto, chamadas vilas operárias, com três, quatro pisos e depois está uma varanda em cima, um corredor, uma casa de banho ao canto, ao fundo, e depois aquelas quatro ou cinco famílias que vivem lá no último piso vão todas à mesma casa de banho, lamentavelmente ainda



Câmara Municipal  
de Oeiras

há disso. -- -----

----- Portanto, que serviços é que são partilhados, iríamos fazer uma casa de banho num piso para todos, numa altura em que cada um quer a sua casa de banho? -----

----- Que serviços podiam ser partilhados? -----

----- Colocar as máquinas de lavar na arrecadação? -----

----- Mas isso há hoje, há muitos prédios que têm as máquinas de lavar na arrecadação, hoje já se faz muita coisa dessa. -----

----- Pôr a lenha numa garagem? -----

----- Com certeza. -----

----- O que pode diminuir a área da casa, não é suscetível de ser partilhado, aliás, o exemplo que o Senhor Vereador deu nenhum permite serviço partilhado. -----

----- Em suma, na realidade esta proposta globalmente é uma proposta que só pode ser liminarmente rejeitada, porque ela de alguma forma contraria tudo aquilo que é a política de habitação deste Concelho, não se insere no contexto, de um contexto de solução dos problemas. -

----- Na realidade nós podíamos até aprová-la, era absolutamente inócua, não ia resolver problema nenhum. -----

----- Quando há pouco falava na renda acessível, tem a ver com isso, vamos ver os prédios devolutos que há aí e vamos ver como é que o assunto vai ser resolvido, portanto, não precisamos disto para nada, o Governo tem o assunto resolvido nessa matéria, tem o assunto identificado, agora vamos ver como é que é a legislação. -----

----- Tudo o que aqui está contraria o que é a nossa política de habitação, portanto, eu não vejo qualquer possibilidade de ela poder ser aprovada.” -----

----- II A Câmara deliberou rejeitar, por maioria, a proposta a subcrita pela **Senhora Vereadora Carla Castelo**, com os votos contra do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno

Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto a favor do Senhor Vereador Duarte da Mata, no sentido de elaborar o levantamento de edifícios com capacidade de reforçar o parque habitacional público com rendas acessíveis e concurso de ideias.-----

**23 - PROPOSTA Nº. 165/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA ALBERTO OSÓRIO DE CASTRO, Nº. 20, 1º. DTO, NO BAIRRO DE S. MARÇAL:-----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição do fogo T Três, sito na Rua Alberto Osório de Castro, número vinte, primeiro direito, no Bairro de São Marçal. -----

-----A fixação da renda mensal no valor de nove euros e sessenta e um cêntimos, com entrada em vigor a um de março de dois mil e vinte e três e calculado de acordo com os rendimentos declarados pelo requerente. -----

-----A elaboração do respetivo contrato administrativo de arrendamento. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

**24 - PROPOSTA Nº. 166/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA ANTÓNIO MACEDO, Nº. 3, 2º. DTO., NO BAIRRO DO POMBAL:-----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte



Câmara Municipal  
de Oeiras

da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a elaboração de contrato de arrendamento apoiado relativo ao fogo sito na Rua António Macedo, número três, segundo direito, no Bairro do Pombal. -----

----- A manutenção da renda em regime de arrendamento apoiado no valor de oito euros e oitenta e seis cêntimos. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

**25 - PROPOSTA Nº. 167/23 - DBPL - ATRIBUIÇÃO DE UMA COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À “PALAVRARUBRA - ASSOCIAÇÃO”, DESTINADA À ORGANIZAÇÃO E À REALIZAÇÃO DA 3ª. EDIÇÃO DA MAP - MOSTRA DE ARTES DA PALAVRA 2023: -----**

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de duzentos mil euros, à “PalavraRubra - Associação”, destinada à organização e à realização da terceira edição do MAP - Mostra de Artes da Palavra. -----

----- A emissão das licenças camarárias necessárias e subsequente reconhecimento de isenção do pagamento das respetivas taxas, no valor estimado em vinte cinco mil euros. -----

----- Apoiar logisticamente a MAP - Mostra de Artes da Palavra conforme o solicitado. ---

----- A cedência da bilhética de três das atividades da MAP - Que a receita produzida pela venda de bilhetes reverta na totalidade para a “Associação PalavraRubra” e fixar o preço dos

bilhetes dessas três atividades, nos seguintes termos: -----

----- - A Secreta Vida das Palavras - Auditório Ruy de Carvalho, bilhete individual: dez euros; -----

----- - Poetry Ensemble / Homenagem a Natália Correia - Auditório Ruy de Carvalho, bilhete individual: dez euros; -----

----- - Poetry Clubbing - Fábrica da Pólvora, bilhete individual: dez euros. -----

-----Que a venda dos ingressos para os espetáculos decorra na totalidade dos postos municipais de bilhética - Posto de Turismo de Oeiras (Palácio Marquês de Pombal), Auditório Municipal Eunice Muñoz, Auditório Municipal Ruy de Carvalho, Palácio Anjos, Centro Cultural Palácio do Egipto e Museu da Pólvora Negra, bem como em todos os postos de venda da rede “Ticketline”. -----

-----A minuta do protocolo de colaboração. -----

-----A designação de gestor do protocolo de colaboração.-----

-----Que na eventualidade de a comparticipação não ser executada na totalidade e havendo necessidade de redução do cabimento, o serviço informará o Departamento de Finanças e Património sobre o montante a reduzir. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas e) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o), u) e ff), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigo trigésimo sétimo, número dois, alínea d), do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Artigos ducentésimo, número um e ducentésimo segundo, número um, do Código do Procedimento Administrativo que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c), “a contrario sensu” e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos.-- -----

----- Artigo trigésimo sexto, número um, conjugado com o artigo terceiro, número um, alínea a), da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

**26 - PROPOSTA N.º. 168/23 - DCA - FIXAÇÃO DO PREÇO DE VENDA AO PÚBLICO DO CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO AMOR VENERIS, PATENTE NO PALÁCIO ANJOS: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o preço unitário de venda ao público do catálogo da exposição “Amor Veneris”, patente no Palácio Anjos, no valor de trinta euros, isento de IVA. -----

----- Que a receita gerada pela venda do catálogo ao público, reverta na totalidade para o Município de Oeiras. -----

----- A atribuição de duzentos e cinquenta catálogos da exposição “Amor Veneris”, à autora da exposição, a distribuir pela equipa do Musex, artistas, museus e entidades que participaram diretamente na exposição e outras entidades ligadas aos museus. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, números um e dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alínea e), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o artigo décimo quarto, número um, alínea f) e vigésimo primeiro, número um, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

-----Artigo nono, número treze, do Código do IVA.-----

**27 - PROPOSTA Nº. 169/23 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE ACORDO-QUADRO PARA A EXECUÇÃO DA EMPREITADA DESTINADA A TRABALHOS DE MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - ACESSÓRIOS, RAMAIS, CAIXAS E OUTROS, NO CONCELHO DE OEIRAS, A EXECUTAR NOS ANOS DE 2023, 2024, 2025 E 2026 - PD Nº. 30-SIMAS/2023:-----**

-----I - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** disse o seguinte:-----

-----“Seguindo a sugestão do Senhor Presidente de ir anunciando os votos, vou enviar a declaração escrita.”-----

-----Interrompendo o **Senhor Presidente**:-----

-----“Pode fazer a declaração escrita.”-----

-----Volvendo o **Senhor Vereador Duarte da Mata**:-----

-----“Se é razoável eu aceito, não pense que estamos aqui para embirrar, já percebeu que não, mas aqui vou votar contra, não pelas propostas, tenho votado praticamente tudo a favor, mas estamos em março e continuamos a não ter o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e três, não sei se os SIMAS funcionam a duodécimos.”-----

-----O **Senhor Presidente** referiu:-----

-----“Eu não estou lá, neste momento a nossa Administradora é a Vereadora Joana Baptista que me deu a informação que em princípio amanhã já vão discutir o orçamento e durante este mês, eventualmente, será aprovado.”-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Dizendo o **Senhor Vereador Duarte da Mata**: -----

----- “Depois mudo o voto, mas agora é contra.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o teor da deliberação aprovada pelo Conselho de Administração na reunião de vinte e sete de fevereiro na qual autorizou a abertura de procedimento por concurso público para a celebração de acordo-quadro para a execução da empreitada destinada a trabalhos de manutenção de infraestruturas de abastecimento de água - acessórios, ramais, caixas e outros, no Concelho de Oeiras, a executar nos anos de dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte e cinco e dois mil e vinte e seis, estimando-se para o efeito uma despesa no valor de quinhentos e noventa e nove mil oitocentos e cinco euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, valor a suportar pelos SIMAS, enquanto entidade adjudicante, a desenvolver num prazo máximo de mil e noventa e cinco dias, prevendo-se que a mesmo decorra entre outubro de dois mil e vinte e três e setembro de dois mil e vinte e seis, devendo, face ao carácter plurianual da empreitada, ser afeto para fins cabimentais o valor de quarenta mil euros, ao ano de dois mil e vinte e três, o valor de duzentos mil euros, a cada um dos anos de dois mil e vinte e quatro e de dois mil e vinte e cinco, e o valor de cento e cinquenta e nove mil oitocentos e cinco euros, ao ano de dois mil e vinte e seis, todos acrescidos de IVA e sujeitos à regra de inversão do sujeito passivo. -----

----- As peças concursais, compostas por programa do procedimento e caderno de encargos/minuta do contrato de acordo-quadro. -----

----- A celebração de contrato escrito. -----

----- O júri do procedimento, a quem são atribuídas e delegadas competências para todos os atos processuais inerentes ao mesmo, no âmbito da abertura, relatórios preliminar e final a que

haja lugar, sendo que o primeiro dos vogais efetivos substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos.-----

-----A nomeação do coordenador de segurança em fase de projeto. -----

-----A designação do mesmo como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo, em todos os seus aspetos, e ainda delegar no mesmo a adoção de todas as medidas conducentes à boa execução do contrato, nomeadamente, as necessárias à correção de desvios, defeitos ou outras anomalias, detetadas na sua execução, tendo como substituto, nas suas faltas e impedimentos, o seu superior hierárquico.-----

-----A delegação no Senhor Presidente do Conselho de Administração do ato de liberação de cauções, materializado nos ofícios de notificação do cocontratante e da entidade bancária, na sequência do definido no relatório de execução do contrato, elaborado pelo gestor do contrato.---

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

-----Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Lei número vinte e quatro-D, de dois mil e vinte e dois, de trinta de dezembro. -----

-----III - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Votei contra como voto político. Não contra esta proposta em concreto, mas contra todas as propostas dos SIMAS que venham a esta Câmara sem terem sido apresentados o Orçamento e Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e três. Estamos em março e o silêncio sobre esta matéria preocupa-nos. Oeiras também está representada na Administração dos SIMAS, por isso, estranhámos a ausência de explicações.”-----

**28 - PROPOSTA N.º. 170/23 - SIMAS - CP 20168/2020 - 10ª. REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA, NO ÂMBITO DA EMPREITADA DESTINADA À CONSTRUÇÃO DO NOVO**



Câmara Municipal  
de Oeiras

**RESERVATÓRIO DO ALTO DE SANTA CATARINA, NO CONCELHO DE OEIRAS - PD N.º.  
42-SIMAS/2023:**-----

----- I - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a décima revisão de preços provisória efetuada no âmbito do contrato de empreitada número trinta e seis, de dois mil e vinte e um, referente à construção do novo reservatório do Alto de Santa Catarina, no Concelho de Oeiras, no montante total de cinquenta e dois mil setecentos e setenta e seis euros e setenta e dois cêntimos.-----

----- Nos termos do número um, do artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho.-----

----- II - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Votei contra como voto político. Não contra esta proposta em concreto, mas contra todas as propostas dos SIMAS que venham a esta Câmara sem terem sido apresentados o Orçamento e Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e três. Estamos em março e o silêncio sobre esta matéria preocupa-nos. Oeiras também está representada na administração dos SIMAS, por isso, estranhámos a ausência de explicações.” -----

**29 - PROPOSTA N.º. 171/23 - SIMAS - 3ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA DA  
DESPESA CORRENTE, CAPITAL E PPI DE 2023 E ANOS SEGUINTEs - PD N.º. 43-  
SIMAS/2023:** -----

----- I - A Câmara deliberou por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a

terceira Alteração Orçamental Permutativa da Despesa Corrente e de Capital de dois mil e vinte e três e anos seguintes no montante de quinhentos e quarenta quatro mil cento e sessenta euros. ----

-----Nos termos da Norma vinte e seis do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e no ponto oito ponto três ponto um (não revogado) do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais. -----

-----II - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Votei contra como voto político. Não contra esta proposta em concreto, mas contra todas as propostas dos SIMAS que venham a esta Câmara sem terem sido apresentados o Orçamento e Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e três. Estamos em março e o silêncio sobre esta matéria preocupa-nos. Oeiras também está representada na administração dos SIMAS, por isso, estranhámos a ausência de explicações.”-----

**30 - PROPOSTA Nº. 172/23 - DGRU - APROVAÇÃO DA MINUTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS E A ASSOCIAÇÃO HUMANA COM VISTA À RECOLHA DE ROUPA E CALÇADO USADOS:** -----

-----I - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** alegou o seguinte:-----

-----“É evidente que vou aprovar a proposta, mas eu alertava para uma situação que, se calhar, é do conhecimento de todos, cada vez mais há recolha de roupa dos países desenvolvidos que depois acabam em África nas lixeiras, em todo o lado sem a mínima sustentabilidade. -----

-----Acaba por ser uma forma dos países desenvolvidos se desembaraçarem do excesso de lixo e era importante que tivéssemos presente que este projeto é excelente para fazer exatamente a reutilização e a venda das roupas cá, mas devia de haver uma cláusula que nós conseguíssemos controlar, porque isto acontece muito, cada vez mais e é do conhecimento de todos que isto está a acontecer, isso não se pretende até porque até vai fazer disrupção com os negócios locais de roupas e outras coisas, tirando isso voto a favor, mas fica esta nota.”-----

-----A **doutora Sílvia Breu** esclareceu o seguinte:-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- “Relativamente a essa matéria, uma das razões pelas quais nós vamos fazer esta proposta com esta entidade é exatamente porque temos a garantia da rastreabilidade dos têxteis, todos nós vimos o mesmo comentário e todos nós temos conhecimento do que acontece, a Associação Humana garante-nos a rastreabilidade dos têxteis, ou seja, porque há uma plataforma e uma série de coisas associadas, a qualquer altura nós sabemos onde é que estão os têxteis de cada plataforma.”-----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** aludiu o seguinte: -----

----- “Quero dar uma nota positiva relativamente a esta proposta e ao incremento de contentores de receção de material suscetível de recolha para prolongamento do ciclo de vida.----

----- As ações que permitem cumprir este objetivo são essenciais para o aprofundamento da mudança necessária para uma economia mais circular e assim mais sustentável. -----

----- Dar nota de que aumentámos de treze para sessenta contentores, acho que isto é uma grande mais valia. -----

----- Também tive dúvidas relativamente a esta questão, porque acho que todos vimos, de facto, esses documentários e é uma preocupação e vi que a Associação Humana, que até tem uma zona de “FAQ’s” onde podemos ir ver as questões, eles têm um certificado específico especial, relativamente à rastreabilidade dos produtos que são entregues, por isso queria dar uma nota positiva a esta proposta.”-----

----- A **Senhora Vereadora Susana Duarte** teceu o seguinte comentário: -----

----- “Agradeço à doutora Sílvia Breu ter feito esta nota, apesar de se perceber isso na proposta, o que leva a que se tenha esse conforto, eu já conhecia porque outros Municípios fizeram também uma aposta com esta ONG, pelo facto deles conseguirem dar esta garantia e minimizar assim um bocadinho a nossa ansiedade de não estarmos a pegar naquilo que são os excedentes de um lado e a colocar simplesmente do outro lado, saudar a iniciativa, já ocorre noutros Municípios onde tem sido um sucesso. -----

-----Conseguir dar uma segunda vida, não só a roupa, como ao calçado usado e contribuir assim para uma economia circular com uma forma sustentável e humanitária.”-----

-----O **Senhor Presidente** mencionou o seguinte:-----

-----“Eu sou contra esta proposta, aliás, sou contra todo este tipo de propostas, sou mais apologista da própria Câmara Municipal entregar o cheque, fazer a obra, porque sabemos que a coisa é assim, neste tipo de associações nunca sei como é que corre, viabilizo também porque é o benefício da dúvida, mas depois logo se vê, mas acho que deve ser acompanhada esta situação, porque nem sempre nos deixam ficar bem.”-----

-----De novo no uso da palavra a **doutora Sílvia Breu** explicou:-----

-----“Posso esclarecer essa parte, ou seja, esta iniciativa não tem qualquer vocação social, nem para mandar as roupas, nem para o que quer que seja, isto é uma vocação muito simples, a partir de dois mil e vinte e cinco no tempo do Regime Geral de Gestão de Resíduos é obrigatório aos Municípios criarem uma rede de recolha de têxteis.-----

-----Os têxteis representam, no caso de Oeiras em específico, três e meio por cento dos resíduos que são recolhidos e que vão para aterro.-----

-----O que a Associação Humana faz, é recolher a roupa, entrega a quem a vai entregar, recicla a que é para reciclar e dá uma nova vida à roupa, ou seja, não há aqui qualquer interesse, nem negócio, nem intenção da nossa parte.-----

-----A nossa parte é garantir que retiramos três e meio por cento de têxteis de aterro, antecipar aquilo que é uma obrigação a partir de dois mil e vinte e cinco e nós já vamos começar a fazer, é puro e duro gestão de resíduos, não tem qualquer outra intenção.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente** mencionou:-----

-----“Não posso deixar de votar esta proposta com a reserva mental de estar a votar numa situação que nos últimos anos tem sido de aproveitamento de organizações não governamentais do norte para com o sul e que é um claro exemplo do que o recuo do Estado provocou nestas



Câmara Municipal  
de Oeiras

matérias, porque a falta de ação do Estado trouxe que estas organizações e que estas associações tenham nascido e que se aproveitem da cooperação sem desenvolvimento. -----

----- Todavia, cumprindo os propósitos que são impostos nos termos que a doutora Sílvia Breu acabou de dizer, voto com toda a reserva mental e moral de estar a votar numa coisa que nós não devíamos votar.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte, Duarte da Mata e abstenção do Senhor Vereador Nuno Neto, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar o protocolo para a recolha de roupa e calçado usados, com a Associação Humana tendo em vista à concretização da instalação de equipamentos de recolha de têxteis. -----

----- Nos termos do Decreto-Lei número cento e dois-D, de dois mil e vinte, de dez de dezembro. -----

----- III - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “Saudamos esta iniciativa que já decorre em outros municípios com sucesso na recolha de roupa e calçado usado, dando uma nova vida a estes artigos, contribuindo para uma economia circular de forma sustentável e humanitária.” -----

**31 - PROPOSTA Nº. 173/23 - DPE - EMPREITADA 07/DPE/2021 - REQUALIFICAÇÃO DO ANTIGO QUARTEL DOS BOMBEIROS DE PAÇO DE ARCOS - AUDITÓRIO JOSÉ DE CASTRO E UNIDADE DE SAÚDE - APROVAÇÃO DA 6ª. REVISÃO DE PREÇOS:** -----

----- I - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Houve uma altura que eu fiz uma sugestão que o Senhor Presidente considerou verbalmente e até falou para a plateia no sentido disso ser feito, e por isso é que eu acho que não percebeu o requerimento que a Vereadora Carla Castelo lhe tinha colocado a propósito de uma situação semelhante, que tinha a ver com a existência de uma tabela, que depois também se

aplicava à atribuição de subsídios, para nós percebermos a conta corrente de uma forma rápida.--

-----Nós, que estamos na oposição, são muitas propostas em pouco tempo, e essa tabela não é útil só para nós, mas também para vocês, porque é uma tabela que faz a conta corrente e alguns dados continuam a faltar e isso dá-nos um trabalho que não se justifica.” -----

-----Contrapôs o **Senhor Presidente**: -----

-----“Talvez faça sentido sobretudo para propostas vindas do mandato anterior, porque no atual cada um acompanha e tem o histórico.” -----

-----Volveu o **Senhor Vereador Duarte da Mata**: -----

-----“Mas tem várias revisões de preços, há uma conta corrente e vale a pena saber que na empreitada tal já pagámos “x”, já pagámos “y”, que o empreiteiro é o tal, eu tenho essa tabela aqui à minha frente porque é assim que vemos as propostas, mas faltam algumas coisas e eu vou voltar a referir isso.”-----

-----Esclareceu o **Senhor Presidente**: -----

-----“Se os Serviços me indicarem que é fácil, estou de acordo, se for difícil é estar a insistir na burocracia.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a sexta revisão de preços, no montante de setenta e sete mil quatrocentos e trinta euros e nove cêntimos, sobre as faturas já emitidas pelo empreiteiro “Ressa, Sociedade Anónima”, no âmbito da empreitada “zero sete/DPE/dois mil e vinte e um - Requalificação do Antigo Quartel dos Bombeiros de Paço de Arcos - Auditório José de Castro e Unidade de Saúde”. -----

-----Nos termos dos artigos tricentésimo, tricentésimo quadragésimo primeiro e tricentésimo octogésimo segundo, do Código dos Contratos Públicos.-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro, de seis de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei número setenta e três, de dois mil e vinte e um, de dezoito de agosto. -----

----- III - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Votei abstenção pois já havia sido indicado previamente por mim em reunião anterior a esta, que este tipo de propostas de revisão de preços devem conter uma tabela de resumo para uma apreciação clara de todos os elementos em presença, sob pena de ser uma tarefa inglória para a vereação apreciar este tipo de propostas.”-----

**32 - PROPOSTA Nº. 174/23 - UGPS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO PREVENIR PARA APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE EM MEIO ESCOLAR NO ANO LETIVO 2022/2023: -----**

----- I - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à Associação Prevenir, no valor de vinte e um mil novecentos e setenta e cinco euros, mantendo o mesmo valor de apoio relativo ao ano letivo transato, dois mil e vinte e um/dois mil e vinte e dois, destinado ao acompanhamento ao Programa “Nino e Nina: Programa de Competências”, “Programa Crescer a Brincar” e “Programa Eu Passo...” no ano letivo dois mil e vinte e dois/dois mil e vinte e três, atribuída após a assinatura do contrato. -----

----- A minuta do contrato de comparticipação financeira. -----

----- A designação de gestor do protocolo de colaboração. -----

----- Que na eventualidade de a comparticipação não ser executada na totalidade e havendo necessidade de redução do cabimento, o serviço informará o Departamento de Finanças e Património sobre o montante a reduzir -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas g) e h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação dada pela Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentado pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário.- -----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei número cento e setenta, de dois mil e dezanove, de quatro de dezembro. -----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

-----II - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte declaração de voto: -----

-----“Votei a favor por considerar meritórios os objetivos da proposta. Contudo torna-se preocupante a atribuição de um apoio de cerca de vinte e dois mil euros para garantir a continuidade de programas de intervenção na Saúde nas escolas sem serem apresentados dados de execução e avaliação de processo e de resultados relativos aos programas que já decorreram em anos anteriores. Não é apresentada ainda qualquer fundamentação para sustentar a afirmação de que o projeto cumpre os critérios de atribuição, nomeadamente quanto ao “historial de



Câmara Municipal  
de Oeiras

cooperação desta entidade com o Município”, do “grau de impacto esperado”, da “adequação e razoabilidade do investimento” ou da “avaliação das necessidades a satisfazer e efeitos esperados”, tudo elementos que não acompanham a proposta.” -----

**33 - PROPOSTA N.º. 175/23 - UGPS - FARMÁCIAS - PROCEDIMENTO RELATIVO AOS PEDIDOS DE TRANSFERÊNCIA DE INSTALAÇÕES:-----**

----- I - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Esta transferência de farmácias, a meu ver, vai deixar aqui algumas áreas mal-organizadas, mal servidas. -----

----- E havia até uma das farmácias que a Senhora Vereadora inicialmente tinha dito que não concordava e, depois, pareceu-me que mudou de opinião, pode esclarecer o que é que mudou?” -- -----

----- Atalhou o **Senhor Presidente**: -----

----- “A Senhora Vereadora Teresa Bacelar depois esclarece, mas eu julgo que o problema tinha a ver com o facto de uma queria sair da Outurela.” -----

----- Interrompendo a **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**:-----

----- “Essa ainda não veio.” -----

----- Continuou o **Senhor Presidente**: -----

----- “A de Barcarena quer ir para o World Trade Center, uma de Oeiras para Barcarena, entretanto a de Barcarena mantém uma parafarmácia, porque há em Queluz de Baixo uma farmácia e outra em Tercena, ou seja, há farmácias nos principais aglomerados.”-----

----- Prosseguiu o **Senhor Vereador Duarte da Mata**:-----

----- “A minha preocupação é a Farmácia Nova do Dafundo que vai para uma área de serviço, as coisas começam a ir muito para a área de serviço e eu acho que não é uma grande solução termos as coisas na área de serviço, agora já vão farmácias, eu fico um bocado preocupado, quando é que vai uma creche?-----

-----O que é que vai a seguir para a área de serviço?-----

-----A certa altura vamos morar para a área de serviço, tem lá tudo! Não pode ser, não é acessível!-- -----

-----A Farmácia Tanara Oeiras, que há aqui uma construção que ainda não está feita e, portanto, não se percebe bem essa mudança, provavelmente foi aquilo que estava a dizer agora que não iria já, gostaria de perceber isso. Depois, é a Farmácia Sílvia que deixa Barcarena e vai para o World Trade Center e fica uma farmácia em Tercena a mais de três quilómetros, foi o que percebi pela leitura.”-----

-----Interveio o **Senhor Vice-Presidente:** -----

-----“Quanto à farmácia que vai para a área de serviço, que vai para a A Cinco, é uma área cinzenta que não é a Câmara que licencia, a Câmara só autoriza a transferência.-----

-----Ainda no outro dia conversava com o Senhor Presidente sobre isso...” -----

-----Atalhou o **Senhor Presidente:** -----

-----“Sim, mas o que estamos a falar é da transferência, outra coisa é a Brisa pôr lá farmácia, escapando à competência da Câmara Municipal, mas esse é o problema das concessões.” -----

-----Prosseguiu o **Senhor Vice-Presidente:** -----

-----“É o problema das concessões e a forma como o Estado as negocia. Quanto à farmácia de Barcarena, fazendo a Avenida Consiglieri Pedroso tem uma farmácia que está aberta até tarde em Queluz de Baixo, quanto à do Dafundo, tem uma farmácia na rotunda de Linda-a-Velha, aberta vinte e quatro horas por dia.”-----

-----Volveu o **Senhor Presidente:** -----

-----“Também não interessa ter farmácias que, a dada altura, como é o caso da Outurela, que nunca abriu, foi há vários anos e depois é que viu que não tinha condições.” -----

-----Esclareceu o **Senhor Vice-Presidente:** -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- “Inclusivamente, o Infarmed já oficiou essa farmácia em como lhe ia retirar o alvará caso não abrisse.” -----

----- Inteiro a **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**:-----

----- “Relativamente à Farmácia Sílvia, que é a de Barcarena que estava a falar que, inicialmente, o Senhor Presidente concordou com a minha sugestão de indeferimento da transferência, exatamente porque pensámos e considerámos que ali perto não haveria uma resposta médica. -----

----- Acontece que, numa contraproposta dos proprietários da farmácia indicaram que iriam encerrá-la e aí ficaria mesmo Barcarena sem nenhum posto médico, nada. Assim, optaram por colocar no sítio da farmácia, uma parafarmácia com posto de recolha e entrega de medicamentos, rastreios, etc., para servir a população por um período de, pelo menos, cinco anos, o que nos sossegou, porque a nossa intenção era não deixar aquelas pessoas sem nenhum apoio médico e de enfermagem e assim garante que vai ficar. -----

----- Nada garante que uma farmácia não fecha no final de três meses, como aconteceu na Outurela, assim temos a garantia que vai ficar pelo menos cinco anos, é uma boa garantia.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar as transferências solicitadas pelas Farmácias Nova do Dafundo, Central Park, Varela Baião, Sílvia e Tanara Oeiras. -----

----- A comunicação subsequente ao Infarmed. -----

----- Nos termos da alínea qq), do número um, do artigo trigésimo terceiro e número um, do artigo trigésimo quarto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

-----Artigo vigésimo sexto, do Decreto-Lei número trezentos e sete, de dois mil e sete, de trinta e um de agosto.-----

-----Artigo segundo, da Portaria número trezentos e cinquenta e dois, de dois mil e doze, de trinta de outubro. -----

-----III - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Votei abstenção por discordar das justificações dadas a propósito da “Farmácia Sílvia” que deixa Barcarena e vai para um edifício isolado em Carnaxide, sendo que a farmácia mais próxima fica em Tercena a mais de três quilómetros. Da mesma forma, não é aceitável que a deslocação da “Farmácia Tanara Oeiras” se transfira para Barcarena para um edifício ainda sem data para construção. Por fim, regista-se com preocupação mais um serviço que deve ser acessível a pé a todos os cidadãos, deslocar-se para uma área de serviço na autoestrada.”-----

**34 - PROPOSTA Nº. 176/23 - DCS - PROJETO DE ALARGAMENTO DO HORÁRIO DO SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO DAS RESPOSTAS SOCIAIS SOLIDÁRIAS E ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA 2023 E 2024: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição das seguintes comparticipações financeiras: -----

-----Entidade - Valor dois mil e vinte e três / Valor dois mil e vinte e quatro: -----

-----Centro Social e Paroquial de Barcarena - vinte e quatro mil euros / vinte e quatro mil euros; -----

-----Centro Social e Paroquial de São Romão de Carnaxide - trinta mil euros / trinta mil euros; -----

-----APOIO - Associação de Solidariedade Social - trinta mil euros / trinta mil euros; -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Oeiras São Julião - Centro de Solidariedade Social - Vinte e quatro mil euros / Vinte e quatro mil euros; -----

----- Associação Médica Gerontologia Social - trinta e seis mil euros / trinta e seis mil euros;-----

----- Centro Social Paroquial Nossa Senhora Porto Salvo - trinta e seis mil euros / trinta e seis mil euros;-----

----- Santa Casa da Misericórdia de Oeiras - quarenta e dois mil euros / quarenta e dois mil euros;- -----

----- Centro Social Paroquial Nossa Senhora do Cabo - Vinte e quatro mil euros / Vinte e quatro mil euros. -----

----- Total anual - duzentos e quarenta e seis mil euros / duzentos e quarenta e seis mil euros.-----

----- As minutas de contrato de comparticipação financeira.-----

----- Designar, como gestores do contrato, técnicos da Divisão de Coesão Social, conforme os contratos anteriormente estabelecidos. -----

----- Que na eventualidade de o apoio não ser executado na totalidade, e havendo necessidade de redução do cabimento, o serviço informará o Departamento de Finanças e Património sobre o montante a reduzir.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alíneas u) e v), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

----- Lei número cento e cinquenta e um, de dois mil e quinze, de onze de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

-----Código do Procedimento e de Processo Tributário, artigo centésimo septuagésimo sétimo-B.-----

-----Artigo trigésimo sexto, número um, conjugado com o artigo terceiro, da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de trinta e um de agosto.-----

-----Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para a alínea c), do número quatro, do artigo quinto e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

**35 - PROPOSTA Nº. 177/23 - UGPS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO MINICOR - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL PARA APOIO AO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO CARDÍACA PEDIÁTRICA:-----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição restrita ao ano de dois mil e vinte e três de uma participação financeira à Associação Minicor, Associação de Solidariedade Social, no valor de treze mil euros, distribuído do seguinte modo:-----

-----No montante de seis mil e quatrocentos euros, para aquisição de equipamento para a realização de provas de esforço;-----

-----No montante de seis mil e seiscentos euros, para apoio ao funcionamento do projeto no que se refere à componente de reabilitação cardíaca pediátrica.-----

-----A minuta de contrato.-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Que na eventualidade de o apoio não ser executado na totalidade, e havendo necessidade de redução do cabimento, o serviço informará o Departamento de Finanças e Património sobre o montante a reduzir.-----

----- Nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea g) e trigésimo terceiro, número um, alíneas u) e v).-----

----- Lei número cento e cinquenta e um, de dois mil e quinze, de onze de setembro.-----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e, artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

----- Código do Procedimento e de Processo Tributário, artigo centésimo septuagésimo sétimo-B.-----

----- Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, da Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para a alínea c), do número quatro, do artigo quinto e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

**36 - PROPOSTA Nº. 178/23 - DCS - REFORÇO DE VERBA A ENTIDADE PARCEIRA DO FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL - CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DE PORTO SALVO:-----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira ao Centro Social e Paroquial Nossa Senhora de Porto Salvo, no montante de trinta mil euros, o âmbito do Fundo de Emergência Social.-----

-----O compromisso do Município em:-----

-----Proceder à monitorização e avaliação do apoio concedido, designadamente verificando da correta aplicação da verba; -----

-----A não aplicação, no todo ou em parte, da comparticipação financeira aprovada, concede ao Município, o direito de revogar o apoio concedido. -----

-----A minuta de termo de aceitação. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. --

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos.----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

**37 - PROPOSTA Nº. 179/23 - DPERU - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO PARA A CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE MULTIVALÊNCIAS EM BARCARENA - CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE BARCARENA:-----**

-----I - A **doutora Verónica Maia** esclareceu:-----

-----“O Senhor Presidente despachou uma informação do arquiteto Pedro Carrilho, no sentido de ser elaborada a proposta de deliberação e o que estava previsto era um cabimento de trezentos mil euros para dois mil e vinte e três e a restante verba em dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco, sendo que o contrato-programa pressupõe que o Centro Social e



Câmara Municipal  
de Oeiras

Paroquial abra concurso público e o pagamento seja feito em função dos autos de medição.”-----

----- Prosseguiu o **Senhor Presidente**:-----

----- “Sim, mas trezentos mil euros já não há hipótese de gastar este ano. Eles são obrigados a fazer concurso público, uma vez que é com dinheiros da Câmara.”-----

----- Esclareceu o **Senhor Vereador Pedro Patacho**:-----

----- “O concurso público já foi lançado e já está a decorrer.”-----

----- Frisou o **Senhor Presidente**:-----

----- “Na próxima reunião de Planeamento temos que verificar qual é a situação dos terrenos e pavilhões que o Centro Social ocupa agora, porque é para reverter para a Câmara Municipal e eu não sei se está em nome deles ou em nome da Câmara.-----

----- Já se fez o registo da propriedade onde vai ser construído este equipamento?”-----

----- Respondeu a **doutora Verónica Maia**:-----

----- “Sim, já está.”-----

----- Prosseguiu o **Senhor Presidente**:-----

----- “Portanto é um direito de superfície, mas com a construção deste novo equipamento, reverte para a Câmara Municipal o outro e aqui não há referência a isso, portanto verifiquem a situação.”-----

----- Acrescentou a **doutora Verónica Maia**:-----

----- “Não, Senhor Presidente, isso não foi mencionado.”-----

----- Interveio o **Senhor Vereador Duarte da Mata**:-----

----- “Aproveito, porque tenho algumas dúvidas, a proposta tem um projeto associado, mas que não vinha nos anexos, eu não o conheço e, à hora que detetei isso também já não ia conseguir analisar. Não conheço o projeto, nem onde é a parcela.”-----

----- Interrompeu o **Senhor Presidente**:-----

----- “Mas quanto ao projeto não há qualquer problema, podem vir fazer uma apresentação

na próxima reunião.” -----

-----II - Esta proposta por decisão do **Senhor Presidente**, que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.-----

**38 - PROPOSTA Nº. 180/23 - DPOC - TARIFÁRIO DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS 2023:**-----

-----I - A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Analisada esta proposta, temos várias dúvidas e gostaríamos que fosse melhor explicado o porquê de não se seguir as recomendações da ERSAR, até porque entendemos que as explicações que foram dadas neste documento não respondem cabalmente às questões que foram colocadas pela ERSAR.-----

-----Por acaso, uma das questões que nós tínhamos, vimos hoje já resolvida, que era relativamente ao último ponto, ao ponto cinco, porque o Decreto-Lei indicava já o valor por tonelada e vinha indicado que era vinte e dois euros e o valor de referência para este ano era de vinte e cinco euros, mas essa questão hoje já nos foi esclarecida.-----

-----Relativamente ao ponto um, gostaríamos que explicassem um pouco melhor a resposta que deram, porque nós não podemos deixar de concordar com a ERSAR e não entendemos nem a resposta, nem a justificação que foi dada, porque se aquilo que aqui diz é que o programa não permite fazer esta projeção, assim sendo, então aquilo que também questionamos é quando é que se prevê resolver esta situação, porque senão para o ano, diria eu, teremos exatamente o mesmo problema.-----

-----Relativamente ao ponto dois, mais uma vez não se entende esta resposta. Nós não somos a favor do aumento dos custos, já são muitos, mas, ainda assim, gostaríamos de perceber se o que a ERSAR diz é assim ou não, ou se também deriva da tal questão levantada no ponto um relativamente à aplicação.-----

-----Quanto ao ponto três, na pergunta, os serviços dizem que houve um lapso no reporte,



Câmara Municipal  
de Oeiras

perguntamos se afinal o Município vai ou não assegurar essa tarifa social. -----

----- No ponto quatro, gostaríamos de perceber, daquilo que nós nos apercebemos não há muitos utilizadores que não tenham os tais contadores de água e que não seja possível fazer os cálculos, mas, ainda assim, gostaríamos que isso nos fosse dito cabalmente.-----

----- Quanto ao ponto cinco, sendo assim, já não temos a questão que tínhamos.” -----

----- O **Senhor Vereador Duarte da Mata** disse o seguinte: -----

----- “Senhor Presidente, há aqui algumas propostas que são propostas longas e para quem está aqui na oposição não é fácil recebê-las e ter de as analisar em meia dúzia de dias. Dirá que o problema é nosso e que o Senhor Presidente cumpre a legislação e entrega no prazo regimental, mas, efetivamente, é difícil e algumas destas podiam ser distribuídas com mais antecedência ou então ser distribuída para a reunião, mas não era votada aqui, portanto, na verdade dava-nos mais tempo.” --- -----

----- O **Senhor Presidente** questionou: -----

----- “Não há problema nenhum, o Senhor Vereador Duarte da Mata propõe que isto seja adiado?” -- -----

----- O **Senhor Vereador Duarte da Mata** respondeu: -----

----- “Sim.” -----

----- O **Senhor Presidente** afirmou: -----

----- “Está adiada para a próxima reunião.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente** atalhou: -----

----- “E as explicações podiam vir já por escrito.”-----

----- A **doutora Paula Saraiva** salientou o seguinte: -----

----- “Eu ia propor, não sei se a doutora Cátia Bonito ou a doutora Maria João Claudino estão preparadas para responder a todas as questões, se o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores não se importassem, nós vamos ler a ata e vêm, até à próxima reunião, as respostas

por escrito e, se calhar, até podemos fazer uma explicação também à Senhora Vereadora. Isto é uma matéria muito árida e muito técnica. -----

-----O **Senhor Presidente** disse: -----

-----“Não há problema nenhum.”-----

-----A **Senhora Vereadora Susana Duarte** referiu:-----

-----“Eu ia pedir para ser distribuída a resposta por todos os Vereadores, porque acho que são perguntas até comuns.”-----

-----A **doutora Paula Saraiva** afirmou: -----

-----“Sim.”-----

-----O **Senhor Presidente** concluiu: -----

-----“Pronto, fica para a próxima reunião e preparam as respostas nesses termos.”-----

-----II - Esta proposta por decisão do **Senhor Presidente**, que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.-----

**39 - PROPOSTA Nº. 181/23 - DCH - EMPREITADA “67/DPCHM/2022 - REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO BAIRRO DOS NAVEGADORES - FASE II - PORTO SALVO - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SR. PRESIDENTE: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, ratificar o despacho do Presidente da Câmara exarado na informação número INT-CMO/dois mil e vinte e três/quatro mil quinhentos e trinta e três, de prestação dos esclarecimentos e das retificações necessárias dos erros e omissões das peças de procedimento, nomeadamente do Mapa de Quantidade de Trabalhos, no âmbito da empreitada de Requalificação do Espaço Público Bairro dos Navegadores - Fase Dois - Porto Salvo”.-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Nos termos da Lei número trinta, de dois mil e vinte e um, de vinte e um de maio, com as alterações decorrentes da Lei número setenta e oito, de dois mil e vinte e dois, de sete de novembro. -----

----- Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, números três e sete, do artigo septuagésimo. -----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, alínea f), do número um, do artigo trigésimo terceiro e número três, do artigo trigésimo quinto. -----

----- Código do Procedimento Administrativo, artigo centésimo sexagésimo quarto, número um. -----

**40 - PROPOSTA Nº. 182/23 - DP - CEDÊNCIA EM REGIME DE COMODATO, À LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO, DE PARTE DO IMÓVEL SITO NA AVENIDA ENG. ARANTES E OLIVEIRA, Nº. 36 A, CAVE, EM PORTO SALVO: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a celebração de um contrato de comodato, entre o Município de Oeiras e a Liga Portuguesa Contra o Cancro (LPCC) Delegação de Oeiras, relativo a parte do imóvel (cave) localizado na Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, número trinta e seis A, em Porto Salvo, nos termos da correspondente minuta de contrato. -----

----- Nos termos da alínea b), do número um, do artigo sexto, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

----- Artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alíneas g) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto. -----

-----Artigos ducentésimo, número um e ducentésimo segundo, número dois, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para os artigos quarto, número dois, alínea c) e ducentésimo octogésimo, número quatro, do Código dos Contratos Públicos.-----

-----Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

**41 - PROPOSTA N.º 183/23 - DP - DESANEXAÇÃO DE TERRENO DO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS, SITO EM PAÇO DE ARCOS:-----**

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a desanexação da parcela de terreno do domínio privado municipal, correspondendo à ficha mil seiscientos e quatro, da Freguesia de Paço de Arcos e artigo matricial urbano dois mil quatrocentos e oitenta e nove, da União das freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, com novecentos e trinta e nove vírgula sessenta metros quadrados, da qual resultará um único prédio onde está edificado o Centro Comunitário do Alto da Loba, em Paço de Arcos. -- -----

-----Nos termos do artigo trigésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto. -----

**42 - PROPOSTA N.º 184/23 - GMA - PARQUES TEJO, E.M., RELATÓRIO DO 3.º TRIMESTRE DE 2022:-----**

-----Por proposta subscrita pelo **Senhor Presidente** a Câmara tomou conhecimento, tendo em vista o acompanhamento e controlo da atividade da entidade participada, do Relatório do terceiro trimestre dois mil e vinte e dois, da Parques Tejo, Empresa Municipal, e submete à



Câmara Municipal  
de Oeiras

Assembleia Municipal de Oeiras, a presente proposta de deliberação e documentos anexos à mesma, para apreciação, no âmbito das respetivas competências em matéria de acompanhamento, controlo e fiscalização da atividade das empresas municipais. -----

----- Nos termos da alínea e), do número um, do artigo quadragésimo segundo, da Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto. -----

----- Alínea a), do número dois, do artigo vigésimo quinto e alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.

----- Alínea c), do número um, do artigo décimo primeiro, dos Estatutos da Parques Tejo, Empresa Municipal. -----

**43 - PROPOSTA Nº. 185/23 - GMA - REALIZAÇÃO DE AUDITORIA À “MUNICÍPIA, E.M., S.A.”:**-----

----- I - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** disse o seguinte: -----

----- “Neste tema o PSD apoia absolutamente esta decisão, aliás, por diversas vezes não só aqui na Câmara, mas também na Assembleia Municipal, eu própria ainda estava na Assembleia Municipal quando discutíamos o relatório e fazíamos várias questões, nomeadamente, sobre aquilo que era a viabilidade económica e o equilíbrio financeiro desta empresa e, essencialmente, o posicionamento desta no atual mercado, portanto, para nós é essencial que esta auditoria exista e que o Executivo possa ter essa informação para poder compreender não só esta realidade, mas também as questões que vão levar a apoiar a tomada de decisões futuras, no âmbito desta empresa municipal. -----

----- Portanto, vemos com muito agrado este trabalho e estamos expectantes.”-----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** referiu o seguinte:-----

----- “Relativamente a esta proposta de auditoria da Município é uma proposta muito bem-vinda e o Partido Socialista saúda, temos colocado várias questões relativamente à empresa, portanto, naturalmente votamos a favor desta proposta.” -----

-----O **Senhor Vereador Duarte da Mata** questionou o seguinte:-----

-----“A minha primeira pergunta é se já foi feita alguma auditoria à Município em dois mil e vinte e dois?-----

-----Há cerca de um mês, oito de fevereiro de dois mil e vinte e três, o Senhor Presidente fez um despacho para ser feita uma auditoria à Município e eu pergunto, por que é que esta proposta vem à Câmara?-----

-----É uma ratificação do despacho?-----

-----Depois, em função das respostas também terei de intervir mais.”-----

-----A **doutora Sara Danif** respondeu o seguinte:-----

-----“Posso responder que a proposta é apresentada, porque a Câmara atua como acionista, a Município não é um serviço municipal, portanto, a determinação nos termos do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e também do Código das Sociedades Comerciais determina que este tipo de intervenção seja aprovada pelo acionista.”-----

-----O **Senhor Vereador Duarte da Mata** perguntou:-----

-----“Sobre a auditoria de dois mil e vinte e dois, o Senhor Presidente ordenou alguma auditoria?”-----

-----O **Senhor Presidente** esclareceu:-----

-----“Senhor Vereador, se calhar é essa a confusão, eu tinha feito um despacho a mandar fazer uma auditoria à Município, e não era só à Município, julgo que era também às outras empresas, mas no caso da Município penso que houve uma interpretação muito restritiva e foi feita uma análise a um problema da Socarto.”-----

-----A **doutora Paula Saraiva** salientou:-----

-----“Esse parecer vai integrar o trabalho do Gabinete Municipal de Auditoria.”-----

-----O **Senhor Presidente** prosseguiu:-----

-----“E ao que parece quem tem de determinar a auditoria, neste caso, o Presidente não



Câmara Municipal  
de Oeiras

tem competência, tem que ser o Órgão Executivo.” -----

----- A **doutora Paula Saraiva** afirmou: -----

----- “É isso mesmo, a competência é do Executivo.”-----

----- O **Senhor Vereador Duarte da Mata** referiu: -----

----- “Então, na verdade, é uma ratificação da auditoria nos mesmos termos.-----

----- Mas sendo a Município uma entidade que não é só Câmara, a nossa sugestão é que esta auditoria fosse externa, não há necessidade de ser interna, por isso, fazíamos a proposta de se fazer uma avaliação por uma auditoria externa.”-----

----- O **Senhor Presidente** atalhou:-----

----- “Tem que ser auditoria, o Gabinete de Auditoria pode adjudicar externamente a respetiva auditoria, não há problema nenhum.-----

----- Se é solicitado por um Vereador essa auditoria externa, muito bem, o Gabinete de Auditoria trata disso, não há problema nenhum. Até porque, caso contrário fica sempre a dúvida, porque é que não é uma auditoria externa?” -----

----- A **doutora Paula Saraiva** questionou:-----

----- “Então esta proposta é aprovada com a alteração?” -----

----- O **Senhor Vereador Duarte da Mata** atalhou:-----

----- “Eu ainda tenho mais coisas para propor de alteração.” -----

----- O **Senhor Presidente** referiu:-----

----- “Tudo bem. Eu estou de acordo, uma auditoria externa e o Gabinete de Auditoria Municipal trata disso.” -----

----- O **Senhor Vereador Duarte da Mata** disse: -----

----- “Eu tenho uma alteração que tem a ver com o seguinte: -----

----- Que esta auditoria verse sobre a atividade global, financeira, internacional e administrativa, extensiva ao desempenho dos funcionários e aos membros da Administração e

Direção da empresa consorciada Município MZ, em Moçambique, bem como, às relações contratuais que o Município de Oeiras estabeleceu com a Município, Empresa Municipal, Sociedade Anónima.-----

-----Portanto, uma auditoria externa às relações do Município com a Município e depois da Município com os seu consorciados.”-----

-----O **Senhor Presidente** interveio:-----

-----“Senhor Vereador não acrescenta nada, está tudo na auditoria, não acrescentou nada àquilo que já lá está, mas não há problema nenhum, estamos de acordo, mas isso já está no despacho, é auditoria a toda a atividade externa da Município, dos funcionários, dos administradores, tem lá tudo.”-----

-----O **Senhor Vereador Duarte da Mata** prosseguiu:-----

-----“Portanto, por uma entidade externa e depois também sugerimos que desta proposta em apreço fosse dado conhecimento à Assembleia Municipal.”-----

-----O **Senhor Presidente** afirmou:-----

-----“Claro, é dado conhecimento à Assembleia Municipal até porque é um assunto que foi muito discutido na Assembleia Municipal.”-----

-----A **doutora Paula Saraiva** disse:-----

-----“Vai demorar.”-----

-----O **Senhor Presidente** referiu:-----

-----“É dada uma informação à Assembleia Municipal, dizendo que foi desencadeado o processo de auditoria.”-----

-----A **doutora Sara Danif** salientou:-----

-----“Efetivamente foi transmitido ao Gabinete Municipal de Auditoria pelo Senhor Presidente, a possibilidade de contratar externamente, a nossa proposta com autonomia técnica e isenção que os funcionários têm, mas em particular funcionários com esta missão e um gabinete



Câmara Municipal  
de Oeiras

com esta missão, pareceu-nos mais eficiente desenvolver o trabalho internamente na perspetiva de apresentar resultados preliminares no prazo indicado na proposta, mas conscientes de que se fizermos a contratação externa imprime uma maior isenção, se do seu ponto de vista assim considera, tudo bem, faremos, conscientes de que provavelmente o prazo de resultados preliminares não será esse da proposta.”-----

----- O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- “Isto também demonstra que é bom que se tenha consciência disto, as auditorias internas servem quando convêm, as auditorias externas a mesma coisa, portanto, pode-se chegar à conclusão que não vale a pena ter Serviço de Auditoria na Câmara, porque para se fazer auditorias externas não é preciso ter uma auditoria interna, quer dizer, se é para fazer concursos, o Gabinete Jurídico já faz tantos, faz mais um.” -----

----- A **doutora Paula Saraiva** atalhou: -----

----- “Temos de confiar na isenção do Gabinete Municipal de Auditoria.” -----

----- O **Senhor Presidente** continuou: -----

----- “Com certeza, não é isso que está em causa. -----

----- Eu não estou a falar agora pelo facto do Senhor Vereador Duarte da Mata ter falado na auditoria externa, mas, na realidade, acontece com frequência que aquilo que é realizado internamente, há uma desconfiança dos funcionários da casa, mas não é só aqui, é em qualquer Câmara, é em todo o lado, por isso é que se diz que os “santos da porta não fazem milagres”.-----

----- Mas a verdade é esta, com quem nós nos vemos todos os dias, quem trabalha, etc., são vocês, são aqueles que cá estão, não são os de fora, mas pronto, é assim. -----

----- Tratem disso.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte

e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a contratação de uma auditoria externa à Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, que verse sobre a sua atividade global, financeira, internacional e administrava, extensiva ao desempenho dos funcionários e aos membros da administração.-----

-----A submissão da presente deliberação à Assembleia Municipal, para conhecimento. --

-----Nos termos dos artigos sexagésimo segundo, número um e sexagésimo sétimo, “ex vi” dos artigos quarto e décimo sexto, do Decreto-Lei número cento e trinta e três, de dois mil e treze, de três de outubro.-----

-----Artigos vigésimo quarto, trigésimo primeiro, trigésimo sétimo e quadragésimo segundo, número um, alínea f), da Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto. -----

-----Artigos vigésimo quinto, número dois, alínea a) e trigésimo terceiro, número um, alínea ccc), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----III - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** fez a seguinte declaração de voto: -----

-----“O PSD apoia esta decisão, uma vez que por diversas vezes questionou sobre a viabilidade económica, o equilíbrio financeiro, assim como o posicionamento desta empresa no mercado atual, sendo essencial esta auditoria para melhor compreender a realidade destas questões e apoiar a tomada de decisões futuras neste âmbito.” -----

-----IV - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Votei favoravelmente no pressuposto de terem sido aceites as minhas sugestões verbais de alteração para auditoria externa, como garantia da necessária independência face aos temas em apreço, e é que é fundamental que a auditoria não abranja apenas atividade global, financeira, internacional e administrava da Município, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, mas também o desempenho dos membros da administração e direção, abrangendo ainda a atuação do Município de Oeiras na relação com a referida Sociedade Anónima.”-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

**44 - PROPOSTA Nº. 186/23 - GMA - “PARQUES TEJO, E.M.” - PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2023-2024, COM PARECER DO FISCAL ÚNICO: -----**

----- I - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** referiu o seguinte: -----

----- “O PSD nem sequer vai questionar a saúde financeira desta empresa, porque ela é sobejamente conhecida e evidente, como o tempo não permitiu fazer algumas das análises que gostaria de fazer, vou deixar algumas análises para a Assembleia Municipal, mas, contudo, em relação ao Plano de Atividades apresentado, uma vez que alguns pontos não estão explicados, o Senhor Presidente Rui Rei poderia explicar de uma forma muito simples. -----

----- Gostaria de saber o que está previsto no início de uma operação de transporte público rodoviário de passageiros e nesta previsão está a aquisição de um serviço autocarro elétrico, isto vem no âmbito das novas carreiras da Carris Metropolitana, é outro projeto que aqui está integrado? -----

----- A segunda pergunta tem a ver com um projeto que o PSD acarinhou já há muitos anos, que é o SATUO e está igualmente previsto também a realização de um contrato-programa de prestação de serviços com a Câmara Municipal para a gestão do SATUO, questiono quando será apresentado o novo projeto, porque o Senhor Presidente também já falou sobre isso, se há datas previstas para a reativação e expansão do mesmo.”-----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** frisou:-----

----- “Relativamente a este documento o tempo foi curto e a análise não pode ser mais profunda, mas também tenho aqui algumas notas. -----

----- Relativamente ao SATUO, também tenho essa dúvida, quando se prevê que este contrato-programa venha à Câmara, quando é que posso saber o que se prevê fazer, quanto é que vai ser gasto, gostaria de ter, assim que fosse possível essas informações.-----

----- Vejo aqui uma coisa que não entendo. Na proposta de deliberação diz que o contrato-programa aumenta duzentos e cinquenta mil euros, mas depois no documento o aumento é de

cento e trinta e cinco mil para duzentos e cinquenta, queria só um esclarecimento se é como está no texto da proposta de deliberação ou se é como está no anexo. -----

-----Percebemos que as contraordenações no próximo ano vão passar a ficar na própria empresa, deixam de vir para o Município, isto permite um grande acréscimo, gostaria que fosse melhor fundamentado do porquê desta opção, percebo por que é que há este aumento muito grande, mas o porquê desta opção? -----

-----No exercício que nós não chegámos a falar no terceiro trimestre, tínhamos visto que havia cerca de dois milhões em caixa, é, de facto, uma liquidez muito grande, muito elevada, ao mesmo tempo também vemos que havia aqui algumas dívidas a outros fornecedores, se calhar poderiam ter sido pagos com este dinheiro, no fundo, percebo que a empresa tem uma boa saúde financeira, mas por que é que é esta opção? -----

-----O **Senhor Vereador Duarte da Mata** frisou: -----

-----“Não vou voltar a falar sobre o modelo genérico de mobilidade que sustenta aqui algumas coisas que são ditas, já falei nisso nas outras reuniões, também já mostrámos mais ou menos as nossas diferenças em relação a isso.” -----

-----Interrompendo o **Senhor Presidente**: -----

-----“Diferenças, aí não temos diferenças, é a AML, nós não estamos numa ilha.” -----

-----Volvendo o **Senhor Vereador Duarte da Mata**: -----

-----“O relatório fala que se pretende dedicar trinta e dois por cento dos investimentos de dois mil e vinte e três à mobilidade sustentável, oitocentos e tal mil euros, fazendo as várias contas e dentro do tempo que foi possível, não consegui chegar a mais de quatrocentos e tal mil euros de investimento na mobilidade sustentável, isto depois também se prende com outra proposta que nós também mais à frente vamos ver. -----

-----Depois, em relação ao contrato do SATUO, esta também é uma grande preocupação, é falado que há um acréscimo de duzentos e dezasseis mil euros de trabalho especializado para o



Câmara Municipal  
de Oeiras

SATUO com uma replicação depois também em dois mil e vinte e quatro, isto significa já ultrapassar meio milhão de euros, se não me engano e muito pouco se sabe sobre o que é esta proposta do SATUO. -----

----- Chamava a atenção, que esta semana fiquei a conhecer um projeto de um metro de superfície, que vai ligar Loulé, Faro, Olhão e que é um autocarro em sítio próprio, isso são soluções muito mais rápidas de implementar, só depende do Município arranjar esse espaço para que ele circule e cumpra os horários.” -----

----- Atalhando o **Senhor Presidente:** -----

----- “Aqui vão ser autocarros em sítio próprio.” -----

----- Referindo o **Senhor Vereador Duarte da Mata:** -----

----- “Pois, não se percebe estes investimentos no SATUO, ficam aqui as nossas dúvidas sobre isto.- -----

----- Em relação à Parques Tejo e em “atalho de foice”, lembrar aquela situação que aconteceu na Avenida dos Bombeiros Voluntários da colocação de estacionamento em cima de uma área de passeio, absolutamente lamentável essa situação, do meu ponto de vista.” -----

----- O **Senhor Presidente** frisou: -----

----- “Antes de passar a palavra ao Presidente da Parques Tejo, eu até me apete ironizar sobre isto, finalmente a Câmara vai começar a gastar dinheiro com o SATUO, é que anda para aí muita gente a dizer que o Município investiu milhões de euros e, vejam bem, a Câmara nunca gastou um euro, deve ter sido melhor parceria público-privada deste País, porque foi tudo à custa do parceiro.-----

----- A Câmara nunca investiu um euro no SATUO, nem nas despesas de investimento, nem depois na exploração, mas pronto, quiseram fechá-lo e agora finalmente parece que se vislumbra a possibilidade de gastar dinheiro para estudo, projetos, etc. -----

----- Julgo que já informei aqui várias vezes os Senhores Vereadores, que o SATUO é

uma forma de expressão para referir aquele modo de transporte, que era um Sistema Automático de Transporte Urbano de Oeiras, uma espécie de comboio, um elevador deitado em sítio dedicado. -- -----

-----Falei já da evolução que houve da tendência, até porque a tecnologia já está ultrapassada e que havia a possibilidade de instalar autocarros em sítio próprio, mas depois punha-se o problema há três ou quatro anos de não haver autocarros bidirecionais, como é que o autocarro ia saindo em cada uma das estações à medida que ia progredindo no terreno, provavelmente, se não tivesse sido inaugurado e se fosse só de uma vez, tinha que ter nos terminais uma rotunda para o autocarro sair, dar a volta e entrar na rotunda outra vez na via, se fosse funcionar estação a estação cada vez que uma estação era inaugurada tinha que haver uma rotunda de saída e entrada, entretanto, ao que parece, há já autocarros bidirecionais, nos últimos dois anos apareceu essa evolução dos autocarros. -----

-----O que está previsto é a instalação de um sistema de autocarros bidirecionais, em sítio próprio, por isso mesmo, foi estabelecido um grupo de trabalho entre a Câmara de Loures e a Câmara de Sintra, porque a Câmara Municipal de Sintra, finalmente, também deu o seu “agrimam” à instalação deste modo de transporte, havendo apenas dúvidas no caso de Sintra, julgo que isso ainda não está clarificado, se o transporte vai do Cacém ou a Massamá, sendo certo que Sintra, ao que parece, neste momento, está a reivindicar uma espécie de cruzeta, ir ao Cacém e depois ir também a Massamá porque havia passageiros naquela zona para a linha do Estoril.-----

-----Entretanto, deliberou-se que iria passar para a Parque Tejo, aliás, como a situação das contraordenações, mas a Câmara ainda não deliberou, ainda estamos à espera que apareçam os estudos e a proposta de deliberação, tudo isso faz parte do plano de atividades de situações previsionais relativamente a dois mil e vinte e três.” -----

----- O **doutor Rui Reis** referiu o seguinte: -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- “Se o Senhor Presidente me permitir eu começava exatamente pela última questão que o Senhor Vereador aqui deixou, que é a construção ou as pinturas que a Parques Tejo executou na Praceta da Farmácia, na Avenida dos Bombeiros Voluntários. -----

----- Nós podemos dizer um conjunto de coisas, não quer dizer que elas sejam verdades, não quero dizer isso e nós podemos lá ir ver e constatar que o que a Parques Tejo ali fez, foi regularizar uma situação, que acontece seguramente há vinte ou trinta anos naquele local, em que aquele local não é uma Praceta como se tentou fazer acreditar e assim vem na resposta que a Parques Tejo fez ao pedido de informação que os jornalistas lhe fizeram. -----

----- Aquela zona que aqui foi aludida há uns minutos atrás, é um acesso a uma garagem que lá está no edifício da Avenida dos Bombeiros Voluntários e que sem aquela intervenção, aí sim, estava em causa todas as questões de segurança, quer de acesso à garagem, de acesso aos edifícios, de circulação dos cidadãos com mobilidade reduzida. -----

----- Se lá formos ver hoje está feito o acesso dentro do acesso à garagem e fora da passadeira, ao contrário de algumas fotografias que andavam a correr que mostravam que a Parques Tejo tinha feito uma intervenção de acesso em cima da passadeira, não é verdade, está lá, é só lá ir ver, estão garantidas todas as questões de acessibilidade e mobilidade respeitante ao decreto-lei que invocaram, mas esqueceram-se de verificar no local o que é que estava efetivamente colocado e a praceta em questão que serve a creche que lá está é, exatamente no patamar de cima, onde nunca existiu o estacionamento automóvel. -----

----- Teremos muito gosto quando quiserem verificar esta intervenção, que do nosso ponto de vista, pode não ser a melhor intervenção do mundo, mas é uma intervenção que está correta, está lá a sinalização que demonstra que há uso partilhado daquela via, poderemos depois falar de tudo o resto lateralmente, mas que é assim, é assim, de facto. -----

----- Face às questões que nos colocaram, fazemos aqui um conjunto de previsões, o orçamento não deixa de ser um orçamento previsional como disse o Senhor Presidente e muito

bem e que projetamos um conjunto de investimentos para ir de encontro à estratégia que o Município tem para a mobilidade no Município e para ter esta mobilidade no Município, cada vez mais temos de ter usos partilhados de usos coletivos e menos de uso individual, nós temos que fazer investimentos em infraestruturas e, às vezes, em vias e muitas vezes em estacionamento, porque nós não podemos e não conseguimos mudar a realidade de um dia para o outro.-----

-----Quando falamos da rede de transportes públicos rodoviários, porque vai de encontro à estratégia que o Município tem de partilha e de colaboração com os Transportes Metropolitanos de Lisboa, mas numa perspetiva de complementaridade, porque o Município faz um esforço financeiro anualmente muito grande, para que os munícipes de Oeiras tenham tido uma melhoria nos transportes, mas, efetivamente, reconhece que é preciso continuar a avaliar e é preciso fazer mais investimento e projetar um novo investimento que vem em seis anos, porque hoje o que se fez na TML foi usar a infraestrutura existente e aumentando ligeiramente a oferta e o que é preciso fazer no futuro, é um estudo diferente para um concurso diferente que teremos dentro de seis anos. --

-----O que nós estamos aqui a fazer é seguir, efetivamente, a estratégia que o Senhor Presidente tem vindo a dizer, de aposta no transporte público e de melhoria das circulações internas, porque o Município de Oeiras tem duas realidades, onde estamos, que é do Vale do Jamor para cá e do Vale do Jamor para lá, do Vale do Jamor para lá tem uma forte ligação ao Município de Lisboa e à grande capital.-----

-----Do lado do Vale do Jamor para cá tem outras necessidades, que não deixam de ser também de ligação a Lisboa e de Lisboa para cá, mas estamos a falar de realidades distintas e é aí que entra, como disse o Senhor Presidente e muito bem, a questão do SATUO, neste momento, é um nome de um projeto diferenciador e pioneiro, porque nós podemos olhar para hoje e ver o SATUO, aquela plataforma que ali está, mas o SATUO era uma visão pioneira e transformadora



Câmara Municipal  
de Oeiras

do Município, porque quando à época se propôs a ligação entre Paço de Arcos e Sintra para ligar todas as infraestruturas importantes no Concelho de Oeiras e para fazer o rebatimento é, de facto, uma visão pioneira e o Senhor Vereador falou da questão do projeto do Algarve ou de algum projeto que se fala em Loures. -----

----- Podemos falar da ferrovia, mas na maioria dos casos, um autocarro resolve efetivamente o problema se tiver em sítio próprio.-----

----- No que estamos a falar do SATUO e das competências que a Câmara nos quer passar, é para que sejam efetuados entre o ano de dois mil e vinte e três, onde estamos, até ao fim do ano, e que eventualmente no início de dois mil e vinte e quatro todos os estudos estejam prontos, executados para que a Câmara Municipal, a seguir, defina a estratégia como é que se podem fazer essas implementações.-----

----- Na realidade, existe este problema que o Senhor Presidente aqui levantou, que é o chamado veículo bidirecional e está encontrado um veículo bidirecional, que é um autocarro com tecnologia ferroviária que permite fazer esta bidirecionalidade, que está em causa a estação de Paço de Arcos.-----

----- Na estação de Paço de Arcos o autocarro chega e ou arranjam uma forma de ele dar a volta ou então se for direta bidirecional ele parte exatamente da mesma forma, mas nós vamos fazer também parte deste projeto que a Câmara nos passou, vamos fazer o estudo completo do traçado, que é para chegar àquela realidade que o Senhor Presidente abordou que é a questão de Sintra.-----

----- Nós temos que estudar todas as possibilidades que existem neste entroncamento entre Oeiras e Sintra, para que depois se possam fazer os investimentos nos anos seguintes para chegar a esta realidade e o traçado do Lagoas Park para a frente será um traçado na esmagadora maioria do seu percurso em sítio próprio com todas as condições, no chão, permitirá que circule o veículo do SATUO ou poderá vir a permitir que outros veículos lá possam entrar de acordo com um

conjunto de regras, outros veículos entenda-se transporte público de passageiros que lá possam entrar em determinadas regras, com determinados percursos, isto é flexibilidade, porque se nós fizéssemos um investimento em ferrovia puro e duro, nós teríamos aqui um problema de tempo para fazer, porque um veículo de tecnologia ferroviária demora três a quatro anos até à entrega, a decisão de hoje, podemos colocar em cima desta decisão três a quatro anos, um autocarro é mais simples, mais fácil de decidir e de entregar. -----

-----Em relação às outras questões, nomeadamente as contraordenações, tem a ver com a estratégia que o Município tem vindo a definir de dotar de meios a Parques Tejo para que possa fazer face a um conjunto de investimentos na área mais uma vez da mobilidade e dos transportes, é isto que se está a fazer. -----

-----Não há uma decisão que tenha já sido tomada, que tenha vindo a deliberação da Câmara, virá a seu tempo, veremos em que condições isto será feito, mas estes recursos que serão concentrados na Parques Tejo será para fazer o investimento na área da mobilidade e dos transportes, é isso que é a estratégia do Município de Oeiras, porque quando se diz que a receita é municipal, é verdade, a receita é municipal, mas nunca nos podemos esquecer que essa receita que vem para o Município, o ano passado foi cerca de meio milhão de euros que reverteu a favor do Município, um pouco menos, mas as despesas associadas a essa transferência são suportadas na íntegra pela empresa municipal, os recurso humanos necessários, os juristas, os meios tecnológicos que estamos a investir e que serão uma realidade a partir de junho ou quando se falava de que tipo de investimento em mobilidade sustentável. -----

-----Nas ciclovias termos o “bikesharing” a circular em operação se tudo correr bem a partir de junho deste ano, toda a aplicação e toda a parte “software” que levará a que se possa vir a entregar como já disse o Senhor Presidente minutos de estacionamento, para que os munícipes de Oeiras possam estacionar por todo o Concelho com um conjunto de regras, tudo isto demora o seu tempo e neste caso demorará quase um ano a começar a ter visibilidade e que se possa



Câmara Municipal  
de Oeiras

materializar no terreno a estratégia que o Município tem, uma mobilidade sustentável não numa ilha, mas conectada e ligada à Área Metropolitana de Lisboa, que é algo que os munícipes de Oeiras querem e necessitam.” -----

----- O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- “Nós falamos quando as empresas não têm dinheiro, quando têm dinheiro é uma desgraça também, mas é melhor ter dinheiro do que não ter.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o Plano Plurianual de Atividades e Orçamento para dois mil e vinte e três-dois mil e vinte e quatro, da Parques Tejo, Empresa Municipal, contendo Parecer do Fiscal Único designado.-----

----- Submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de deliberação e os documentos anexos à mesma, para conhecimento/apreciação, no âmbito das respetivas competências em matéria de acompanhamento e fiscalização da atividade das empresas municipais.-----

----- Nos termos do alínea a), do número um, do artigo quadragésimo segundo e alínea j), do número seis, do artigo vigésimo quinto, da Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto. -----

----- Alínea a), do número dois, do artigo vigésimo quinto e alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.

----- Número três, do artigo vigésimo terceiro, dos Estatutos da Parques Tejo, Empresa Municipal. -----

----- III - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “O PSD, não questiona a saúde financeira da empresa que é evidente e deixaremos

uma análise mais detalhada para a Assembleia Municipal, contudo tem algumas questões relativamente ao Plano de Atividades aqui apresentado, uma vez que não explica os seguintes pontos que nos parecem de grande importância: -----

-----Esta previsto o início da operação de transporte público rodoviário de passageiros, esta previsão para aquisição de autocarro elétrico, vem no âmbito das novas carreiras da Carris Metropolitana ou é outro projeto? -----

-----Estando igualmente previsto a realização de Contrato-Programa de Prestação de Serviços com a CMO, que efetuará a gestão do SATUO, questionamos quando será apresentado este projeto e se existem datas para reativação e expansão do mesmo? -----

-----Para o PSD esta empresa municipal deve de ser mais que uma empresa de gestão de estacionamento, deve de ambicionar mais na rede de mobilidade suave em criar reais condições para o um uso efetivo dos transportes públicos de proximidade e intermunicipais em Oeiras. Só assim será possível criar condições para que os munícipes possam optar pelo transporte coletivo e pela mobilidade suave ao invés do transporte próprio.” -----

**45 - PROPOSTA N.º. 187/23 - GMA - “OEIRAS VIVA, E.M.” - RELATÓRIO 3.º. TRIMESTRE DE 2022:** -----

-----I - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** inquiriu: -----

-----“Ainda não foi aprovado o Relatório e Contas de dois mil e vinte dois da Oeiras Viva?” -----

-----Retorquindo o **doutor Rui Daniel Mourinha:** -----

-----“Será em abril.” -----

-----Observando o **Senhor Presidente:** -----

-----“Ainda está dentro do prazo.” -----

-----II - Por proposta subscrita pelo **Senhor Presidente** a Câmara tomou conhecimento, tendo em vista o acompanhamento e controlo da atividade da entidade participada, do Relatório



Câmara Municipal  
de Oeiras

do terceiro trimestre dois mil e vinte e dois, da empresa Oeiras Viva - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, Empresa Municipal, e submete à Assembleia Municipal de Oeiras, a presente proposta de deliberação e documentos anexos à mesma, para apreciação, no âmbito das respetivas competências em matéria de acompanhamento e fiscalização da atividade das empresas municipais. -----

----- Nos termos da alíneas e), do número um, do artigo quadragésimo segundo, da Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto, alínea a), do número dois, do artigo vigésimo quinto e alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Alínea c), do número um, do artigo décimo primeiro, dos Estatutos da Oeiras Viva - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, Empresa Municipal.-----

**46 - PROPOSTA Nº. 188/23 - GMA - OEIRAS VIVA - GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS, E.M. - PLANO E ORÇAMENTO DE 2023 COM O PARECER DO FISCAL ÚNICO: -----**

----- I - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** aludiu o seguinte:-----

----- “Mais uma vez o PSD deixará uma análise mais detalhada para a Assembleia Municipal, vicissitude do tempo, mas não queria deixar passar sem dar aqui uma nota, juntámo-nos quase só para falar sobre este ponto e o que acontece com a Parques Tejo, acontece o mesmo com a Oeiras Viva.-----

----- Também vejo aqui uma evolução positiva face aos anteriores e sente-se neste Plano e Orçamento que há uma vontade de ser mais ambiciosa por parte da Administração nos projetos para dois mil e vinte e três, contudo, ainda sinto que há algumas dificuldades que penso que durante este ano serão resolvidas, assim espero. -----

----- Ainda estou muito curiosa para receber o relatório do ano passado, porque aquilo que se augura do terceiro trimestre e agora daquilo que é o orçamento, há a probabilidade de

conseguir ter finalmente bons resultados, o que é essencial para a viabilidade financeira desta empresa para que possa fazer investimentos a longo e a médio prazo e não só a gestão diária. ----

-----O que muitas vezes amarra um pouco estes planos e orçamentos da Oeiras Viva é que não pode fazer um planeamento, talvez como a Parques Tejo faz a médio e a longo prazo, porque não tem ainda a segurança financeira para o fazer. -----

-----O PSD deixa aqui uma nota positiva, ao contrário de anos anteriores, em relação a este Plano e Orçamento.” -----

-----O **Senhor Vereador Duarte da Mata** referiu o seguinte: -----

-----“A minha pergunta era para esta proposta, todo o plano para dois mil e vinte e três tem um suporte nas contas de dois mil e vinte e dois, há uma comparação com dois mil e vinte e dois, o ano homólogo, etc., mas nós ainda não votámos essa proposta, não podemos ter uma opinião de comparação com uma proposta de contas que ainda não foi vista, em todo o caso a maior parte das atividades estão a dar prejuízo, esta entidade precisa de ser pensada, porque recebe seiscentos e cinquenta mil euros da Câmara Municipal, que é o seu acionista e só assim é que poderá apresentar os resultados. -----

-----Fazer a discriminação setorial do subsídio à exploração/contrato-programa não se avalia em quantidade e qualidade o impacto das reduções dos custos dos utentes, existe aqui alguma informação que é difícil de perceber bem as contas e a proposta, sobretudo por causa disto, também em relação ao ano dois mil e vinte e dois não temos ainda a comparação com os resultados.” -----

-----O **Senhor Presidente** mencionou: -----

-----“Nós aprovámos o Orçamento da Câmara em novembro e só em março ou abril é que vamos aprovar as Contas, também não temos as contas para ver. -----

-----Neste momento não vou fazer juízo, até porque a atual Administração está lá acerca de um ano, não vou fazer juízos de mérito, de desempenho da Administração, ainda é cedo. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Agora, fazer um raciocínio de lucro da empresa não é a melhor forma de analisar a qualidade da gestão da mesma.-----

----- Esta empresa não foi constituída para dar lucro, foi sim, para gerir equipamentos desportivos e culturais do Município numa ótica de uma maior flexibilidade que a Câmara Municipal diretamente não podia fazer. -----

----- Temos quatro piscinas e a Piscina Oceânica leva dez ou quinze nadadores salvadores e de repente ganham uma semana e dois vão-se embora, não se fecha a piscina, tem é que se contratar outros de imediato. -----

----- As regras da Administração Pública, são as regras que se aplicam às empresas, mas com alguma flexibilidade, apesar de tudo, tem essa vantagem, por outro lado, é para gerir equipamentos. -----

----- Se as piscinas têm preços sociais e elas não são para dar lucro, algumas piscinas são para prestar um serviço social, os utilizadores pagam alguma coisa, mas não pagam a totalidade do custo da exploração da empresa ou daquela unidade de negócios.-----

----- Por exemplo, a Piscina Oceânica não pode ser vista como um equipamento social no sentido de que é democrático, é para todos, mas não é um equipamento para pessoas carenciadas ou para pobres, vai lá quem tem dinheiro para ir, porque quem não tem, está ali a praia ao lado, esta piscina é um equipamento mais turístico, por isso mesmo, as tarifas da piscina devem de ser tarifas correspondentes àquilo que é o princípio do utilizador/pagador, deve de haver aqui um equilíbrio nessa matéria. -----

----- Porque é que esses equipamentos foram metidos na empresa? -----

----- Porque há aquele princípio das instituições, dos privados, dos públicos, que acham que uma piscina ou um teatro, o que é público, o que é da Câmara, que não custa dinheiro e, seja um pavilhão desportivo, uma piscina ou teatro a Câmara pode ceder isto gratuitamente e vêm muitos pedir à Câmara e nos casos em que é autorizado tem que se pagar à Oeiras Viva, mas há

aqui preços sociais, de maneira que é natural que a empresa não dê lucro. -----

-----O que deve acontecer é entre aquilo que são os benefícios sociais que a Câmara deve compensar e aquilo que são os serviços prestados à própria Câmara, no âmbito de um contrato programa, a Câmara Municipal tem que pagar aquilo que efetivamente utiliza. -----

-----É indiscutível que a Oeiras Viva, a Parques Tejo nem tanto, neste momento ainda se faça ressentir daquilo que foram dois anos de inatividade devido ao COVID, é óbvio que isso teve reflexos, mesmo em dois mil e vinte e dois ainda não funcionou em pleno, basta pensar que um dos espaços até mais interessantes como seja o Complexo Desportivo Carlos Queirós tem estado ocupado com o Centro de Vacinação, mas dirão, é a Câmara que paga, claro que paga aquele espaço de utilização, mas, de alguma forma, retira massa crítica à própria Oeiras Viva e quantos mais equipamentos tiver a funcionar melhor. -----

-----A Município é diferente, quer a Parques Tejo, quer a Oeiras Viva são empresas que foram constituídas para resolver determinados problemas.-----

-----A Parques Tejo não foi constituída para dar lucro, mas sim para regularizar, para controlar o tráfego, o trânsito, o estacionamento, por isso mesmo, a receita deve de ser toda ela investida na melhoria do tráfego, da circulação, do estacionamento, razão porque também faz sentido a devolução das contraordenações desses montantes à Parques Tejo, porque quando entra na Câmara Municipal o dinheiro vai para tudo o que são as atividades da Câmara Municipal, nesse aspeto faz sentido, é um desafio para a empresa. -----

-----Durante alguns anos houve uma degradação significativa do património, neste momento a Câmara Municipal está a intervir na maior parte dos pavilhões desportivos, esta experiência durante anos também revelou alguma coisa, que a empresa não tem capacidade para fazer a manutenção desses espaços, tem que ser a Câmara a fazer, não é a manutenção corrente, quando muito que substituam lâmpadas ou outras coisas, porque para pinturas já tem que ser a Câmara Municipal a fazê-lo e é nesse sentido que estamos a caminhar.” -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o Plano e Orçamento para dois mil e vinte e três, com o parecer do Fiscal Único, apresentado pela Oeiras Viva - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, Empresa Municipal. -----

----- Submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de deliberação e documentos anexos, para conhecimento/apreciação, no âmbito das respetivas competências em matéria de acompanhamento e fiscalização da atividade das empresas municipais.-----

----- Nos termos da alínea a), do número um, do artigo quadragésimo segundo e alínea j), do número seis, do vigésimo quinto, da Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto.-----

----- Alínea a), do número dois, artigo do vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

----- Alínea f), do número um, artigo décimo oitavo e número três, do artigo vigésimo terceiro, dos Estatutos Oeiras Viva, Empresa Municipal.-----

----- III - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “Deixaremos uma análise mais detalhada para a Assembleia Municipal, mas apesar de tudo vemos uma evolução positiva face aos anos anteriores, esta administração mostra ter vontade para ser mais ambiciosa nos seus projetos para dois mil e vinte e três, que se augura em tudo melhor que os anos anteriores tendo em conta os resultados do terceiro trimestre de dois mil e vinte e dois.”-----

**47 - PROPOSTA Nº. 189/23 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO ACADEMIA FLOR DA MURTA PARA A REALIZAÇÃO DO VI FESTIVAL INTERNACIONAL DE PIANO DE OEIRAS:-----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de cinquenta e seis mil euros, à Academia de Música Flor da Murta, para realização do Sexto Festival Internacional de Piano de Oeiras em dois mil e vinte e três, de acordo com a programação e calendário do evento.-----

-----A cedência à Academia de Música Flor da Murta do Auditório Municipal Ruy de Carvalho, durante o calendário previsto e o respetivo pagamento à Oeiras Viva do valor de dezasseis mil setecentos e dois euros e noventa cinco cêntimos.-----

-----A minuta de protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Oeiras e a Associação Academia de Música Flor da Murta para a realização do Sexto Festival Internacional de Piano de Oeiras em dois mil e vinte e três.-----

-----A designação de Técnico Superior, Chefe da DCA como gestor do protocolo de colaboração.-----

-----Que na eventualidade de a comparticipação não ser executada na totalidade e havendo necessidade de redução do cabimento, o serviço informará o Departamento de Finanças e Património sobre o montante a reduzir.-----

-----Nos termos do alínea e), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas o) e u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Código do Procedimento



Câmara Municipal  
de Oeiras

Administrativo que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Números um e dois, do artigo segundo, do número um, do artigo terceiro, artigo quarto, dos números um e dois, do artigo quinto e do número um, do artigo nono, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

**48 - PROPOSTA N.º. 190/23 - DPOC - RECONHECIMENTO DA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), REDUÇÃO DE IMI EM 20%: -----**

----- I - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** frisou: -----

----- “A proposta diz que nós nos estamos a basear ainda num regulamento de benefícios fiscais que ainda está na Assembleia Municipal, depois informalmente, tem que ser ratificada, ela está baseada numa coisa que ainda não foi aprovada.” -----

----- A **doutora Paula Saraiva** explicou:-----

----- “Quando o regulamento estiver aprovado pela Assembleia já não vem à Câmara, ou seja, só veio à reunião porque ainda não temos regulamento, depois acabou, está no regulamento e ele já foi aprovado pela Câmara.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar o reconhecimento da concessão da redução de vinte por cento da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), aplicável para prédios urbanos arrendados para os requerentes descritos conforme

Processo número P Um/mil novecentos e setenta e um/quinhentos e noventa e cinco/zero. -----

-----Nos termos da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro, alterada pela Lei número cinquenta e um, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto. -----

-----Decreto-Lei número duzentos e oitenta e sete, de dois mil e três, de doze de novembro, nos seus artigos centésimo décimo segundo e centésimo décimo segundo-A, com a redação dada pela Lei número sete-A, de dois mil e dezasseis, de trinta de março, com as alterações introduzidas pela Lei número cento e catorze, de dois mil e dezassete, de vinte e nove de dezembro, ao Decreto-Lei número duzentos e quinze, de oitenta e nove, de um de julho.-----

**49 - PROPOSTA Nº. 191/23 - GATPI - APOIO À RECUPERAÇÃO DA ATIVIDADE DOS OPERADORES ECONÓMICOS AFETADOS PELAS INTEMPÉRIES DE DEZEMBRO DE 2022 - FORMALIZAÇÃO DE APOIO FINANCEIRO A 2 DE MARÇO DE 2023: -----**

-----I - O **Senhor Vereador Armando Soares** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Dar nota que, com esta aprovação, são vinte os operadores económicos que já foram intervencionados com a ajuda do Município, está ainda um processo em análise na Divisão de Gestão Financeira e em análise no GATPI estão treze candidaturas.” -----

-----Interveio o **Senhor Vereador Duarte da Mata**: -----

-----“Deixo a nota que ainda faltam alguns documentos. Eu percebo que estes processos são complicados, mas faltam alguns documentos e, de acordo com a lei, nós devíamos ter os documentos todos. Fica para registo que os documentos, depois, chegarão, certamente.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Armando Soares**, aprovar a atribuição do apoio extraordinário ao operador económico identificado como PrediAlgés - Sociedade de Mediação Imobiliária, Unipessoal, Limitada, candidatura com o



Câmara Municipal  
de Oeiras

número ENT-CMO/dois mil e vinte e três/cinco mil e três, referente a obras e equipamentos, no valor de mil setecentos e trinta e oito euros e cinquenta cêntimos, mediante assinatura de um termo de aceitação.-----

----- A atribuição do apoio extraordinário ao operador económico identificado como Enxovalar - Indústria e Comércio de Artigos de Decoração, Limitada, candidatura com o número ENT-CMO/dois mil e vinte e três/dez mil novecentos e oitenta e um, referente a “stocks”, no valor de seis mil quatrocentos e oitenta e oito euros e noventa e cinco cêntimos, mediante assinatura de um termo de aceitação.-----

----- A atribuição do apoio extraordinário ao operador económico identificado como Sky Alliance - Investments, Unipessoal, Limitada, candidatura com o número ENT-CMO/dois mil e vinte e três/dez mil quatrocentos e sessenta e seis, referente a obras, no valor de dois mil e quinhentos euros, mediante assinatura de um termo de aceitação.-----

----- A atribuição do apoio extraordinário ao operador económico identificado como Garagem Central Miraflores, Limitada, candidatura com o número ENT-CMO/dois mil e vinte e três/seis mil e quinhentos, referente a equipamentos, no valor de cinco mil cento e trinta e nove euros e cinquenta e nove cêntimos, mediante assinatura de um termo de aceitação.-----

----- A atribuição do apoio extraordinário ao operador económico identificado como Luís, Carvalho & Almendras, Limitada, candidatura com o número ENT-CMO/dois mil e vinte e três/quatro mil e quatro, referente a obras e equipamentos, no valor de nove mil cento e quarenta e seis euros e quarenta e quatro cêntimos, mediante assinatura de um termo de aceitação.-----

----- A atribuição do apoio extraordinário ao operador económico identificado como Segredos da Natureza - Moda e Acessórios, Limitada, candidatura com o número ENT/CMO/dois mil e vinte e três/oito mil duzentos e sete, referente a obras, no valor de dois mil duzentos e oitenta e um euros, mediante assinatura de um termo de aceitação. -----

----- Nos termos das alíneas o), u), e ff), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da

Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Regulamento número sessenta e cinco-A, de dois mil e vinte e três, publicado em Diário da República, segunda série, de dezassete de janeiro de dois mil e vinte e três. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de trinta e um de agosto.-- -----

**50 - PROPOSTA Nº. 192/23 - DCP/USG - Pº. 1074/DCP/2022 - APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS PRELIMINAR E FINAL E CONSEQUENTE ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO ESCRITO RELATIVO AO PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA HUMANA PARA DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS, AO ABRIGO DO ACORDO-QUADRO DA ESPAP, IP (LOTE 3):**-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar os



Câmara Municipal  
de Oeiras

relatórios preliminar e final e conseqüentemente a adjudicação da aquisição de serviços de vigilância e segurança humana para diversas instalações municipais em regime de fornecimento contínuo, ao concorrente PSG - Segurança Privada, Sociedade Anónima, no montante de três milhões e seiscentos mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o qual se decompõe da seguinte forma: -----

----- O contrato inicial está limitado ao montante máximo de novecentos mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, valor a extinguir em trinta e um dezembro salvo, serviços prestados no ano em causa e faturados até dez de janeiro; -----

----- A primeira eventual renovação do contrato, está limitada ao montante máximo de um milhão e duzentos mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, valor a extinguir em trinta e um dezembro salvo, serviços prestados no ano em causa e faturados até dez de janeiro; -----

----- A segunda eventual renovação do contrato, está limitada ao montante máximo de um milhão e duzentos mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, valor a extinguir em trinta e um dezembro salvo, serviços prestados no ano em causa e faturados até dez de janeiro; -----

----- A terceira eventual renovação do contrato, está limitado ao montante máximo de trezentos mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, valor a extinguir em trinta e um dezembro salvo, serviços prestados no ano em causa e faturados até dez de janeiro.-----

----- A notificação do adjudicatário para a prestação de caução no valor de cinco por cento do preço contratual para o período de vigência inicial do contrato. -----

----- A minuta de contrato escrito, para posterior envio ao adjudicatário para aprovação.---

----- A nomeação do gestor do contrato. -----

----- Nos termos dos artigos septuagésimo sexto e nonagésimo oitavo, do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o disposto no artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e no artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos

que remete para o artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

**51 - PROPOSTA Nº. 193/23 - UPGO - Pº. 2021/150-DGEP - “CICLOVIA DA RUA DA FONTE, VILA FRIA-LECEIA” - DECISÃO DE CONTRATAR E ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E NOMEAÇÃO DO RESPETIVO JÚRI: -----**

-----I - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Esta ciclovia, quando vi o preço pensei “esta é a ciclovia mais cara que eu conheço” e acreditem que eu conheço muitas, nem na Holanda custa tanto, como é que pode ser? -----

-----Um milhão cento e oitenta mil por mil e cinquenta metros.-----

-----Fui ver o projeto, o projeto está bem do ponto de vista do desenho, mas o que é que acontece?-- -----

-----Isto não é uma ciclovia, o dinheiro que está a ser gasto é a reestruturação do eixo viário e a ciclovia é o nome para pôr aqui. Ou seja, tem ciclovia sim senhor, mas há uma recuperação, uma reestruturação, tem um passeio pedonal. -----

-----Chamar ciclovia a isto... -----

-----Isto para os ODS dá jeito, porque podemos alocar um milhão cento e oitenta mil euros a projeto de sustentabilidade e não à rede viária.” -----

-----Esclareceu o **Senhor Presidente:** -----

-----“Não, aquilo vai ser uma espécie de avenida entre Leceia e Vila Fria, porque vai ficar com ciclovia e com passeio largo.” -----

-----Interrompendo o **Senhor Vice-Presidente:** -----

-----“O que torna uma estrada numa avenida.”-----

-----Continuou o **Senhor Presidente:** -----

-----“Exatamente, porque nem valetas tem.” -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Terminou o **Senhor Vice-Presidente**:-----

----- “Cá está a ligação entre os polos.” -----

----- Ainda a este propósito, interveio o **Senhor Vereador Duarte da Mata**:-----

----- “No caso de Leceia não há muito a fazer, mas do outro lado o que vai acontecer à ciclovia?”-----

----- Clarificou o **Senhor Presidente**:-----

----- “Vai seguir para o Taguspark.”-----

----- Prosseguiu o **Senhor Vereador Duarte da Mata**:-----

----- “Vai seguir para o Taguspark?-----

----- Aí vai custar bem mais, a partir de Vila Fria a intervenção será certamente mais cara.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a decisão de contratar e a abertura do procedimento concursal necessário para a adjudicação da empreitada de obras públicas denominada “Ciclovia da Rua da Fonte: Vila Fria-Leceia” - Processo dois mil e vinte e um/cento e cinquenta-DGEP, mediante a adoção de um procedimento por concurso público, sem publicidade internacional. -----

----- O preço base do concurso em um milhão cento e oitenta mil seiscentos e trinta e dois euros e trinta e oito centímetros, acrescido de IVA à taxa legal de seis por cento, com prazo máximo de execução da empreitada de duzentos e quarenta dias.-----

----- As peças do procedimento.-----

----- A composição do júri do procedimento e a respetiva delegação de competências.-----

----- As nomeações para Coordenador de Segurança e Diretor de Fiscalização.-----

-----Nos termos do artigo trigésimo sexto, número um, do Código dos Contratos Públicos, conjugado com a alínea f), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, artigos trigésimo oitavo, quadragésimo, número um, alínea c) e número dois, sexagésimo sétimo, número um e sexagésimo nono, número dois, todos do Código dos Contratos Públicos e artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, aplicável por força do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos. -----

-----Artigos quadragésimo sexto, número um, alínea b) e quadragésimo oitavo, da Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto, e alterações subsequentes, conjugados com o artigo tricentésimo décimo oitavo, da Lei número dois, de dois mil e vinte, de trinta e um de março. -----

-----III - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Aprovei a proposta pois melhora as condições pedonais e cicláveis face ao existente, apesar de ser um valor claramente alto para uma “ciclovía”. Quase um milhão e duzentos mil euros por pouco mais de um quilómetro de via. Analisando o projeto não é nada claro qual a ligação que esta ciclovía terá no futuro pelo que se torna um troço isolado. O conceito de rede ciclável exige uma estratégia urbana integrada, portanto estas ciclovias requerem ligações contínuas, o que neste caso não só não se verifica, como não se compreende como serão feitas as futuras ligações sem demolir parte do trabalho agora proposto. Um olhar mais atento demonstra que se trata sobretudo da requalificação de um troço de uma obra rodoviária alocando a totalidade das verbas à nomenclatura de “ciclovía” como base para financiar a intervenção, verificando-se um volume de infraestrutura que parece prever o lançamento de uma avenida, significando assim que a maior parte do financiamento não está direcionado para o objeto do contrato, alavancado no PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano).”-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

**52 - PROPOSTA Nº. 194/23 - UPGO - APROVAÇÃO DE MINUTA DE PROTOCOLO RELATIVO À INSTALAÇÃO DE SEMÁFORO NA SAÍDA DO NÓ DE OEIRAS, NO SUBLANÇO ESTÁDIO NACIONAL - OEIRAS, DA A5-AUTO-ESTRADA DA COSTA DO ESTORIL: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a minuta de protocolo relativo à instalação de semáforo na saída do Nó de Oeiras, no Sublanço Estádio Nacional - Oeiras, da A Cinco-Auto-Estrada da Costa do Estoril.-----

----- Nos termos da alínea c), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alínea ee), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do Regime Jurídico das Autarquias Locais. -----

----- Artigos primeiro, número três e décimo terceiro, número um, alínea b), do Decreto-Lei número noventa e um, de dois mil e quinze, de vinte e nove de maio e artigos sétimo, número um, alínea b), décimo segundo e décimo terceiro, dos Estatutos da BRISA - Concessão Rodoviária, Sociedade Anónima (nos termos das bases anexas ao Decreto-Lei número duzentos e noventa e quatro, de noventa e sete, de vinte e quatro de outubro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número duzentos e quarenta e sete-C, de dois mil e oito, de trinta de dezembro).

**53 - PROPOSTA Nº. 195/23 - UPAG - REEMBOLSO DA PERPETUIDADE DO JAZIGO MUNICIPAL Nº. 752-2º. PISO, NO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE OEIRAS: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Susana Duarte**, aprovar o reembolso do montante de dois mil duzentos e oitenta e três euros e onze cêntimos,

correspondente à diferença entre o valor pago inicialmente pela ocupação perpétua do Jazigo Municipal (dois mil quatrocentos e vinte e oito euros e quarenta e três cêntimos) e o valor devido pelas anuidades de dois mil e vinte e um (quarenta e seis euros e quinze cêntimos), dois mil e vinte e dois (quarenta e sete euros e trinta e sete cêntimos) e dois mil e vinte e três (cinquenta e um euros e oitenta cêntimos) do referido Jazigo. -----

-----A reversão do Jazigo Municipal número setecentos e cinquenta e dois - segundo piso para esta Câmara Municipal. -----

-----A comunicação da presente deliberação ao requerente.-----

-----Nos termos do artigo quadragésimo, do Regulamento de Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras. -----

**54 - PROPOSTA Nº. 196/23 - UPAG - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À CASA DO CONCELHO DE VINHAIS:-----**

-----I - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Susana Duarte**, aprovar a atribuição de um apoio financeiro à Casa do Concelho de Vinhais, no montante de cinco mil euros, no âmbito da Vigésima Quarta Promoção Gastronómica e Mostra de Artesanato do Concelho de Vinhais a decorrer nos dias dez, onze e doze de março, no primeiro andar do Mercado Municipal de Oeiras.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alíneas u) e ff), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-- -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, conjugados com o artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois



Câmara Municipal  
de Oeiras

mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigos segundo a quinto e nono, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Código dos Contratos Públicos, artigo quinto, número quatro, alínea c). -----

----- Artigos centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- II - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Aprovei a proposta pelo seu mérito, mas regista-se a falta de documentação habilitante no momento da votação, designadamente a certidão de não dívida à Segurança Social, Autoridade Tributária e Registo Central do Beneficiário Efetivo.”-----

**55 - PROPOSTA Nº. 197/23 - DCH - CONCURSO PÚBLICO, POR LOTES, PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E ESPECIALIDADES PARA NOVO PROGRAMA DE HABITAÇÃO (PRR) - CASAL DO DESERTO, OEIRAS - RATIFICAÇÃO DE DECISÃO:** -----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a ratificação do ato praticado pelo Senhor Presidente, de prorrogação do prazo de entrega da caução devida ao adjudicatário do Lote B deste concurso, nos termos da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e três/três mil seiscientos e quarenta e quatro, no âmbito do “Concurso Público, por lotes, para a elaboração de Projetos de Arquitetura e Especialidades para Novo Programa de Habitação (PRR) - Casal do Deserto, Oeiras”.-----

----- Nos termos do artigo trigésimo quinto, número três, da Lei número setenta e cinco,

de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigo centésimo sexagésimo quarto, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

**56 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** -----

-----Às vinte horas e cinquenta e cinco minutos, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Diretora de Departamento de Gestão Organizacional. -----

**O Presidente,**



\_\_\_\_\_  
(Isaltino Moraes)

**A Diretora de Departamento,**



Vera Lúcia da Rocha  
Ferreira de Carvalho de  
Ascensão / 500745943  
2023.04.11 16:50:22  
+01'00'

\_\_\_\_\_  
(Vera Carvalho)